

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - UCS  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO - UniRitter  
PROGRAMA DE DOUTORADO EM LETRAS - ASSOCIAÇÃO AMPLA  
UCS/UniRitter**

**TRÍSSIA ORDOVÁS SARTORI**

**AS CRIANÇAS DA PARÓQUIA SANTA TERESA DE CAXIAS DO SUL, ENTRE  
1875 E 2005: OS NOMES DE BATISMO E A LEITURA QUE ELES SUSCITAM  
SOBRE A COMUNIDADE**

**CAXIAS DO SUL**

**2016**

**TRÍSSIA ORDOVÁS SARTORI**

**AS CRIANÇAS DA PARÓQUIA SANTA TERESA DE CAXIAS DO SUL, ENTRE  
1875 E 2005: OS NOMES DE BATISMO E A LEITURA QUE ELES SUSCITAM  
SOBRE A COMUNIDADE**

Tese submetida ao Programa de Doutorado em  
Letras – Associação Ampla UCS/UniRitter,  
como requisito para obtenção do grau de  
Doutora.

Orientador: Prof. Dr. João Claudio Arendt

**CAXIAS DO SUL**

**2016**

S251c Sartori, Tríssia Ordovás

As crianças da paróquia Santa teresa de Caxias do Sul, entre 1875 e 2005  
: os nomes de batismo e a leitura que eles suscitam sobre a comunidade /  
Tríssia Ordovás Sartori. – 2016.

142 f.

Tese (Doutorado) - Universidade de Caxias do Sul em associação ampla  
UniRitter, Programa de Pós-Graduação em Letras, Cultura e Regionalidade,  
2016.

Orientação: João Claudio Arendt.

1. Onomástica Antroponímia Nome Paróquia Santa Teresa. I. Arendt,  
João Claudio, orient. II. Título.

[Imprimir](#)

## **As crianças da Paróquia Santa Teresa de Caxias do Sul, entre 1875 e 2005: os nomes de batismo e a leitura que eles suscitam sobre a comunidade**

Tríssia Ordovás Sartori

Tese de Doutorado submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Doutorado em Letras – Associação Ampla UCS/UniRitter, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Doutor em Letras. Área de Concentração: Leitura e Linguagens. Linha de Pesquisa: Leitura e Processos Culturais.

Caxias do Sul, 11 de novembro de 2016.

### Banca Examinadora:

---

Dr. João Claudio Arendt  
Universidade de Caxias do Sul

---

Dra. Maria da Graça Krieger  
Universidade do Vale do Rio dos Sinos

---

Dr. Rafael José dos Santos  
Universidade de Caxias do Sul

---

Dra. Sabrina Pereira de Abreu  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

Dra. Valéria Silveira Brisolara  
Centro Universitário Ritter dos Reis

Dedico esta tese à Vitalina Maria Frosi, por me ter acolhido e acompanhado com tanto carinho e dedicação durante esse percurso, com todos os seus percalços. Deixaste uma marca indelével na minha vida.

## **AGRADECIMENTOS**

À Vitalina Maria Frosi, minha orientadora em boa parte deste percurso, pela parceria, ensinamentos e compreensão. Obrigada por compartilhar teorias, livros e cafés.

Ao João Cláudio, pela generosidade.

Aos meus pais e irmã, por tornarem todos os caminhos mais leves e possíveis.

*Que saudade tenho de nascer.  
Nostalgia de esperar por um nome  
como quem volta à casa que nunca  
ninguém habitou.*

**Mia Couto** | *Tradutor de Chuvas*

## RESUMO

O presente trabalho, realizado no Programa de Doutorado em Letras da Universidade de Caxias do Sul (UCS) e do Centro Universitário Ritter dos Reis (UniRitter), pesquisa situada no ramo da Onomástica, tem como objetivo geral mapear os nomes das crianças batizadas na Paróquia Santa Teresa, de Caxias do Sul-RS, bem como relacioná-los ao contexto histórico, sociocultural e religioso da comunidade. O método utilizado no desenvolvimento do presente trabalho foi o indutivo. Partimos dos dados registrados, fizemos a sua análise e os explicamos, para, depois, estabelecermos generalizações. A pesquisa é documental e bibliográfica, e leva em conta o modelo qualitativo de análise, conjugando-o com o quantitativo pela utilização de dados, de suas ocorrências e dos respectivos percentuais. O *corpus* é compreendido por 57.168 nomes de pessoas com batismo registrado entre 1875 e 2005, sendo que o total dos nomes mais recorrentes (masculinos e femininos, agrupados) corresponde a 47,5% da amostra. Eles são divididos em gêneros e em quatro períodos pré-estabelecidos (1875-1906, 1908-1939, 1941-1972, 1974-2005). O recorte efetuado para realização deste estudo compreende a área de abrangência da Paróquia de Santa Teresa de Caxias do Sul-RS. Foi escolhida a comunidade dessa paróquia por ter sido essa igreja a primeira criada, em 20 de maio de 1884, na então Colônia Caxias, nove anos depois da chegada dos imigrantes italianos. Pelo caráter interdisciplinar, o estudo onomástico estabelece outras relações acerca do nome, evidenciando aspectos linguísticos e culturais que dizem respeito tanto a um indivíduo, quanto à comunidade em que ele vive.

**Palavras-chave:** Onomástica. Antroponímia. Nome. Paróquia Santa Teresa. Leitura.



## ABSTRACT

The present work, conducted in the Doctoral Program in Literature at the University of Caxias do Sul (UCS) and the University Center Ritter dos Reis (UniRitter), research located in the branch of Onomastics, has as the main objective to map the names of the children baptized in Saint Teresa Parish, in Caxias do Sul-RS, as well as to relate them to the historical, sociocultural and religious context of the community. The method used in the development of the present study was the inductive. We started from the recorded data, proceeded to their analysis and explained them, to then establish generalizations. The research is documental and bibliographic, and takes into account the qualitative analysis model, combining it with the quantitative for the use of data, their occurrences and their percentages. The cut made for this study comprises the coverage area of St. Teresa Parish, in Caxias do Sul-RS. It was chosen this parish community for being it the first church established, in May 20, 1884, in the then Caxias Colony, nine years after the arrival of the Italian immigrants. By its interdisciplinary character, the Onomastic study establishes other relations concerning the name, showing linguistic and cultural aspects that relate both to an individual, as to the community in which he lives.

**Keywords:** Onomastics. Anthroponymy. Name. Saint Teresa Parish. Reading.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Relação triádica do signo linguístico .....	33
Figura 2 - Relação triádica do signo onomástico .....	331
Figura 3 - Ramos da Linguística com realce para a Lexicologia .....	364
Figura 4 - Setores da Onomástica.....	386
Figura 5 - Intersecção entre toponímia e antroponímia.....	397

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Períodos de estudo.....	77
Quadro 2 - Etimologia dos 10 nomes femininos mais representativos nos 130 anos .....	109
Quadro 3 - Etimologia dos outros nomes femininos que aparecem entre os 10 mais frequentes .....	111
Quadro 4 - Etimologia dos 10 nomes masculinos mais representativos nos 130 anos .....	113
Quadro 5 - Etimologia dos outros nomes masculinos que aparecem entre os 15 mais frequentes.....	116

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Nomes femininos com suas ocorrências e respectivos percentuais com especificação dos diversos períodos .....	96
Tabela 2 - Nomes masculinos com suas ocorrências e respectivos percentuais com especificação dos diversos períodos .....	97
Tabela 3 - Nomes femininos com suas ocorrências e respectivos percentuais com especificação dos diversos períodos .....	97
Tabela 4 - Frequência masculina por período .....	100
Tabela 5 - Femininos simples e compostos .....	106
Tabela 6 - Masculinos simples e compostos .....	107

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Total de nomes .....	93
Gráfico 2 - Femininos mais frequentes .....	94
Gráfico 3 - Masculinos mais frequentes .....	95
Gráfico 4 - Universo total do nome Maria .....	99
Gráfico 5 - Universo total do nome Antônio .....	102
Gráfico 6 - Universo total do nome José .....	103
Gráfico 7 - Universo total do nome João.....	104
Gráfico 8 - Universo total do nome Luiz.....	105

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Avanços na ocupação de terras no início da colonização .....	80
Mapa 2 - Região Colonial Italiana.....	81

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	16
<b>2 A MAGIA DOS NOMES E A QUESTÃO DOS SIGNOS</b> .....	20
2.1 SAUSSURE E BENVENISTE: O SIGNO LINGUÍSTICO .....	25
2.2 O SIGNO ONOMÁSTICO.....	29
<b>3 A ONOMÁSTICA: SUA INSERÇÃO LINGUÍSTICA, SEU CAMPO INTERDISCIPLINAR</b> .....	35
3.1 ANTROPONÍMIA E TOPONÍMIA.....	39
3.2 O NOME PRÓPRIO .....	43
3.3 NOMES PRÓPRIOS: O CONTEXTO EXTRALINGUÍSTICO .....	49
<b>4 A ONOMÁSTICA: FUNDAMENTOS TEÓRICOS, PRINCIPAIS OBRAS E AUTORES</b> .....	57
4.1 NA FRANÇA: LONGNON, DAUZAT E ROSTAING .....	57
4.2 NA ITÁLIA: DE FELICE, CAFFARELLI, MARCATO, ROSSEBASTIANO E PAPA .....	60
4.3 NO BRASIL: DICK, SEABRA, ISQUERDO E GUÉRIOS.....	70
<b>5 METODOLOGIA</b> .....	75
5.1 MÉTODO E TIPO DE PESQUISA.....	75
5.2 O <i>CORPUS</i> .....	75
5.3 PROCEDIMENTOS .....	76
5.4 TABULAÇÃO DOS DADOS .....	78
5.5 DELIMITAÇÃO DA ÁREA .....	79
<b>6 O CONTEXTO EXTRALINGUÍSTICO</b> .....	82
6.1 DA CHEGADA À COLÔNIA ATÉ A INDUSTRIALIZAÇÃO .....	84
6.2 A INFLUÊNCIA DO CATOLICISMO .....	86
6.3 A PARÓQUIA SANTA TERESA .....	88
6.4 LÍNGUA ITALIANA E MESCLA ÉTNICO-LINGUÍSTICA.....	89

<b>7 CONFIGURAÇÃO DE DADOS</b> .....	92
7.1 FEMININOS E MASCULINOS POR PERÍODO .....	95
7.1.1 Nomes femininos mais frequentes em quatro períodos .....	97
7.1.2 Nomes masculinos mais frequentes em quatro períodos .....	99
7.2 NOMES SIMPLES E NOMES COMPOSTOS.....	105
<b>8 ETIMOLOGIA DOS NOMES ANALISADOS</b> .....	1097
<b>9 AFINAL, O QUE OS NOMES DIZEM SOBRE A COMUNIDADE?</b> .....	120
9.1 OS NOMES PERENES .....	121
9.2 NOVOS CONTEXTOS, NOVOS NOMES .....	127
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	132
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	136



## 1 INTRODUÇÃO

Como é possível perceber na capa do presente trabalho, meu nome é Tríssia – assim, grafado com dois esses. Não é Patrícia. Em boa parte dos meus 36 anos, tive que soletrá-lo, explicá-lo e repeti-lo inúmeras vezes. Tenho a sensação de que esse exercício serviu para reafirmar minha personalidade e minha individualidade. Ele foi escolhido por minha mãe, Isamar – que, curiosamente, homenageia as duas avós, Luísa e Maria, no próprio nome. Ela leu o nome em um livro quando era adolescente e o guardou para nomear a primogênita. Minha relação com os nomes, e o interesse suscitado por eles, não poderia, portanto, ser mais orgânica.

Sou jornalista há 14 anos, trabalho no jornal *Pioneiro*, em Caxias do Sul, e também por conta do ofício entendo como o nome é determinante para se identificar alguém e, em um contexto específico, individualizar uma pessoa: um fugitivo, um político eleito, uma vítima fatal de acidente. Um cinéfilo, por exemplo, pode esperar uma série de acontecimentos de suspense e luta a partir da evocação da icônica fala *Meu nome é Bond, James Bond*, com a qual o agente secreto criado pelo escritor britânico Ian Fleming revela sua identidade. Mesmo longe da ficção, como no meu caso, o nome costuma ser a porta de entrada à aproximação com um sujeito.

Meu interesse pelo estudo dos nomes, portanto, vem de longa data. A minha dissertação de mestrado no curso de Letras, Cultura e Regionalidade, defendida em 2010 na Universidade de Caxias do Sul, versava sobre os motivos de as ruas do Centro de Caxias do Sul não terem nomes que homenageavam personagens italianos da história se, na época em que foram oficializados, a população predominante da cidade ainda tinha origem italiana. *Ruas de minha cidade – um estudo hodonímico* despertou em mim um interesse acadêmico pelo assunto, que já costumava experimentar na minha profissão e no meu cotidiano.

Ao ingressar no doutorado, sinalizei à minha então orientadora, Vitalina Maria Frosi, o desejo de continuar a pesquisar os nomes próprios, em perspectivas diacrônica e sincrônica. Optei por nomes próprios de pessoas, em detrimento dos nomes de ruas, com a curiosidade sobre o que o conjunto desses nomes poderia dizer sobre uma cidade ou uma localidade. Foi com base nessa premissa que comecei a pensar a presente tese, assunto que até então não havia sido explorado no Programa ao qual estou vinculada.

Minha primeira intenção foi procurar compreender o que os nomes poderiam dizer sobre a cidade ou o que seria possível conhecer a partir do seu estudo. Para isso, o primeiro passo foi delimitar a área de abrangência da pesquisa, e optei pela Paróquia de Santa Teresa,

porque os nomes de batismo da paróquia mais antiga de Caxias do Sul poderiam ser um bom indicativo das transformações que o município viria a sofrer décadas depois da chegada dos imigrantes. Ela foi criada em 1884, e, atualmente, é a igreja mãe da Diocese, ainda mantendo a sua relevância, mesmo numa cidade de porte médio. Mas, ao longo desses 142 anos do surgimento da cidade, milhares de pessoas foram registradas nesta igreja, e a ideia inicial da tese deu origem a um projeto maior, coordenado pela professora Vitalina, que elaborou a pesquisa intitulada “Nomes de batismo de pessoas nascidas na Paróquia Santa Teresa de Caxias do Sul: um estudo onomástico – período de 1875 a 2005 – NOPASTE”, utilizando o mesmo banco de dados da pesquisa realizada nesta tese.

O primeiro desafio apareceu na obtenção das autorizações para que os dados fossem disponibilizados e, assim, sistematizados. Esse trabalho demandou cerca de dois anos de transcrição, pesquisa e tabulação de dados, para a posterior análise. O corpus é compreendido por 57.168 nomes de pessoas com batismo registrado entre 1875<sup>1</sup> e 2005, sendo que o total dos nomes mais recorrentes (masculinos e femininos, agrupados) corresponde a 47,5% da amostra. Eles são divididos em gêneros e em períodos de 31 anos, com intervalo de dois anos entre eles. O recorte escolhido para a realização desta pesquisa leva em conta a troca de gerações – segundo o filósofo Heráclito de Éfeso, período suficiente para um pai conhecer seu filho.

A presente tese, inserida nesse contexto, tem como tema o mapeamento dos nomes de batismo mais recorrentes, em quatro períodos distintos, relacionando-os, na medida do possível, ao contexto histórico, sociocultural e religioso da comunidade. Na posse desses nomes, interessou-me entender se os nomes diferiam no tempo, alternando-se em gerações e como eles poderiam se relacionar com a cultura da comunidade, dando caráter científico às raras investigações realizadas nesse campo no Rio Grande do Sul.

Entre os objetivos deste trabalho estão: (a) buscar a etimologia e o significado original dos nomes masculinos e femininos de maior ocorrência no universo estudado e (b) relacioná-los com o contexto extralinguístico.

Além disso, a pesquisa desenvolvida neste Doutorado em Letras possibilita que seja feita uma leitura sobre a comunidade a partir dos nomes de batismo. Posso adiantar que foi possível observar que, nos anos 1970, houve uma ruptura social que se refletiu nas escolhas dos pais para nomear seus filhos, abrindo um novo rol de antropônimos favoritos.

---

<sup>1</sup> Antes da criação da paróquia, as crianças eram batizadas em São José do Hortêncio, e os livros de registros estão na Cúria Arquidiocesana de Porto Alegre.

Pelo caráter interdisciplinar, o estudo onomástico estabelece outras relações acerca do nome, evidenciando aspectos linguísticos e culturais que dizem respeito tanto a um indivíduo, quanto à comunidade em que ele vive. É nessa possibilidade de ler a evolução sociocultural de Caxias do Sul, a partir de uma amostra de nomes de batismo, que reside a principal relevância científica deste trabalho, o qual contribui, mesmo que de forma modesta e inicial, com uma das funções básicas da universidade: produzir conhecimento e socializá-lo em sentido amplo. A análise dos antropônimos ajuda a compreender a herança cultural e o patrimônio linguístico e religioso transmitido ao longo dos anos pelos moradores desta comunidade.

A pesquisa é documental e bibliográfica, e leva em conta o modelo qualitativo de análise, conjugando-o com o quantitativo pela utilização de dados, de suas ocorrências e dos respectivos percentuais. Interessou-me buscar a etimologia dos nomes, para estudar sua origem e possível relação com a sociedade local, bem como a ligação dos nomes com a religiosidade da comunidade ao longo dos 130 anos analisados.

A metodologia adotada no desenvolvimento do estudo compreende duas etapas fundamentais que, de modo sucinto, compreendem o levantamento de dados de caráter documental: sistematização dos dados e revisão bibliográfica de obras fundamentais da Onomástica, com estudos efetuados na França, principalmente, por Albert Dauzat (1950); em Portugal, especificamente, a obra *Opúsculos*, de José Leite de Vasconcellos (1931); na Itália, análise das obras sobre antroponímia de De Felice (1982); de Enzo Caffarelli e Carla Marcato (2008); Marcato (2009); de Alda Rossebastiano e Elena Papa (2005); Caffarelli (2013); no Brasil, Mansur Guérios (1973); Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick (1980, 1992, 1998 e 1999); Maria Cândida Trindade de Seabra (2006); Maria Abel Machado (2003); Adriano Naves de Brito (2003); Ciro Mioranza (1997). A Linguística serviu como ponto de partida para tratar a questão do nome próprio e, depois, o nome próprio em um conceito específico. Mas dela foram retirados apenas conceitos básicos, para dar conta de elucidar o que viria a seguir.

Além das obras específicas sobre onomástica, contemplam-se também estudos sobre a história sociolinguística e cultural do contexto ítalo-brasileiro da Região de Colonização Italiana no Rio Grande do Sul (RCI) e outras obras que se mostraram necessárias devido ao caráter interdisciplinar da pesquisa.

Quanto à estruturação, este trabalho compõe-se de nove capítulos, em que a Introdução consta como o primeiro. O segundo, “A magia dos nomes e a questão dos signos”, situa a área de estudos, especificamente na antroponímia, ressalta semelhanças e diferenças

entre os signos linguístico e onomástico, amparado nas ideias de Saussure e Benveniste, bem como em preceitos de Dick e Seabra, essencialmente sobre a motivação e a referenciação dos nomes.

O terceiro capítulo, “A Onomástica: sua inserção linguística, seu campo interdisciplinar”, trata da ciência dos nomes, da antroponímia e da toponímia, do signo onomástico e de motivação.

O quarto capítulo, “A Onomástica: fundamentos teóricos, principais obras e autores”, menciona obras clássicas e pesquisas desenvolvidas em países do Velho Mundo, particularmente, no que aqui interessa, na França, na Itália e em Portugal.

O quinto capítulo, “Metodologia”, trata dos procedimentos adotados para o desenvolvimento do trabalho, desde a busca pelas fontes primárias até a sistematização dos dados. A pesquisa abrange os anos de 1875 a 2005. Os dados obtidos foram organizados em quatro períodos de 31 anos cada: 1875 a 1906, 1908 a 1939, 1941 a 1972 e 1974 a 2005.

O sexto capítulo, “Contexto extralinguístico”, insere a Paróquia Santa Teresa em um universo maior, mapeando diferentes influências na construção da cidade como se a conhece hoje, do registro à evolução através do tempo na Região de Colonização Italiana.

O sétimo capítulo, “Configuração de dados”, mostra o universo total de nomes, sua particularização na pesquisa, as preferências e as substituições realizadas pelos pais ao longo dos anos.

O oitavo capítulo, “Etimologia, um percurso necessário”, busca a origem dos nomes, para tentar encontrar elementos que possam apontar a motivação existente por parte dos pais para escolherem determinada maneira de chamar os filhos. As informações etimológicas são preciosas, porém, nem sempre são suficientes para entender a complexidade das escolhas realizadas por pais e familiares na hora de nomear alguém.

O nono capítulo, “Afinal, o que os nomes dizem sobre a comunidade?”, aponta para algumas transformações na sociedade, de forma geral, que tiveram repercussão também na Paróquia Santa Teresa, com as influências externas que impactaram na cultura local e, conseqüentemente, na maneira de elas nomearem os entes queridos.

O fato de o nome ser multifacetado é o que torna o estudo onomástico tão cativante: o nome serve como um convite a se conhecer mais sobre a pessoa e também pode servir como um mapa do tesouro, prestes a ser desvendado.

## 2 A MAGIA DOS NOMES E A QUESTÃO DOS SIGNOS

“Aquele nome que alguém estabeleça dar a cada coisa, será o nome de cada coisa?”, pergunta Sócrates para Hermógenes (385a<sup>2</sup>) na obra *Crátilo*, de Platão. A preocupação filosófica da Antiguidade perdura até hoje, e o estudo dos nomes parece ainda ser relevante. Por meio deles, tem-se um ponto de partida para desvendar não só um problema linguístico, mas toda uma cultura.

Não existe, no entanto, um consenso sobre a “justeza dos nomes”, como questão que permeia toda a obra *Crátilo*. Se Platão já questionava sobre a existência de um legislador para os nomes, há duas linhas de estudos sobre o nome próprio e a relação do nome com o referente nomeado. Um deles afirma que nomes são meras etiquetas, e outra que eles são, de fato, uma espécie de signo-encruzilhada, um mapa do tesouro prestes a possibilitar o descobrimento cultural de uma sociedade, a partir de uma análise mais detalhada, com base em diversas disciplinas.

Teóricos como Mill, Pierce e Russell, por exemplo, defendem que o nome próprio é um índice, que designa sem significar. Ele seria apenas um traço de identificação do sujeito e, na explicação de Martins, “um puro significante, uma marca formal que não conteria significados; ele nem descreveria o objeto, servindo só para identificá-lo” (Martins, 1984, p. 15).

Russell (2005) dá a nomes comuns e próprios a mesma função: descrever. Segundo ele,

o pensamento que está na mente de uma pessoa que emprega um nome próprio não pode ser expresso explicitamente se não substituirmos o nome próprio por uma descrição. Além disso, a descrição necessária para expressar o pensamento variará de pessoa para pessoa, ou para a própria pessoa em épocas diferentes. A única coisa constante (na medida em que o nome é empregado corretamente) é o objeto ao qual se aplica o nome. Mas, na medida em que este permanece constante, a descrição particular envolvida em geral não distingue a verdade ou falsidade da proposição em que o nome aparece. (RUSSELL, 2005, p. 45).

Ao receber o nome João, os pais desse indivíduo podem ter escolhido tal denominação apenas para diferenciá-lo de outro sujeito – Pedro, por exemplo. Segundo Mill, não há nada no nome que seja autoexplicativo e que mostre que não existe arbitrariedade

---

<sup>2</sup> De acordo com a professora Andréa Natália, “A numeração entre parênteses, encontrada em todas as boas edições dos diálogos de Platão, corresponde à paginação da edição de Henn Etienne (Stephanus), Paris, 1578, usada como padrão para uniformizar as citações, tendo em vista o grande número de edições dos Diálogos. As letras (a, b, c, d, e) às vezes também encontradas, referem-se às colunas dessa edição, e o número após as letras, às linhas do texto”. Disponível em: <<http://andrea-filo-socio.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 28 dez. 2013.

nessa escolha. Pode até haver algum motivo para usar João em detrimento a Pedro, mas Mill (1973) afirma que não há como saber:

Um homem pode se chamar João porque esse era o nome de seu pai; uma vila pode se chamar Dartmouth porque está situada na embocadura do rio Dart; Não há, porém, nada na significação da palavra João que implique que o pai do indivíduo assim chamado também possua esse nome; nem, tampouco, na palavra Dartmouth que esta vila esteja situada na desembocadura do rio Dart. Se a areia viesse a obstruir a desembocadura do rio [...], nem por isso nome da vila mudaria necessariamente. (MILL, 1973, p. 5).

Como o homem se expressa por meio de palavras, é o ato de nomeação que legitima tudo o que está à sua volta. Por meio de nomes (próprios e comuns), o homem se comunica e dá sentido à existência, expressando não só a essência espiritual, mas a essência linguística. Eis, portanto, a magia dos nomes.

Ullmann (1967, p. 145) explica que “os nomes desempenham nas relações de se distinguir das humanas um papel tão importante que são frequentemente dotados de poderes mágicos e rodeados de complicadas superstições e tabus”. Muitas são as comunidades que evocam a transcendência ao nomear seus integrantes. Certas tribos indígenas têm relação intrínseca com a revelação do nome. Os Tupinambás, por exemplo, trocavam de nome quando se tornavam prisioneiros, bem como aquele que o tinha capturado, a mulher, os irmãos e o matador. De acordo com Câmara Cascudo, citando Métraux (*La religion des Tupinambás*, p. 163-164)<sup>3</sup>:

A troca de nome era a medida da prudência adotada igualmente por todo indivíduo que tenha morto um outro e que esteja destinado a retirar do espírito toda empresa sobre aquele contra o qual ele estava irritado. Hoje em dia ainda, em caso de doença grave, os Apapocúva utilizam o recurso de troca de nome como um remédio infalível. ‘Desbatizando’ o paciente, eles imaginam estar afastando dele as influências malignas que motivaram seu estado. (CÂMARA CASCUDO, 1972, p. 619).

A etnia juma, pertencente à família linguística do tupi-guarani e do subgrupo Kagwahiva, troca de nome conforme as fases da vida, seja na chegada da primeira menstruação das meninas, seja na morte de um inimigo por um guerreiro. A Fundação Nacional do Índio (FUNAI) explica que essa troca ocorre em cerimônias com cânticos que

<sup>3</sup> Na obra *Dicionário do Folclore Brasileiro*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1972, p. 617.

conduzidas pelos mais velhos.<sup>4</sup> Essa “mágica” na constituição de uma realidade dotada de poder, por e a partir da palavra, é descrita por Biderman:

A palavra assume assim nos mitos de cada cultura uma força transcendental; nela deitam raízes os entes e os acontecimentos. Por ser mágica, cabalística, sagrada, a palavra tende a constituir uma realidade dotada de poder. Os mitos falam dos segredos e das essências escondidas na palavra instituidora do universo. (BIDERMAN, 1998, p. 81).

A realidade, assim, é nomeada e identificada, constituindo um universo revelado pela linguagem, sendo que, segundo Biderman (1998), apenas a espécie humana faz uso “de palavras para designar os referentes extralinguísticos”. Acrescenta, ainda, que o processo de categorização é o resultado da atividade de nomear:

A categorização fundamenta-se na capacidade de discriminação de traços distintivos entre os referentes percebidos ou apreendidos pelo aparato sensitivo e cognitivo do homem. A esse processo segue-se o ato de nomear. Por essa razão a categorização é o processo em que se baseia a semântica de uma língua natural, por meio do qual o homem desenvolveu a capacidade de associar palavras a conceitos. (BIDERMAN, 2006, p. 35).

O léxico é, pois, uma maneira de registrar esse conhecimento, dando nomes e, ao mesmo tempo, classificando as palavras. A autora (2006, p. 35) considera a nomeação da realidade “como a etapa primeira no percurso científico do espírito humano de conhecimento do universo”. É por meio da língua que constitui o acervo lexical, que, pelo processo de nomeação, expressa a maneira como a sociedade percebe e representa o mundo.

Sapir (1969, p. 26) destaca que “a língua é, antes de tudo, um produto cultural, ou social, e assim deve ser entendida”. Ele considera que é fundamental observar a história, o ambiente em que se vive e os costumes para se ter um conhecimento verdadeiro da língua: é ela que estabelece e permeia as relações entre a cultura e a sociedade. O léxico, assim, revela aspectos considerados importantes para determinado grupo, bem como seus medos e tabus. A partir de um estudo em nível lexical, é possível perceber a maneira com que uma comunidade organiza o mundo a sua volta, inclusive ao nomear lugares e pessoas.

Biderman (1978, p. 139) define o léxico como a “somatória de toda a experiência acumulada de uma sociedade e do acervo da sua cultura através das idades”. Esse conjunto pode servir, também, como uma espécie de lente de aumento, que, durante uma análise,

---

<sup>4</sup> BRASIL, Kátia. *Etnia juma foi massacrada por comerciantes de seringais*. Disponível em: <<http://amazoniareal.com.br/etnia-juma-foi-massacrada-por-comerciantes-de-seringais/>>. Acesso em: 12 dez. 2013.

possibilita ao pesquisador conhecer a maneira como uma determinada comunidade percebe, constitui e dá sentido ao próprio mundo. Isso porque, segundo Oliveira e Isquierdo (2004, p. 09), “esse nível da língua é o que mais deixa transparecer os valores, as crenças, os hábitos e costumes de uma comunidade, [...] conserva estreita relação com a história cultural da comunidade”.

O ato de nomear existe desde que o homem falou, e, assim, o interesse pelo estudo dos nomes é muito anterior à sistematização da Linguística – foi apenas nas primeiras décadas do século passado, com a visão estruturalista de Ferdinand de Saussure, que ela ganhou o *status* de Ciência. Na Antiguidade, filósofos como Platão já se debruçavam sobre a questão. Conforme citado anteriormente, em *Crátilo* (388c), Platão versou sobre a essência dos nomes, questionando se eles seriam resultado de uma convenção ou designariam aquilo que a coisa realmente é. Concluiu que “o nome é, então, um instrumento de ensino e de distinção da entidade, da mesma maneira que a lançadeira separa os fios da teia” (2001, p. 49).

Na referida obra, Sócrates pergunta a Hermógenes a quem caberia o trabalho de nomear. Ele não sabe responder, e Sócrates explica que “dar nomes não é para todos os homens, mas para aquele que é o dador dos nomes; e parece-me que este é o legislador dos nomes, que é o mais raro dos artistas que surgem entre os homens” (PLATÃO, 2001, p. 51). A investigação filosófica presente na referida obra, então, encaminha-se para um impasse: como explicar que coisas diferentes tenham o mesmo nome, bem como a mesma coisa tenha dois nomes diferentes? Sócrates, então, assegura que o nome correto é aquele que foi dado a pessoas consideradas mais sábias e razoáveis, como os homens.

Outra observação parece ainda mais complexa: a explicação de Sócrates quando diz que um nome é o “túmulo da alma, no qual se encontra presentemente enterrada; e, uma vez que é por meio dele que a alma significa as coisas que significa [...]” (PLATÃO, 2001, p. 67).

Platão evoca o transcendente para tentar explicar a relação entre o nome e a coisa, o caráter natural ou convencional dos signos. Dessa premissa, Lyons (1979) pondera sobre a ausência de distinção entre nome próprio e nome comum:

Os filósofos gregos do tempo de Sócrates, e, em seguida, Platão, propuseram a questão nos termos em que ela geralmente se propõe até hoje. Para eles a relação semântica que liga as palavras às coisas é a de "denominar"; e a questão que daí decorre é a de saber se os "nomes" dados às "coisas" eram de origem "natural" ou "convencional" [...]. No curso do desenvolvimento da gramática tradicional, tornou-se hábito distinguir entre o significado da palavra e a "coisa" ou as "coisas" por ela "denominadas". Retomando a distinção formulada pelos gramáticos medievais: a forma de uma palavra (*vox* — parte duma *dictio*) significava "coisas" em virtude do conceito associado a essa forma no espírito dos falantes; o "conceito", olhado desse



ponto de vista, era o significado da palavra (a sua *significatio*). Consideremos essa a visão tradicional da relação entre palavras e "coisas" (LYONS, 1979, p. 479).

Na Bíblia judaico-cristã, a palavra não é apenas um sinal da força divina, já que ela evoca a própria força. Na obra *O princípio da vida*, Hans Jonas explica que Adão foi convocado para nomear as coisas e, assim, acabou instituindo uma universalidade própria da palavra. Segundo o autor (2004, p. 196), “o fazer imagens repete cada vez o ato criador que se oculta no resíduo do nome: o refazer simbólico do mundo”.

A afirmação é tão significativa que, no antigo Egito, “acreditava-se que aquele que conhecesse o verdadeiro nome de alguém, possuía o verdadeiro ser, a essência do deus ou do homem”, de acordo com Biderman (1998, p. 84). Essa autora afirma, ainda, que “os antigos egípcios recebiam dois nomes: o nome verdadeiro e o onomástico, isto é, o nome grande e o nome pequeno. O onomástico, ou nome pequeno, era público; o verdadeiro, porém, era secreto e ciosamente ocultado” (1998, p. 82).

Se não há clareza sobre a criação de um simulacro natural entre o nome e a coisa, neste trabalho, os nomes servem como objeto de estudo e como perspectiva de um entendimento sobre a constituição dos primórdios da sociedade de Caxias do Sul, ao longo de 141 anos, a contar da chegada dos imigrantes italianos, bem como os valores arraigados pelas comunidades que a habitaram e a constituíram neste período. Tentaremos, aqui, explicar a motivação dos nomes de pessoas comuns da comunidade, batizadas na Paróquia Santa Teresa, desde a chegada dos imigrantes italianos ao Nordeste gaúcho, em 1875, até o ano de 2005.

Para estudá-los, serão levados em conta os princípios desenvolvidos por Saussure, bem como algumas contribuições de Benveniste, sempre em uma perspectiva interdisciplinar, pensando não só na questão linguística, mas também na evolução sociocultural da cidade, que poderá ser revelada por meio do estudo dos nomes. Embora as pessoas estudem a linguagem desde a invenção da escrita, foi Saussure quem concebeu a língua como um sistema de signos linguísticos, cujas partes são solidárias entre si, regidas por um conjunto de regras que determinam o emprego de sons e relações sintáticas necessárias à produção de significados.

## 2.1 SAUSSURE E BENVENISTE: O SIGNO LINGUÍSTICO

A língua, de acordo com Saussure, não contém um glossário no qual poderíamos encontrar uma relação entre os nomes e as coisas. O linguista concebe a língua como um sistema de signos e não a vê apenas como uma nomenclatura, mas como algo que necessita de uma série de fatores (psíquicos, físicos ou fisiológicos) vinculados por associações. Aqui, usaremos estudos de Saussure e Benveniste para explicitar a noção de signo.

Dessa maneira, o objeto linguístico por excelência é a língua, que depende da fala para evoluir. Na definição clássica do autor para a língua,

Trata-se de um tesouro depositado pela prática da fala em todos os indivíduos pertencentes à mesma comunidade, um sistema gramatical que existe virtualmente em cada cérebro ou, mais exatamente, nos cérebros dum conjunto de indivíduos, pois a língua não está completa em nenhum, e só na massa ela existe de modo completo. (SAUSSURE, 2004, p. 21).

A unidade linguística, assim, é dupla: a união de dois termos, uma entidade psíquica com duas faces interdependentes. Saussure explica que:

O signo linguístico une não uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica. Esta não é o som material, coisa puramente física, mas a impressão psíquica desse som, a representação que dele nos dá o testemunho de nossos sentidos; tal imagem é sensorial e, se chegamos a chamá-la de material, é somente neste sentido, e por oposição ao outro termo da associação, o conceito, geralmente mais abstrato. (SAUSSURE, 2004, p. 80).

O signo linguístico é, pois, uma unidade portadora de sentido. Para acabar com a ambiguidade das noções apresentadas acima, o linguista propõe que se substituam as palavras conceito e imagem acústica por significado e significante, respectivamente. Para definir o signo linguístico, utiliza duas características essenciais, tomadas como princípios no *Curso de Linguística Geral*.

A arbitrariedade é o primeiro princípio do signo linguístico, e a linearidade do significante, o segundo. O linguista explica que a relação entre significante e significado dá-se por um laço arbitrário. Ele exemplifica (SAUSSURE, 2004, p. 81-82), dizendo que “a idéia de mar não está ligada por relação alguma interior à sequência de sons *m-a- r* que lhe serve de significante; poderia ser representada igualmente por outra sequência, não importa qual”. A comprovação dessa premissa, segundo ele, é expressa pelas diferenças existentes nas várias línguas e o fato de existirem em formas diferentes entre si. A palavra boi em francês, *boeuf*,

com dois significantes: *b-ö-f* do lado da fronteira franco-germânica, e *o-k-s*, do outro, não altera o significado do animal.

A arbitrariedade se dá em dois níveis, sendo um interno e representado pela relação entre o significado e o significante, e outro externo, em relação ao objeto que evoca um conceito e uma imagem acústica. Ela não ocorre, no entanto, em relação àquele que fala.

Saussure explica que:

A palavra arbitrário requer também uma observação. Não deve dar a ideia de que o significado dependa da livre escolha do que fala (ver-se-á, mais adiante, que não está ao alcance do indivíduo trocar coisa alguma num signo, uma vez que esteja ele estabelecido num grupo linguístico); queremos dizer que o significante é *imotivado* (grifo do autor), isto é, arbitrário em relação ao significado, com o qual não tem nenhum laço natural na realidade. (SAUSSURE, 2004, p. 82-83).

O princípio saussuriano sobre a linearidade do significante explica que ele se desenvolve no tempo, em uma determinada ordem, sendo produzido apenas uma vez no discurso, no eixo dos sintagmas. Tem, segundo Saussure (2004, p. 84), as seguintes características: “a) representa uma extensão, e b) essa extensão é mensurável numa só dimensão: é uma linha”. Esse princípio explica porque os signos são proferidos um depois do outro, constituindo uma cadeia, uma sequência fônica dotada de significação.

A significação de cada signo linguístico é transmitida através dos anos e aquele nome dado a um objeto, em determinando momento, de maneira imposta, perpetua-se graças ao que Saussure chama de imutabilidade do signo. De acordo com ele, a imutabilidade corresponde ao fato de que não se pode mudar o nome de um elemento por vontade própria – “a língua aparece sempre como uma herança da época precedente” (SAUSSURE, 2004, p. 85). Nomes repetidos, geração após geração, são uma prova irrefutável disso.

Já Benveniste, autor pós-saussuriano, retoma a ideia de “coisa”, aquela que instigava pensadores como Platão, ainda na Antiguidade, e vê nela a contradição entre as afirmações de Saussure e a natureza do signo linguístico.

O autor leva em consideração a noção usada em linguística para o termo arbitrário, naquela época, dizendo que “toda afirmação sobre a essência da linguagem ou sobre as modalidades do discurso começa por enunciar o caráter arbitrário do signo linguístico” (BENVENISTE, 2005, p. 53). Explica, assim, a necessidade de entender o sentido atribuído por Saussure para definir o princípio da arbitrariedade.

Segundo Benveniste, Saussure exclui o mundo objetivo da formulação desta teoria. Ao explicar o arbitrário, como no exemplo apresentado, *b-ö-f* e *o-k-s*, considera um terceiro elemento, a coisa, a realidade, e repensa o caráter do signo estabelecido por Saussure:

Quando fala da diferença entre *b-ö-f* e *o-k-s*, refere-se, contra a vontade, ao fato de que esses dois termos se aplicam à mesma realidade. Eis aí, pois, a coisa, a princípio expressamente excluída da definição do signo, e que nela se introduz por um desvio e aí instala para sempre a contradição. (BENVENISTE, 2005, p. 54).

A contradição se estabelece, assim, pelo fato de Saussure não considerar a língua como substância, mas exclusivamente como forma: “é somente se se pensa no animal boi que se tem base para julgar ‘arbitrária’ a relação entre boi de um lado, *oks* do outro, com uma mesma realidade” (BENVENISTE, 2005, p. 54-55).

Em realidades diferentes, portanto, esse conceito não se validaria. Assim, chega-se à afirmação clássica de que “o que é arbitrário é que um signo, mas não outro, se aplica a determinado elemento da realidade, mas não a outro” (BENVENISTE, 2005, p. 56).

Para o linguista francês, ao contrário de Saussure, é o falante que resolve o problema da arbitrariedade do signo linguístico, no uso da língua: “para o falante há, entre a língua e a realidade, adequação completa: o signo encobre e comanda a realidade; ele é essa realidade” (BENVENISTE, 2005, p. 57).

Para ele, o signo linguístico não é arbitrário, é *necessário* (grifo do autor). Diz, ainda, que a “consustancialidade do significante e do significado garante a unidade estrutural do signo linguístico” (BENVENISTE, 2005, p. 56), sendo ambos os conceitos interdependentes. Benveniste afirma que “propor a relação como arbitrária é para o linguista uma forma de defender-se contra essa questão e também contra a solução que o falante lhe dá instintivamente.” (BENVENISTE, 2005, p. 56-57). Essa arbitrariedade, para Benveniste, existiria apenas como fenômeno ou objeto material, sem interferir na constituição do signo linguístico.

O autor entende o signo linguístico como unidade semiótica, portador de uma dupla relação, sendo considerado enquanto unidade e como dependente da ordem semiótica. Considera, assim, a caracterização das unidades semióticas como portadoras de forma e sentido, pois se apresenta como significante e significado. Afirma que o signo “é dotado de significação na comunidade daqueles que fazem o uso de uma língua, e a totalidade destes signos forma a totalidade da língua” (BENVENISTE, 2005, p. 227). Completa dizendo que “é no uso da língua que um signo tem existência; o que não é usado não é signo; e fora do uso o

signo não existe” (BENVENISTE, 2005, p. 227). Defende que o signo encobre e comanda a realidade.

Para o autor, essa noção do signo, está ligada à fala, ao momento em que a língua pode ser enunciada, ao seu caráter indivisível e que, ainda assim, pode ser decomposto em unidades menores, dependendo da necessidade de quem o enuncia.

O autor também discute a presença de um significante e de um significado. Ele percebe a função dos dois conceitos como sendo inter-relacionados, afirmando que “o significante não é apenas uma sequência dada de sons que a natureza falada, vocal, da língua exigiria; ele é a forma sonora que condiciona e determina o significado, o aspecto formal da entidade chamada signo” (BENVENISTE, 2005, p. 225).

Com base nessa ideia, o autor sugere que o significante é aquele que, através de uma cadeia de sons, ativa, pela fala, um elemento correspondente ao conceito, na mente, descrito pelo significante e equivalente ao significado. O significado, por sua vez, tem como característica primordial o sentido, já que, para ele, “significar é ter um sentido, nada mais” (BENVENISTE, 2005, p. 227). O sentido, assim, é muito valorizado pelo autor, sendo que signo assume um sentido por meio de oposições e/ou relações que estabelece.

O sentido referido por Benveniste diz respeito à ideia transmitida e ao seu emprego. Dessa maneira, segundo Benveniste (2005, p. 231), “se o ‘sentido’ da frase é a ideia que ela exprime, a ‘referência’ da frase é o estado de coisas que a provoca, a situação de discurso ou, de fato, a que ela se reporta e que nós jamais podemos prever e fixar”.

Quanto à noção de signo, Benveniste destaca que o signo só pode existir quando a língua está em uso, na fala. Para que um signo exista, é necessário que ele seja aceito e se relacione com os outros signos.

Diferentemente de Saussure, que divide língua e fala, Benveniste propõe outra divisão, a do sentido e a da forma, afirmando que há duas maneiras distintas de ser língua no sentido e na forma. A primeira tem como função linguística significar. A segunda, comunicar.

Segundo esse mesmo autor:

A semiótica se caracteriza como uma propriedade da língua; a semântica resulta de uma atividade do locutor que coloca a língua em ação. O signo semiótico existe em si, funda a realidade da língua, mas ele não encontra acepções particulares; a frase, expressão do semântico, não é senão particular. Com o signo tem-se a realidade intrínseca da língua; com as frases ligam-se as coisas fora da língua; e enquanto o signo tem por parte integrante o significado, que lhe é inerente, o sentido da frase implica referência à situação de discurso e a atitude do locutor. (BENVENISTE, 2005, p. 230).

Conforme Flores e Barbisan (2009, p. 19), Benveniste concebe a existência ou não de um signo e seu sentido a partir da dependência de que ele possa ser usado pelos falantes da língua. Completam que “em Benveniste, o significado do signo linguístico comporta o uso da língua, logo *valor* (grifo original do autor), inerente ao sistema, decorre da influência que o uso tem sobre esse sistema” (FLORES; BARBISAN, 2009, p. 19).

Benveniste explicita, também, que a condição imprescindível para a constituição do signo é a significação, colocando-o como um integrante da ordem semiótica, na qual o sentido é o mais importante. Dessa forma, Benveniste define o significante como a unidade formal da língua, que determina o significado. Assim, o signo linguístico é arbitrário ou necessário. Por isso, o antropônimo, além de ser um signo linguístico é um produto cultural, que mostra a concepção de mundo de um espaço e de seus ocupantes. Se a língua é um elemento marcante da cultura, seu léxico e, conseqüentemente, o conjunto de seus nomes próprios de pessoas, bem como os de lugares, auxiliam nessa percepção. Segundo Isquierdo (2012, p. 115), “a função do léxico no processo de cognição e de categorização da realidade não pode ser negado, haja vista sua função de consubstanciar, materializar o conhecimento produzido por uma sociedade”.

## 2.2 O SIGNO ONOMÁSTICO

Diversamente do signo linguístico, que é arbitrário, para Dick (1990, p. 18), o signo onomástico – particularizando o toponímico –, é um signo linguístico motivado. De acordo com Dick (1990):

Muito embora o topônimo seja, em sua estrutura, uma forma de língua, ou um significante, animado por uma substância de conteúdo, da mesma forma que todo e qualquer outro elemento do código em questão, a funcionalidade de seu emprego adquire uma dimensão maior, marcando-o duplamente: o que era arbitrário, em termos de língua, transforma-se no ato do batismo de um lugar, em essencialmente motivado, não sendo exagero afirmar ser essa uma das principais características do topônimo. (DICK, 1990, p. 18).

Com o decorrer dos anos, no entanto, distancia-se a intencionalidade do ato denominador do nome em si. O significado da denominação que, na época, era claro e transparente, torna-se, com o passar do tempo, opaco em decorrência dessa distância temporal

e espacial. Ainda assim, os designativos são mantidos, o que torna o signo onomástico um “fóssil linguístico”<sup>5</sup>. (DICK, 1990, p. 20).

Na metáfora estabelecida por Authier-Revuz (2005, p. 81), “o signo é um vidro transparente”. Só é possível ver o que está por trás dele se ele assim o estiver – caso contrário, só mostra a si mesmo. A autora explica que,

Essa transparência vem do fato de representar a coisa significada sem ele mesmo se refletir nessa representação. No entanto, o signo pode também não remeter a outra coisa a não ser ele mesmo, perdendo a transparência que permitia ver a coisa através dele, sendo aí que se torna opaco. Em outras palavras, quando o locutor se serve do signo, fazendo uso dele, é transparente, pois, nesse caso, o que o signo é ele próprio como signo não aparece: o que aparece é a coisa significada. (AUTHIER-REVUZ, 2005, p. 81)<sup>6</sup>.

O signo onomástico, dessa forma, não se circunscreve exclusivamente a uma análise lexicológica. Aproxima-se mais da interpretação de Benveniste, que entende o signo linguístico como unidade semiótica, portador de uma dupla relação.

O estudo dos nomes próprios possibilita que se dê significado ao signo onomástico, tirando-o de seu caráter meramente identificatório, como se fosse uma simples etiqueta. O signo onomástico, se comparado ao signo linguístico, tem uma constituição um pouco diferente. Ambos são formados por significante e significado, mas, no caso do signo onomástico, o significado nem sempre aparece explícito.

Marcato (2009)<sup>7</sup> questiona a aproximação entre os dois conceitos:

Mas deve ser dito que nem sempre é óbvio (como devia ser) a pertença da onomástica no âmbito interno das disciplinas linguísticas pelo fato de que o nome próprio não é considerado totalmente um signo linguístico dada a falta (ou a debilidade) do significado que é uma parte (a outra é o assim chamado significante) de que é composto um signo linguístico. (MARCATO, 2009, p. 18, tradução nossa).

Estudos onomásticos, tanto de topônimos quanto de antropônimos, revelam informações e sentidos dos nomes de lugares ou de pessoas, de maneira que há uma curiosidade natural em se descobrir o significado a eles subjacente. Com a mudança das comunidades ao longo dos anos, é provável que o topônimo e o antropônimo permaneçam na

<sup>5</sup> “Na linguística, o termo fossilização é uma expressão do geógrafo francês Jean Brunhes, para quem o topônimo era um fóssil da geografia humana, já que, mesmo com o desaparecimento dos fatores motivacionais, eles ainda podem permanecer cristalizados e intactos em um topônimo”. (BRUNHES, 1925).

<sup>6</sup> Assim como Benveniste, Authier-Revuz (2005) considera que, para estudar a língua, precisa-se recorrer aos seus exteriores. Para ela, é preciso perceber o sujeito como uma exterioridade necessária à constituição da língua, que a afeta e a desestabiliza.

<sup>7</sup> *Do original*: “Ma va detto che non è sempre scontata (come dovrebbe essere) l'appartenenza dell'onomastica all'interno delle discipline linguistiche per il fatto che il nome proprio non è considerato appieno un segno linguistico data la mancanza (o la debolezza) del significato, che è una parte (l'altra è il cosiddetto significante) di cui è composto un segno linguistico.” (MARCATO, 2009, p. 18).

língua, mas apareçam de maneira cristalizada, ou com a forma fonética ou ortográfica alteradas, sem que façam referência a algo que tenha um significado imediato.

Assim como o nome próprio de pessoa, o nome próprio de lugar traz em si a possibilidade de reconstituir a memória e a cultura de uma localidade e, segundo Seabra (2006, p. 1956), topônimos e antropônimos “vão além da expressão linguística”. São, pois, signos que carregam um valor simbólico e um referente. A autora assevera que,

Dentro dessa ‘teoria causal da referência’, Oliveira (1996) diz que o nome próprio é um ‘designador rígido’, pois designa um indivíduo de uma maneira única e direta. Mais que isso, acrescentamos que os nomes de lugares, assim como os nomes de pessoas são ‘designadores rígidos’ já que representam ou são os próprios referentes em uma situação de comunicação, podendo-lhes atribuir, por isso, no âmbito dos estudos linguísticos, certa singularidade. (SEABRA, 2006, p. 1956).

A etimologia da palavra toponímia tem sua origem no grego, *tòpos*, "lugar", e *ònoma*, "nome". O signo toponímico apresenta as mesmas características do signo antroponímico – são eles o cerne dos estudos linguísticos dessa natureza. Segundo Dick (1980, p. 290), o topônimo representa “uma projeção aproximativa do real, tornando clara a natureza semântica (ou transparência) de seu significado”.

A motivação costuma aparecer no momento do batismo, seja da pessoa ou do lugar, e acaba sendo transmitido aos integrantes da comunidade. Ao se preservar o sentido, preserva-se, também, a informação sobre a motivação. Caso contrário, o referente extralinguístico pode se perder e, conseqüentemente, esvaziado de sentido ficará o signo onomástico.

De acordo com Milner (2003, p. 85), a ideia de referência “não deixa de dar lugar a discussões desde que a língua foi concebida como um conjunto bem definido, tendo pelo menos uma propriedade distintiva: justamente a que consiste em ‘designar’”.

Essa referência, que dá sentido ao signo onomástico, não se baseia apenas em uma relação entre o nome e aquilo a que ele se refere, mas às visões de mundo daqueles que os escolheram e os empregaram. Brito (2003, p. 189) ressalta que “para ser batizado, um objeto tem que estar suficientemente distinguido na multiplicidade dos dados da percepção. Não se pode batizar um objeto para o qual não haja clareza sobre a sua identidade”.

Referindo-se ao nome próprio de pessoa De Felice (1982) diz que ele “é um signo linguístico – enquanto constituído por uma particular forma fônica ou série de fonemas – que tem a função de identificar e distinguir, no interior de uma coletividade, um determinado



indivíduo.”<sup>8</sup> (1982, p. 127, tradução nossa). Ao mesmo tempo em que reconhece o nome próprio como um signo onomástico, por ser formado por um componente fônico, o significante, estabelece sua diferenciação face ao signo linguístico próprio do nome comum ou elemento lexical ou também morfemático de uma língua. O autor apresenta sua definição do signo linguístico, caracterizando-o como:

constituído por dois componentes, o *significante* e o *significado*, estritamente inter-relacionados e compenetrados entre eles e intimamente fundidos no interior precisamente do *signo*, que é a única unidade orgânica e funcional do sistema: e o significado é uma entidade psíquica abstrata e geral – ulteriormente definida pelos vários autores como conceito, imagem ou representação mental ou psíquica, noção ou manifestação do saber e da experiência do real.<sup>9</sup> (DE FELICE, 1982, p. 128, tradução nossa).

Em prosseguimento, o autor aborda o signo onomástico, reportando-se, especificamente ao nome pessoal, colocando-o em confronto com o signo linguístico e propondo que o signo onomástico é “constituído por um significante – que é sempre uma entidade fônica, uma série particular de fonemas – o qual se reporta diretamente, sem mediação de um significado próprio a um elemento ou a ‘objeto’ individual e concreto, isto é, a um *referente*.”<sup>10</sup> (DE FELICE 1982, p. 128- 129, tradução nossa). Em suma, o autor acredita que o significante relaciona-se diretamente com o indivíduo que tem aquele nome, o qual tem a função específica de identificá-lo e distingui-lo dos outros indivíduos de uma coletividade.

Em *Referência e Onomástica*, Seabra (2006, p. 1955) retoma o triângulo apresentado, inicialmente, por Ogden & Richards (1923, p. 11), depois, por Ullmann (1957, p. 12) e reconsiderado, posteriormente, por Lyons (1977, p. 85), analisando a representação efetuada por esses autores, de que o nome está ligado ao sentido e esse, ao referente por linhas contínuas, o que indica que há entre esses elementos uma relação direta. Uma linha pontilhada estabelece uma ligação entre o nome e o referente, indicando que há entre eles uma relação indireta.

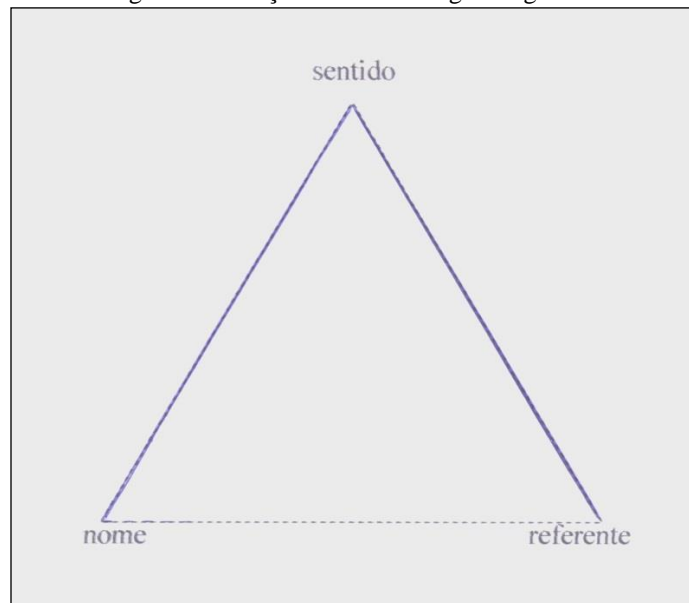
---

<sup>8</sup> *Do original*: “è un segno linguistico – in quanto costituito da una particolare forma fonica o serie di fonemi – che ha la funzione di identificare e distinguere, all’interno di una collettività, un determinato individuo”.

<sup>9</sup> *Do original*: “costituito da due componenti, il *significante* e il *significato*, strettamente interrelati e compenetrati tra loro e intimamente fusi all’interno appunto del *segno*, che è la sola unità organica e funzionale del sistema: e il significato è un’entità psichica astratta e generale – ulteriormente definita dai vari autori come concetto, immagine o rappresentazione mentale o psichica, nozione o manifestazione del sapere e dell’esperienza del reale”.

<sup>10</sup> *Do original*: “costituito da un significante – che è sempre un’entità fonica, una serie di fonemi particolare – il quale si rapporta direttamente, senza il tramite di un significato, proprio a un elemento o ‘oggetto’ singolo e concreto, cioè a un *referente*: l’individuo che quel segno onomastico, quel nome, ha appunto la funzione di identificare e distinguere dagli altri individui di una collettività”.

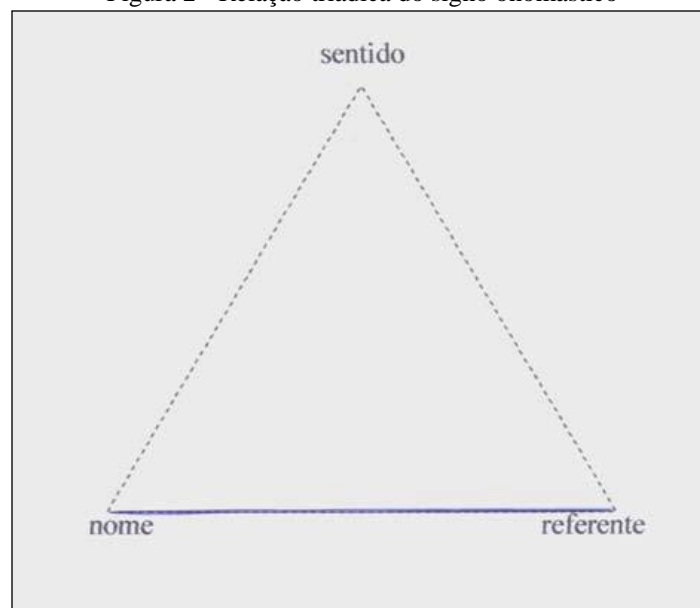
Figura 1 - Relação triádica do signo linguístico



Fonte: Seabra, 2006, p. 1955.

A Figura 1 é bastante representativa no que diz respeito ao signo linguístico, evidenciando a relação existente entre os elementos que o constituem. Assim, no ângulo esquerdo inferior, teremos o significante, no ângulo superior, o significado e no ângulo direito inferior, o referente ou coisa. As relações entre os três elementos permanecem as mesmas, descritas por Seabra (2006, p. 1955).

Figura 2 - Relação triádica do signo onomástico



Fonte: Seabra, 2006, p. 1955.

No caso do nome próprio de pessoa, representado pela Figura 2, e nos atendo ao que aqui interessa, institui-se a relação onomástica e, nesse caso, o nome não passa pelo sentido, isto é, vai diretamente ao referente. Em consonância com essa interpretação, figuram todos os estudiosos de onomástica que consideram o nome próprio, de pessoa ou de lugar, uma mera etiqueta. A questão está estreitamente vinculada ao fato de se reconhecer a existência ou não de um significado para o nome próprio.

A dificuldade de precisar a motivação subjacente aos nomes, em um primeiro momento, acaba classificando-os apenas como rótulos. Segundo Marcato (2009),

Com relação a um signo linguístico, o signo onomástico é formado por um significante, uma entidade fônica que se reporta diretamente a um indivíduo, que tem a função de identificar um indivíduo no interior de uma coletividade, sem a mediação de um significado relativo a um elemento ou ‘objeto’, individual e concreto, isto é, a um ‘referente’. Por (ter) tal característica frequentemente o signo onomástico é considerado uma ‘etiqueta’, um ‘rótulo’ (MARCATO, 2009, p. 19, tradução nossa).<sup>11</sup>

Os questionamentos a respeito do significado do signo onomástico atravessam o tempo. Não poucos estudiosos atribuem-lhe o rótulo de etiqueta, e a explicação é repetitiva. Às vezes, o problema não é devidamente elucidado. De Felice (1982, p. 129) alerta que é necessário analisar o problema à luz de duas alternativas, sobre dois planos diversos. Primeiramente, a análise deve ser semântica, contemplando não só a semântica linguística, mas também a semântica extralinguística. O outro plano é o histórico, considerando, nesse caso, a dimensão diacrônica, particularmente, o ponto em que o sistema onomástico surgiu e se formou. À dimensão histórica vai acrescida a perspectiva sincrônica, com foco no problema visto no momento em que a pesquisa está sendo realizada. A questão não é simples, pois, sobretudo, a atenção dos estudiosos compreende a visão de filósofos, linguistas, antropólogos e historiadores.

---

<sup>11</sup> *Do original*: “Rispetto a un segno linguistico, il segno onomastico è formato da un significante, un’entità fonica, che si rapporta direttamente a un individuo, che ha la funzione di identificare un individuo all’interno di una collettività, senza il tramite di un significato relativo a un elemento o ‘oggetto’ singolo e concreto, cioè a un ‘referente’. Per tale caratteristica spesso il segno onomastico viene considerato una ‘etichetta’, un ‘cartellino’”.

### 3 A ONOMÁSTICA: SUA INSERÇÃO LINGUÍSTICA, SEU CAMPO INTERDISCIPLINAR

Inserida na Lexicologia, a Onomástica é a ciência que estuda os nomes próprios. A palavra deriva do grego antigo *onomastiké*, que significa ato de nomear. Marcato (2009, p. 10) acrescenta que o conceito esteve “presente no latim tardio na forma *onomasticon*; trata-se da arte do *ónoma*, o nome, que se torna, com Aristóteles, uma parte do discurso depois distinto em apelativo (*prosegorikón*) e nome próprio (*kýrion*)”, estudado em diferentes tipologias.

A mesma autora explica que há dois campos de investigação da onomástica: “a toponomástica ou toponímia, que se refere aos nomes próprios de lugar (ou topônimos) e a antroponímia que se ocupa dos nomes próprios de pessoas (ou antropônimos)”. (MARCATO, 2009, p. 10).

Para Migliorini (1935, p. 378), o termo onomástica foi usado também para “designar o estudo de todos os nomes próprios, tanto pessoais, como locais e étnicos, mas, geralmente, o termo refere-se somente ao estudo de nome próprio de pessoa (ou antropônimos).”

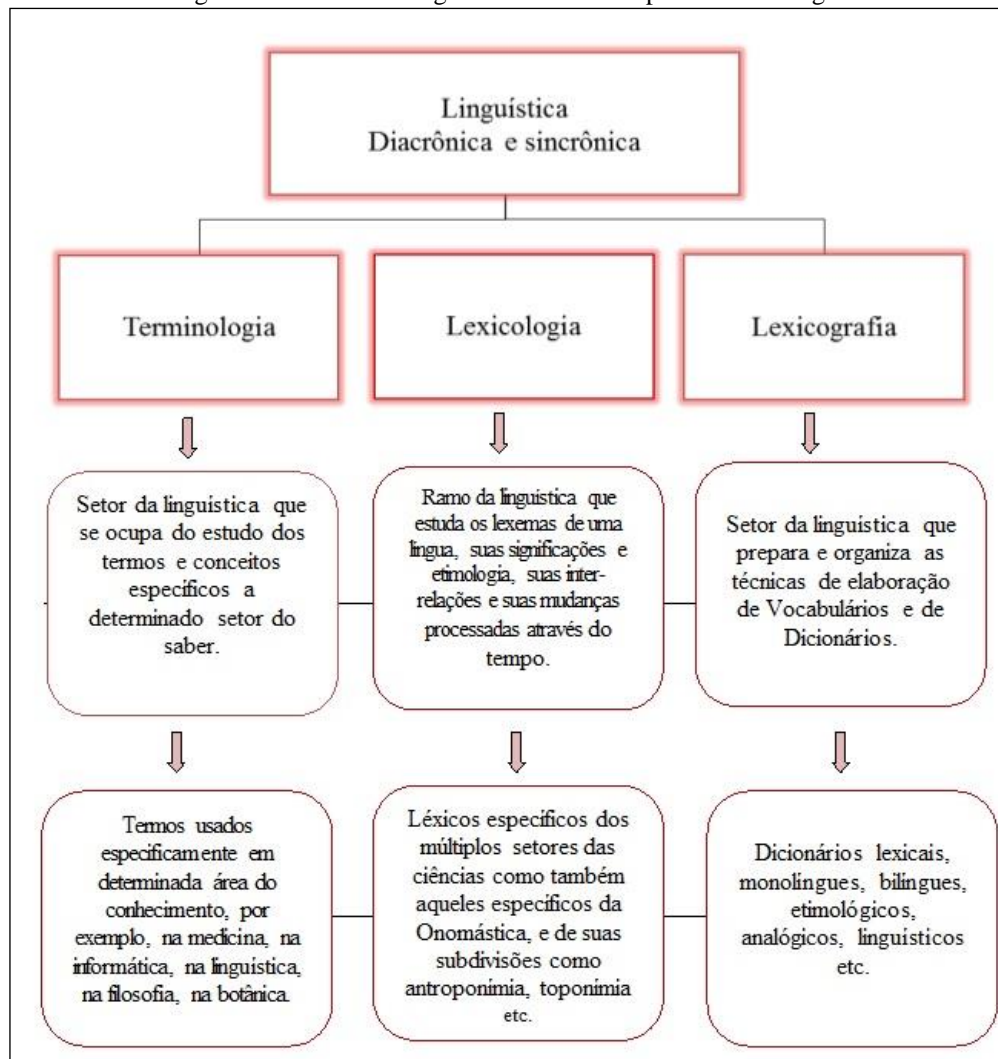
Em 1887, o filólogo português Leite de Vasconcellos, pela primeira vez, empregou o termo Antroponímia, com registro na Revista Lusitana, I, 45, para designar o “estudo dos nomes individuais, dos sobrenomes e apelidos” (VASCONCELLOS, 1931, p. 3). Na pesquisa realizada sobre os conjuntos onomásticos individuais, Vasconcellos (1931, p. 3-5) distinguiu particularidades e buscou precisar cada uma das características constatadas. Assim, por *sobrenome*, entende “um patronímico, nome de pessoa ou expressão religiosa que se junta imediatamente ao *nome próprio*”; por *alcunha*, “um epíteto, bom ou mau, que outros aplicam a um indivíduo, em virtude de qualidades físicas e morais que reconhecem nele, ou de certas particularidades de sua vida”; e por *apelido*, “uma denominação de família, transmitida ordinariamente de geração em geração”. Explica, ainda, que a denominação individual poderia ser expressa por uma “qualificação geográfica, tomada da naturalidade ou da residência do indivíduo”.

Nos estudos onomásticos, em geral, a distinção fundamental encontrada é entre topônimos, por um lado, e antropônimos, por outro, respectivamente, compreendidos na toponímica e na antroponímia. Há uma sustentação consolidada, entre estudiosos europeus americanos, quanto à pertença da onomástica à ciência da linguística.

O esquema proposto a seguir, ainda que configurado de forma simplificada, tem o intento de mostrar a inserção da onomástica no âmbito da linguística. Pela redução que

efetuamos, ficam suspensos e, portanto, estão ausentes do desenho esquemático todos os outros ramos e setores da linguística, como sintaxe, fonologia, semântica etc., e passamos, diretamente, da linguística histórica e sincrônica aos três campos denominados lexicografia, lexicologia e terminologia, dos quais o setor que nos interessa, aqui, é a lexicologia. No topo, figuram linguística histórica e linguística sincrônica, porque, efetivamente, um estudo onomástico, conduzido com rigor, supõe que sejam contempladas as duas perspectivas.

Figura 1 - Ramos da Linguística com realce para a Lexicologia



Fonte: Elaborada pela autora (2016).

Atendo-nos ao ramo da linguística em que se situa a onomástica, apresentamos as palavras de Bidermann (2001, p. 16), que assim define a lexicologia: “ciência antiga, tem como objetos básicos de estudo e análise a palavra, a categorização lexical e a estruturação do léxico.” A lexicologia desenvolveu-se como o estudo da estrutura e da história do léxico, diferentemente da lexicografia que se ocupou das técnicas de compilação dos dicionários.

Através da palavra, categorizamos e nomeamos tudo o que existe no mundo. Às palavras, associamos conceitos que representam simbolicamente os referentes a que correspondem. Ainda, conforme Bidermann (2001, p. 13):

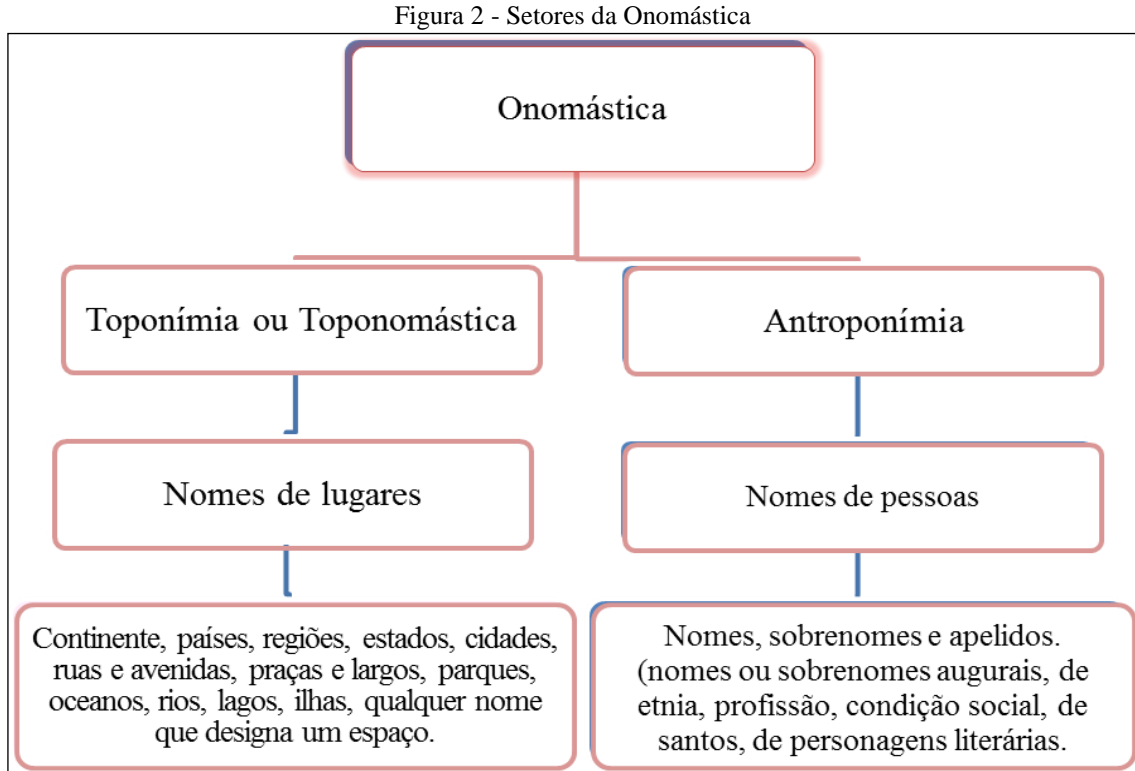
Ao reunir os objetos em grupos, identificando semelhanças e, inversamente, discriminando os traços distintivos que individualizam esses seres e objetos em entidades diferentes, o homem foi estruturando o mundo que o cerca, rotulando essas entidades discriminadas. Foi esse processo de nomeação que gerou o léxico das línguas naturais.

O léxico constitui, pois, o patrimônio das palavras de uma língua, estruturado através da história dessa língua. Nele estão incluídas todas as palavras da língua, todos os seus elementos constitutivos, com realce, aqui, para os nomes próprios de pessoas e de lugares. Bidermann (2001, p. 14) sintetiza essa questão, propondo que:

O universo conceptual de uma língua natural pode ser descrito como um sistema ordenado e estruturado de categorias léxico-gramaticais. As palavras geradas por tal sistema nada mais são que rótulos, através dos quais o homem interage cognitivamente com o seu meio. [...]  
Além disso, o léxico de uma língua natural pode ser identificado com o patrimônio vocabular de uma dada comunidade linguística ao longo de sua história. Assim, para as línguas de civilização, esse patrimônio constitui um tesouro cultural abstrato, ou seja, uma herança de signos lexicais herdados e de uma série de modelos categoriais para gerar novas palavras. Os modelos formais dos signos linguísticos preexistem, portanto, ao indivíduo.

A categoria dos nomes próprios tem um lugar privilegiado no âmbito da lexicologia, especificamente, no setor denominado onomástica. Dessa derivam duas grandes áreas denominadas toponímia e antroponímia. A toponímia ocupa-se da análise e do estudo dos nomes próprios de lugar; a antroponímia compreende o estudo e análise dos nomes próprios de pessoas. São bastante numerosas as subcategorias da toponímia, a qual ainda pode ser considerada na sua dimensão de macrotoponímia e microtoponímia. Em sentido amplo, a macrotoponímia compreende o estudo das denominações dos espaços mais vastos, como continentes, países, estados, cidades vilas e povoados; a microtoponímia abrange o estudo das denominações dos espaços mais restritos, como avenidas, ruas, praças e outros. A antroponímia centraliza-se no estudo dos nomes de pessoas, entendendo-se os vários elementos estruturais que formam o que, genericamente, chamamos de nome e que pode variar, apresentando-se numa sequência formada por nome + sobrenome, ou nome + nome + sobrenome, ou nome + sobrenome + sobrenome, com possibilidade de ser constituído com outras variações, particularmente, considerando as diferentes comunidades humanas dos

vários países e respectivas culturas envolvidas. De modo esquemático, podemos visualizar, a partir da onomástica, as suas várias subcategorizações.



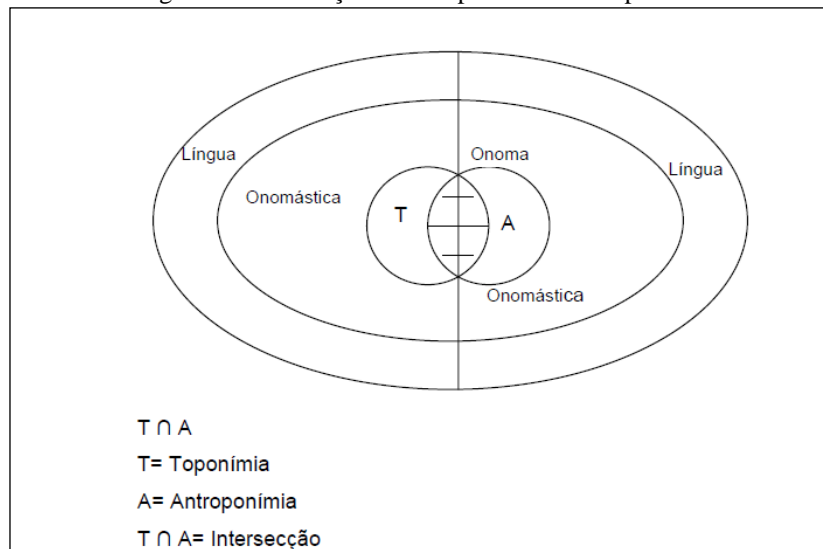
Fonte: Elaborada pela autora (2016) com base em estudiosos da onomástica.

De Felice (1987, p. 11) reforça a ideia de que o linguista está bem consciente de fazer sincronia e diacronia juntas, ou seja, “descrição e, ao mesmo tempo, história, de fatos ou processos nem sempre prevalentemente linguísticos, mas também culturais, sociais, econômicos, até políticos, e também de geografia humana”<sup>12</sup>.

Topônimos e antropônimos embora assumam caminhos diferentes, protagonizam uma relação de inclusão onomástica, por meio da palavra.

<sup>12</sup> *Do original*: “Descrizione e insieme storia, e di fatti o processi non esclusivamente e a volte neppure prevalentemente linguistici, ma anche culturali, sociali e economici e, quindi, politici, e anche di geografia umana”. (DE FELICE, 1987, p. 11).

Figura 3 - Intersecção entre toponímia e antroponímia



Fonte: Dick (1999, p. 145).

A ciência Onomástica toma o nome próprio como objeto de estudo e, dentro disso, procura desvendar a sua origem, a motivação que levou alguém à escolha de um nome e não de outro no ato de denominar uma pessoa. Pelo estudo antroponímico podemos, através da etimologia dos nomes, efetuar o resgate da história social de determinadas regiões ou comunidades, presentes em significados cristalizados ou opacos, reconstruindo o significado primeiro e, posteriormente, traçar um panorama extralinguístico da região em foco.

Para a análise deste trabalho, são levados em consideração fatores como a origem, a evolução, a substituição ou a manutenção dos nomes, sua maior ou menor recorrência. Há questões fundamentais na antroponímia as quais são tratadas, de modo geral, por todos os estudiosos do assunto. Destacamos, dentre tantos pontos relevantes, o signo onomástico em confronto com o signo linguístico, tópico que mereceu um desenvolvimento no capítulo anterior; determinamos, com base em estudos de autores renomados, a diferença entre o nome próprio e o nome comum, abordamos a fossilização semântica do nome próprio, sua opacidade, sua preservação, substituição ou alteração e buscamos entender o sentido linguístico e extralinguístico envolvido no nome de pessoa e a importância linguística do estudo dos antropônimos.

### 3.1 ANTROPONÍMIA E TOPONÍMIA

Dauzat (1925) considera, como a única classificação onomástica racional possível, a distinção entre toponímia e antroponímia. Ele assegura que:



Se quisermos uma classificação, a única racional é a separação entre **nomes de pessoas** e **nomes de lugares** [grifo do autor], esses tendo uma ligação territorial precisa; aqueles se aplicando seja a uma pessoa, (nomes individuais), seja a um grupo de pessoas havendo entre elas uma ligação social (família, *gens* romana), geográfica ou política (nomes de habitantes de uma cidade, de um território, de um Estado). Apelidos e pseudônimos entram nesses mesmos quadros, os únicos racionais, os únicos concordes à história da sociedade como da língua.<sup>13</sup> (DAUZAT, 1925, p. 4, tradução de FROSI, Vitalina Maria).

A antroponímia é, pois, uma divisão da onomástica. Ela trata de um campo de pesquisas muito vasto, estendendo sua esfera de estudos muito além da análise etimológica, da origem e do sentido dos nomes de pessoas. A antroponímia abrange toda a história dos nomes de pessoas, prenomes, sobrenomes e apelidos. Seu objeto de estudo desdobra-se em diferentes setores, abarcando as transformações gráficas, a distribuição dos nomes e respectivas variantes nos diferentes territórios habitados por seus portadores, as alterações e influências sofridas pelos nomes no contato com línguas diversas, o papel exercido por crenças e religiões, pelo *status* político e econômico, por fatos históricos de variadas dimensões. É um campo de pesquisas e estudos de interesse especial da linguística histórica e sincrônica, mas incluem-se, além da linguística, também, áreas interdisciplinares, servindo-se a antroponímia de conhecimentos peculiares de outras esferas do saber.

Ocupando-se do estudo dos nomes próprios de pessoas, a antroponímia investiga a diferença entre nome próprio e nome comum, entra na questão do significado e, portanto, na constituição do signo onomástico em oposição ao signo linguístico. Nesse domínio do conhecimento, questões semelhantes por um lado e diferentes por outro recaem sobre nomes, sobrenomes e apelidos. A antroponímia busca reconhecer e estudar os aspectos tipológicos de uns e de outros. Para tanto, a pesquisa tem dimensões amplas, percorre o tempo, desde as origens aos tempos atuais. Nesse percurso, são focados contextos não só linguísticos, mas contam também a história dos homens, seus fazeres, seus modos de vida, suas profissões, suas crenças e, conseqüentemente, o reflexo desses elementos extralinguísticos na formação, evolução, substituição e criação dos nomes.

Reportando-se à toponímia, Dauzat explica que ela assume caráter indicativo dos movimentos culturais, se conjugada à história. Segundo esse autor:

---

<sup>13</sup> *Do original*: “Si l’on veut une classification, la seule rationnelle est celle qui sépare les **noms de personnes** et les **noms de lieux** [grifo do autor], ceux-ci ayant une attache territoriale précise, ceux-là s’appliquant soit à une personne (noms individuel), soit à un groupe de personnes ayant entre elles un lien social (famille, *gens* romaine), géographique ou politique (nom d’habitants d’une ville, d’un territoire, d’un État). Surnoms et pseudonymes rentrent dans ces cadres, les seuls rationnels, les seuls conformes à l’histoire de la société comme du langage”.

A toponímia, conjugada com a história, indica ou torna precisos movimentos antigos dos povos, as migrações, as áreas de colonização, as regiões onde tal grupo linguístico deixou seus vestígios. Ela nos permite, por exemplo, determinar os limites da extensão máxima do lígure e seu progressivo desaparecimento nos Alpes ocidentais; ela nos faz seguir os deslocamentos da influência gaulesa, seus centros de expansão, seu desenvolvimento, que continua no início da dominação romana. Encontra na Gália os locais de colônias bárbaras; indica o máximo de densidade e os limites da colonização norueguesa em Normandia. (...). Ela nos ensina como se operou a aculturação do solo nas época gaulesa, galo-romana e franca; ela nos informa sobre as relações entre o homem e a terra, fazendo pressentir desde o século III, através de uma simples mudança de nomes de fortalezas, toda a germinação do regime feudal<sup>14</sup> (DAUZAT, 1947, p. 7, tradução de FAGGION, Carmen Maria).

Desse modo, o estudioso francês, além de estabelecer a dicotomia entre antroponímia e toponímia, dá indicações precisas sobre a abrangência específica atinentes a cada uma delas. No que concerne à antroponímia, ele acena para a origem dos nomes de pessoas, podendo ser derivados da proveniência geográfica, política ou étnica. Reportando-se à toponímia, ele amarra as pontas entre língua e história, citando exemplos de vários povos que, em sua passagem pelos lugares, deixaram marcas linguísticas e culturais. Dentre os estudiosos franceses, destaca-se ainda Rostaing (1948, p. 5) que assevera que a toponímia pesquisa a significação e a origem dos nomes de lugares, ocupando-se, outrossim, das transformações que eles sofrem no decurso do tempo.

O venezuelano Salazar-Quijada (1985, p. 18), por sua vez, define a toponímia como “(...) aquele ramo da Onomástica que se ocupa do estudo integral, no espaço e no tempo, dos aspectos: geo-históricos, socioeconômicos e antropolinguísticos, que permitiram e permitem que um nome de lugar se origine e subsista”.<sup>15</sup>

Há um consenso entre os estudiosos de que um estudo onomástico completo deve ser realizado nos planos sincrônico e diacrônico, isto é, numa perspectiva histórica, bem como estabelecendo a distinção entre os contextos linguístico e extralinguístico. Marcato (2009, p. 30) ressalta que “para nomes como Andréa ou Carlo ou Maria é necessário consultar um

---

<sup>14</sup> *Do original*: “La toponymie, conjugué avec l’histoire, indique ou précise les mouvements anciens des peuples, les migrations, les aires de colonisation, les régions où tel ou tel groupe linguistique a laissé ses traces. Elle nous permet, par exemple, de jalonner l’extension maxima du ligure et sa résorption dans les Alpes occidentales ; elle nous fait suivre les déplacements de l’influence gauloise, ses foyers de rayonnement, son développement qui continue au début de la domination romaine. Elle retrouve en Gaule les emplacements de colonies barbares ; elle indique le maximum de densité et les limites de la colonisation noroise en Normandie. [...]. Elle nous apprend comment s’est opérée la mise en culture du sol aux époques gauloise, gallo-romaine et franque ; elle nous renseigne sur les rapports entre l’homme et la terre, en faisant pressentir dès le IIIe siècle, sous un simple changement de noms de cités, toute la germination du régime feudal”.

<sup>15</sup> *Do original*: “[...] aquella rama de la Onomástica que se ocupa del estudio integral, en el espacio y en el tiempo, de los aspectos: geo-históricos, socio-económicos y antro-po-lingüísticos, que permitieron y permiten que un nombre de lugar se origine y subsista.” (SALAZAR-QUIJADA, 1985, p. 18).

dicionário etimológico para encontrar um significado linguístico”<sup>16</sup>, mesmo que pudessem, na época em que surgiram, ser nomes significativos. É de fundamental importância refazer esse percurso para conhecer o significado subjacente aos nomes próprios, operando tanto no nível sincrônico quanto no diacrônico, considerando a semântica do contexto em que topônimos e antropônimos estão inseridos, como também fazendo uso sistemático da etimologia, como Dauzat (1925), Leite de Vasconcellos (1931) e Dick (1990). De acordo com Vasconcellos (1931, p. 460), “estudar nomes próprios é classificá-los segundo as fontes de que provêm, e explicar, quanto possível, a origem de cada um”.

É também imprescindível que o estudo se baseie na história dos elementos linguísticos como constituintes socioculturais. O étimo e o significado lexical figuram como outros elementos históricos e nem sempre podem ser precisados. Essa incerteza em relação à origem e à explicação dos nomes, imprescindíveis para a pesquisa onomástica, reside, possivelmente, em alguns princípios observados por De Felice e anteriormente já mencionados.

Nomes semíticos, em particular israelitas, encarregam-se de transmitir ao recém-nascido uma ideia positiva. De acordo com Dauzat (1925, p. 08), “estirpes imaginativas sintetizaram, no nome de uma criança, suas alegrias ou seus sentimentos como suas esperanças”. Ele exemplifica com os nomes *Diudonné* e *Déodat*, para evocar a ideia de presente divino (dado por Deus), bem como o sobrenome italiano Bentivoglio (quero bem a você).

Martins (1984) considera que o nome próprio tem características peculiares e, por esse motivo, deve ser analisado levando-se em conta um contexto mais amplo:

Não podemos aceitar a ideia simplória e cartesiana de que o nome é somente um sinal que marcaria o outro, como um estímulo qualquer. Ele ultrapassa essa visão reducionista tão cara a algumas fórmulas positivistas. O sinal é descrito, em geral, nestas concepções, como um estímulo que provoca a reação do sujeito. (Martins, 1984, p. 10).

A motivação estaria presente, dessa maneira, no momento da escolha dos antropônimos.

---

<sup>16</sup> *Do original*: “per nomi come Andrea o Carlo o Maria è necessario consultare un dizionario etimologico per ritrovare un significato linguistico”. (MARCATO, 2009, p. 30).

### 3.2 O NOME PRÓPRIO

A escolha dos nomes mundo afora, em diferentes povos, é distinta e segue uma série de particularidades, como as tradições, a religião, o lugar geográfico de nascimento ou fatos curiosos de evolução histórica.

Marcato (2009) chama atenção para o fato de as pessoas usarem a palavra nome para se referir ao nome pessoal, individual ou de batismo, o elemento que designa a pessoa que o carrega. Ao ser perguntado sobre “qual é o seu nome?”, no entanto, o indivíduo pode responder o nome, o nome e sobrenome ou só o sobrenome.

Ullmann (1967) explica que existe uma forte ligação entre o nome próprio e a tradição e que, embora seja fácil distingui-lo dos nomes comuns devido à presença da inicial maiúscula, essa distinção nem sempre é tão simples de ser feita. Recorda os pensadores gregos, dizendo que, já naquela época, não havia consenso sobre o significado das palavras. Os naturalistas acreditavam no caráter natural da denominação, dada a ligação entre o som e o sentido, enquanto os convencionalistas acreditavam na questão da tradição, uma espécie de contrato social. Ullmann reflete sobre essa motivação:

Todos os idiomas contêm certas palavras arbitrárias e opacas, sem qualquer conexão entre o som e o sentido, e outras que, pelo menos em certo grau, são motivadas e transparentes. Há três aspectos principais da motivação que podemos citar mais claramente: como funciona numa língua particular; como pode variar no discurso do tempo; finalmente, como varia o seu âmbito de uma língua para outra. (ULLMANN, 1967, p. 165).

Por identificação, Ullmann explica que “um nome próprio serve apenas para identificar uma pessoa ou um objeto, singularizando-os de entre as entidades semelhantes (1967, p. 149)”. Afirma, ainda, que os nomes próprios têm função designativa, em detrimento da função conotativa dos substantivos comuns. Quanto ao som, o princípio fonêmico se baseia na necessidade de distinguir os nomes, bem como as peculiaridades gramaticais, como a ausência de plural:

Embora seja bastante fácil distinguir os nomes próprios dos substantivos comuns, a fronteira entre as duas categorias não é de modo alguma decisiva. Muitos nomes próprios derivados de substantivos comuns ainda mostram claramente marcas da sua origem: nomes de lugar como Blackpool (pântano negro) e Newcastle (Castelo novo) e apelidos como Smith (ferreiro) e Carpenter (carpinteiro), nomes de pessoas como Pearl (Pérola) e Heather (urze). Outros, embora menos transparentes, têm, pelo menos, algum elemento analisável.

Em alguns casos, esses nomes são mais transparentes, outros menos. Marcato (2009) sugere que um nome como Monte Bianco abre um leque de possibilidades de interpretação e entendimento a um falante de italiano, dada a possível associação com seu vocabulário, o que já não ocorre tão facilmente com Verona, um signo opaco que remete a uma língua diferente e a uma época remota. Assinala, ainda, que

É evidente, todavia, que o falante aproxima um elemento linguístico como *Monte Bianco* (grifos da autora) a um referente geográfico assim chamado antes mesmo de interpretá-lo como se fosse um apelativo. Do mesmo modo, uma pessoa que se chama *Bruno* não faz pensar na cor dos cabelos ou da pele, mas ao indivíduo que carrega tal nome. Mas se a gente perguntasse o que significa o nome Bruno é claro que é fácil dar uma resposta: o nome, com efeito, para um falante de hoje, é transparente e não opaco.<sup>17</sup> (MARCATO, 2009, p. 18, tradução nossa).

Comprovam a afirmação da pesquisadora diversos nomes que, historicamente, sofreram transformações de nomes próprios para comuns e vice-versa. Dauzat (1925, p. 1) dá alguns exemplos: “un louis (= antiga moeda de ouro), un massicot (= uma guilhotina) e l’andrinople (= tecido de algodão geralmente vermelho)”. Explica ainda, que *massicot* era o sobrenome de um mecânico francês chamado Guillaume Massiquot, o inventor da guilhotina.

Pulgram (1954) analisa a implicação da significação do conceito nome próprio: o *onoma* grego, traduzido para o latim como *nomen proprium*, não teria aqui apenas o significado de “próprio” no sentido de propriedade, mas também possuiria o sentido de peculiar, característico, em oposição a comum, ordinário (apud DICK, 1990).

Às vezes, é necessária uma descrição sobre o nome para se ter noção de que se trata de um nome próprio, mesmo que o significado não esteja opaco. Segundo Brito (2003), é por meio dos nomes, que são signos linguísticos ou onomásticos, que nos referimos ao mundo. Eles estão nas sentenças e mantêm uma estreita relação com a filosofia, estão por objetos – um objeto singularmente determinado – e precisam cumprir essa função. Brito (2003, p. 58) propõe que:

Não se pode, obviamente, apresentar de fato um objeto ele mesmo na linguagem, mas, se nela queremos mencioná-lo como tal, então só o podemos fazer por intermédio do seu nome. Mas não por meio do que ordinariamente se entende por nome próprio. Por meio de expressões como ‘João’, ‘Brasília’ ou ‘Aristóteles’ o objeto se perde, pois não se apreende imediatamente sobre qual objeto se está a falar, quando se usam nomes como esses. Para tanto, é necessário descrever o objeto

<sup>17</sup> *Do original*: “È evidente, tuttavia, che il parlante accosta un elemento linguistico come *Monte Bianco* ad un referente geografico così chiamato prima ancora di interpretarlo come se fosse un appellativo. Allo stesso modo una persona che si chiama *Bruno* non fa pensare al colore dei capelli o della carnagione ma all’individuo che porta un tale nome. Ma se ci si chiede cosa significhi il nome *Bruno* è chiaro che è facile dare una risposta: il nome, infatti, a un parlante di oggi risulta trasparente e non opaco”.

‘João, o brasileiro’, ‘Brasília, a capital do Brasil’, ‘Aristóteles, o filósofo’, Nesse sentido, os nomes próprios não são para Russell senão abreviações de descrições e têm, como elas, apenas um aparente caráter singular.

Brito refere-se a duas teorias, ao afirmar que a função do nome é ‘estar por objetos’. Na teoria descritivista de Frege (1978), é apenas através do sentido que os nomes podem desempenhar papel referencial. Na teoria kripkeana (1975), ao contrário, o sentido não tem papel fundamental.

Em sua teoria, Frege (1978, p. 62) explica que um nome, para ser próprio, deve fazer referência “a um objeto singular, particular e não mais que um”. Para o filósofo, o nome próprio exprime seu sentido, é convencional e estável. Dessa forma, os nomes próprios têm duas funções semânticas: denotar um objeto e exprimir um sentido.

Já Kripke (apud BRITO, 2003, p. 43), defende que a “relação entre nomes próprios e descrições seria de sinonímia”, privilegiando uma leitura linguística do significado.

Para a antropologia, o problema dos nomes próprios é outro: descobrir como eles se inserem nas comunidades e que relevância adquirem para eles. De acordo com Bajo Pérez (2002, p. 16), quase todas as sociedades formam seus nomes próprios a partir das denominações clássicas. A autora explicita:

Nas chamadas ‘sociedades primitivas’, a imposição de nomes próprios de pessoa está relacionada ou com complexas estruturas totêmicas ou com significados simbólicos ou com interesses e aspirações da comunidade, ou com estado de ânimo dos pais ou com condições objetivas pré-fixadas”.<sup>18</sup>

Nome próprio como valor de signo simbólico é, também, o pressuposto de Claude Lévi-Strauss:

Para os linguistas, este problema é o da natureza dos nomes próprios e de seu lugar no sistema da língua. Para nós, trata-se disso e de ainda outra coisa, porque nos defrontamos com um duplo paradoxo. Devemos estabelecer que os nomes próprios fazem parte integrante de sistemas tratados por nós como códigos: meios de fixar significações, transpondo-as para termos de outras significações (Lévi-Strauss, 1970, p. 200).

Esses interesses e aspirações comunitários são comuns no processo de designação. Dauzat (1925) explica que:

---

<sup>18</sup> *Do original*: “En las llamadas ‘sociedades primitivas’, la imposición de nombres propios de persona está relacionada o con complejas estructuras totémicas, o con significados simbólicos, o con intereses y aspiraciones de la comunidad, o con estados de ánimo de los parientes, o con condiciones objetivas prefijadas” (BAJO PÉREZ, 2002): *La caracterización morfosintáctica del nombre propio*.

Historicamente, com efeito, os nomes próprios, em última análise, foram criados com nomes comuns ou adjetivos substantivados. Os nomes de pessoas, nós veremos, têm como elementos apelidos metafóricos, nomes de profissões ou nomes de lugares; os nomes de lugares, por sua vez, derivam de nomes de pessoas ou se formaram, seja em consequência de características topográficas, seja com a ajuda de nomes comuns ou epítetos.<sup>19</sup> (DAUZAT , 1925, p. 1, tradução nossa).

Essa relação entre nomes próprios e nomes comuns também é objeto de estudo de outros pesquisadores. Segundo Marcato (2009, p. 13-14):

Se o objeto de estudo da onomástica são os nomes próprios, o problema de fundo consiste no individualizar um sistema de nomes próprios com relação a um sistema de nomes comuns. Por mais que seja evidente que o nome próprio exprime um máximo grau de definição no âmbito da enunciação, denominando um indivíduo específico relativamente a outros de mesma classe [cf. Simone, 1990, 320], entre definição e indefinição há aí um espaço para graus intermediários; dito de outro modo, não é claro quando ‘um sinal de identificação [nome comum] tornou-se um símbolo significativo [nome próprio] e vice-versa.’<sup>20</sup> [Ullmann 1970, 129].

Marcato observa que, na antiga onomástica cristã, os nomes que significavam bons presságios para a criança recém-nascida eram os mais comuns. Entre eles, segundo a pesquisadora (2009, p. 32), estavam “Anastasius (do grego ressurreição), Eugenius (bem nascido), Cyriacus (do grego de Deus), Theofilos (amigo de Deus) e etc”. Já quando um adulto é batizado, destaca a pesquisadora, o nome é substituído por um nome cristão. Está evidente, então, a influência marcante que as crenças exercem na escolha do nome de uma pessoa.

O pensamento de Marcato vai ao encontro das ideias de Aristóteles (2004, p. 31), que argumenta que “o nome é um composto significativo, sem indicação de tempo, e nenhuma de suas partes faz sentido por si mesma, [...] por exemplo, em Teodoro, o elemento – doro não apresenta significado”.

Um nome próprio pode ter, dessa maneira, múltiplos significados, por ser um “signo volumoso e sempre gordo”, como a ele se refere Barthes (1974, p. 125). Segundo esse autor, a utilização do nome próprio, ao contrário do nome comum, não pode ser considerada menor,

<sup>19</sup> *Do original*: “Historiquement: car les noms propres, en dernière analyse, ont été créés avec des noms communs ou des adjectifs substantivés. Les noms de personnes, on le verra, ont pour éléments des surnoms métaphoriques, des noms de profession ou des noms de lieux ; les noms de lieux, à leur tour, dérivent de noms de personnes ou ont été formés, soit d’après des particularités topographiques, soit à l’aide de noms communs ou d’épithètes”.

<sup>20</sup> *Do original*: “Se oggetto di studio dell’onomastica sono i nomi propri, il problema di fondo consiste nell’individuare un sistema di nomi propri rispetto a un sistema di nomi comuni. Per quanto sia evidente che il nome proprio esprime un massimo grado di definitezza nell’ambito dell’enunciazione, denominando uno specifico individuo rispetto ad altri della stessa classe [cfr. Simone 1990, 320], tra definitezza e indefinitezza vi è uno spazio per gradi intermedi; detto altrimenti, non è chiaro quando ‘un segno di identificazione [nome comune] è divenuto un simbolo significativo [nome proprio] e viceversa’ [Ullmann 1970, 129]”.

seja de forma “reduzida ou achatada”, ao contrário do nome comum, “que sempre só libera um sentido do sintagma” (Barthes, 1974, p. 125). Além disso, Barthes reforça a ideia de deciframento do nome, já que:

ele é, ao mesmo tempo, um meio (no sentido biológico do termo), no qual é necessário mergulhar, banhando-se indefinidamente em todos os devaneios que ele comporta, e um objeto precioso, comprimido, embalsamado, que se torna necessário abrir como uma flor. (BARTHES, 1974, p. 125).

Ao contrário da antiguidade, onde a maioria dos nomes próprios latinos tinha origem latina, romana, grega ou exótica, como os germânicos, na Idade Média, surgem nomes de origem lombarda, de tradição franca, de tradição alemã, de origem normanda e de tradição histórico-literária, conforme ilustra Marcato (2009, p. 32-33). A complexificação da sociedade ao longo dos séculos também se reflete na absorção de influências para a constituição dos nomes próprios de pessoas. A autora (2009, p. 33) explica que, no início do século XIV, há um incremento no repertório graças a novos avanços socioeconômicos, culturais, religiosos e linguísticos, com formações originais e diversificadas em confronto com os procedimentos tradicionais de criação dos nomes.

Baseando-se na pesquisa realizada por De Felice (1987), Marcato (2009, p. 33-34) aponta cinco tipos fundamentais: os nomes augurais, os que indicam etnia, profissão ou condição social; aqueles com formas hipocorísticas que derivam de um nome base; estrangeiros de prestígio político, social ou literário; nomes de santos que estavam em alta na época.

Essa evolução ainda é observada, no final do Século XX na Itália, por exemplo, com o ingresso de nomes estrangeiros aos designativos italianos, especialmente com palavras em inglês, ao que Marcato (2009, p. 40-41) se refere como “muito representativo no país, pois, por um lado, há muitos imigrantes, por outro, por puro modismo”. Dauzat (1925) já havia considerado a influência da moda:

[...] nós a reencontramos a cada passo. É ela que faz tirar aos gauleses seus velhos sobrenomes indígenas, e os incita a adotar as denominações romanas (...) Chegaram os bárbaros e os galo-romanos, por sua vez, pegaram os nomes em uso na aristocracia franca. Mais tarde, o burguês dá às suas crianças os nomes de batismo em uso nas famílias nobres; o plebeu copia o burguês; a província imita a capital e a colônia a cidade. Mais nos aproximamos da época atual, mais a moda se impõe soberana com suas variações e seus caprichos, rechaçando para um plano inferior, enfraquecidos, quando não eliminados, os fatores uma vez preponderantes de ordem



sentimental e mística.<sup>21</sup> (DAUZAT, 1925, p. 8-9, tradução de FROSI, Vitalina Maria).

Nesse trecho de Dauzat, está expresso não só o papel preponderante desempenhado pela moda, como também a influência exercida pelo *status* de um povo sobre o outro, levando os indivíduos do grupo menos favorecido socialmente a adotar nomes daquele que goza de maior prestígio cultural e social. As crianças são, então, batizadas com o nome dos nobres, o pobre recebe o nome do rico, o habitante do interior, das zonas rurais, recebe o nome daqueles que habitam a cidade.

O dinamismo da língua faz com que o nome perca, rapidamente, seu verdadeiro significado. Ele é ocultado por uma forma opaca, que deixa apenas uma espécie de embalagem, que em nada ajuda a conhecer o que está dentro dela. Na questão dos nomes próprios, Dick esclarece que:

os nomes próprios, principalmente os mais antigos e conservadores, podem incorporar o característico de dêiticos, na acepção que lhes confere o sistema. São apontadores de referências individuais e sociais, trazendo a característica de grupos sintáticos estáveis, no conjunto de seus elementos formadores (prenome + apelido de família). (DICK, 2001, p. 85).

Mas, para que esses significados sejam revelados, faz-se necessário ir além do aspecto linguístico que os explica – é preciso clarear o sentido subjacente a tais nomes, já que signos onomásticos tornam-se opacos com o passar do tempo. Dauzat (1925, p. 1), comparando características dos nomes de pessoas com as dos nomes de lugares, assegura que, “assim como os nomes de pessoas, os nomes de lugares se apresentam a nós como palavras antigas, de significado preciso, cristalizadas e esterilizadas de modo mais ou menos rápido, esvaziadas de sentido original.”<sup>22</sup> [tradução de FAGGION, Carmen Maria].

Dick, por seu turno, esclarece que:

O denominador é apenas um elemento da cultura nacional, da qual é projeção e em que se manifesta, de modo particularizante. O sistema denominativo que aciona é,

<sup>21</sup> *Do original*: “nous la retrouverons à chaque pas. C’est elle qui fait quitter aux Gaulois leurs vieux noms indigènes, et les incite à adopter les appellations romaines. Viennent le Barbares, et les Gallo-Romains, à leur tour, prennent les noms en usage dans l’aristocratie franque. Plus tard le bourgeois donne à ses enfants les noms de baptême en usage dans les familles nobles ; les vilain copie le bourgeois ; la province imite la capitale et la campagne la ville. Plus nous approchons de l’époque actuelle, plus la mode s’impose en souveraine avec ses variations et ses caprices, refoulant à l’arrière-plan, affaiblis sinon éliminés, les facteurs, jadis prépondérants, d’ordre sentimental et mystique”.

<sup>22</sup> *Do original*: “De même que les noms de personnes, mais d’une façon encore plus remarquable, les noms de lieux se présentent à nous comme d’anciens mots à sens précis, cristallisés et stérilisés plus ou moins rapidement, vidés de leur sens originaire”.

assim, um reflexo de tudo aquilo que representa, cumulativamente, hábitos, usos, costumes, moral, ética, religião. (DICK, 1996, p. 13).

Desse modo, no ato de nomeação, são evocados elementos semânticos de diferentes procedências. O fundamental, no entanto, é que os falantes, ao evocarem um nome próprio para se referirem a uma determinada pessoa, encontrem nele a mesma referência.

Dauzat (1925) explica que a interpretação acerca dos nomes de pessoas permite conhecer a marca de civilizações passadas, e um estudo interdisciplinar na área da linguística possibilita que se conheça a motivação subjacente ao signo onomástico.

Segundo Dauzat (1925, p. 7), “com os nomes de pessoas pode-se mergulhar no âmago da alma popular dentre as épocas mortas. Não são eles (os nomes) os símbolos vivos de crenças, de superstições desaparecidas?”<sup>23</sup>.

### 3.3 NOMES PRÓPRIOS: O CONTEXTO EXTRALINGUÍSTICO

Não escolhemos nossos nomes, eles nos são dados de acordo com uma vontade ou uma crença de nossos pais, preferencialmente. Eis aí um reflexo dessa prática humana por excelência, que é o ato de nomear.

Para Guérios (1973), há motivações principais na escolha de um nome, tais como:

- a) Influências religiosas, totêmicas, “supersticiosas”, históricas ou políticas: pais consideram filhos como sendo “presentes de Deus” e expressam isso no nome, como no hebreu Mateus, no grego Teodoro, no latino Deodato, no hindu Devadatta e Godgifu para os germânicos ou, em povos antigos, nomes de animais dos quais julgam-se descendentes, como *Lupus*. Dauzat (1925, p. 7) diz que a “palavra em si é reputada a ter virtudes: o nome exercerá, acredita-se, uma influência sobre a criança. Os Romanos, por exemplo, nomeavam um rapaz *Fortis*, não porque o recém-nascido parecesse corajoso, mas para que assim se tornasse”<sup>24</sup>.

Quanto à motivação histórica, Guérios cita o românico Romeu como “peregrino que ia a Roma receber indulgências do Papa”, o espanhol Quadros como “senhor de certa porção de terra lavradia” e o germânico Otto, alusivo à “riqueza”; e para motivação política, nomes

<sup>23</sup> *Do original*: “Avec les noms de personnes on peut plonger au tréfonds de l’âme populaire parmi les âges défunts. Ne sont-ils pas les symboles vivants de croyances, de superstitions évanouies?”

<sup>24</sup> *Do original*: “Le mot em lui-même est réputé avoir ses vertus : le nom exercera, croit-on, une influence sur l’enfant. Les Romains, par exemple, nommaient un garçon *Fortis*, non parce que le nouveau-né semblait courageux mais pour qu’il le devînt.”

masculinos como Egalité Eugene e Liberté Edouard, surgidos durante e depois da Revolução Francesa, ou Benito e Berlusconi, por causa da política italiana.

- b) Circunstâncias, lugar e tempo de nascimento, qualidades físicas ou morais: como no hebraico Benóni, “filho da minha dor”, Domingos, “nascido no domingo”, ou Pascualino, “nascido na Páscoa”, bem como Madalena refere-se à “cidade de Mágdala” ou o latino Marina e o gaulês Morgan querem significar “nascidos ou habitantes do mar”. Sobre qualidades morais, encontram-se o grego Eusébio, “religioso”, o germânico Frederico, “senhor ou príncipe da paz”, e o arábico Rachid, “justiceiro”; e também qualidades físicas, como o hebreu Esaú, “o cabeludo”, o italiano Boccaccio, “de boca larga”, ou o latino Aurelius, “da cor do ouro”;
- c) Nomes relativos à cronologia dos nascidos ou a profissões: nomes dados aos primogênitos, significando “primeiro filho”, como o grego Protógenes e o latino Primus; ou a profissão “alfaiate”, que designou o inglês Taylor, o alemão Schneider e o italiano Sartori;
- d) Nomes de família, amizade ou exóticos: quando o nome de um familiar não é escolhido para homenagear um recém-nascido, pode-se escolher uma composição de nomes de parentes ou amigos, como Claudionor, composição de Cláudio e Leonor, ou Josefina, “filha de José”, ou Erina e Zâmia, cujo significado é de difícil compreensão.

Dauzat acrescenta, ainda, a influência decorrente da posição social, da política e da moda na escolha dos nomes. Segundo ele,

O estado social tem repercussões diretas sobre os nomes de pessoas. Os nomes de família, importados pelo tumulto das grandes invasões, se reconstituem sobre outras bases quando o regime feudal encontrou seu equilíbrio, para se fixar definitivamente quando o poder real está solidamente organizado. A Revolução e o Império deixaram sua marca sobre os prenomes e deram nomes de famílias aos israelitas, párias do antigo regime, cidadão daí em diante.

Quanto à influência da moda, nós a reencontraremos a cada passo. É ela que faz tirar aos galeses seus velhos sobrenomes indígenas, e os incita a adotar as denominações romanas.<sup>25</sup> (DAUZAT, 1925, p. 8-9).

Por sua vez, Dick (2000) afirma que:

<sup>25</sup> *Do original*: “L’état social exerce des répercussions directes sur les noms de personnes. Les noms de famille, emporté par la bourrasque des grandes invasions, se reconstituent sur d’autres bases quand le régime féodal a trouvé son assiette, pour se fixer définitivement quand le pouvoir royal est solidement organisé. La Révolution et l’Empire ont marqué leur empreinte sur les prénoms et ont donné des noms de famille aux Israélites, parias de l’ancien régime, citoyens désormais. Quant à l’influence de la mode, nous la retrouverons à chaque pas. C’est elle qui fait quitter aux Gaulois leurs vieux noms indigènes, et les incite à adopter les appellations romaines”.

Transmitido de geração a geração, o nome ou o apelido de família carrega em si todas as marcas da descendência gentílica, não sendo por isso de livre escolha dos cidadãos. A imposição obrigatória do que se convencionou chamar, atualmente, de sobrenome, é o seu traço distintivo, em oposição ao prenome, fruto de um ato volitivo dos pais. [...] Desse momento em diante, representado pela doação do nome, a criança será levada a familiarizar-se mais intensamente com essa expressão sonora identificada como o seu “repraesentamen” simbólico. Do mesmo modo, esse apelativo será a forma linguística mais constantemente repetida, em todas as situações em que venha a ser o foco da atenção. O nome doado e conhecido coloca o receptor no centro de convergências positivas e negativas, ou de vetores de forças que definirão personalidades e comportamentos, condutas e estilos de vida, tornando nome e indivíduo uma só entidade. (DICK, 2000, p. 218).

Na sociedade latina, o patrimônio onomástico é composto, basicamente, por nomes tradicionais latinos ou romanos, bem como gregos e estoicos, usados também da onomástica cristã, mesmo com nomes inspirados em divindades pagãs, como Apollus ou Maximus, segundo Marcato (2009).

A autora explica que, na mais antiga onomástica cristã, são frequentes os nomes augurais, como já referidos na interpretação de Guérios (1973), além de nomes contidos no Novo Testamento, nomes de apóstolos ou de santos, relativos a festas cristãs ou mártires. Esses nomes reinam quase absolutos até que, entre os séculos V e IX, aparecem os nomes germânicos e, de acordo com Migliorini (apud MARCATO, 2009, p. 32), “para não mais de duas ou três gerações o nome corresponde à estirpe: depois a moda remexe tudo, e os pais das leis romanas dão aos filhos nomes germânicos ou vice-versa”<sup>26</sup>. Dessa maneira, a onomástica tradicional latina entra em crise, e a germânica ascende. Nesse período sobressaem-se os nomes de origem lombarda, de tradição franca, alemã, normanda e da tradição histórico-literária. Marcato (2009) observa que ainda hoje há, no patrimônio dos nomes próprios italianos, especialmente nos masculinos, influência germânica que remete à Idade Média.

Entre o final do século XII e o início do século XIV, a autora explica que há um incremento no patrimônio onomástico, graças à ascensão socioeconômica, cultural, religiosa e linguística, com a criação de nomes inspirados em novos nomes augurais ou de ações de graças, como Benvenuto; novos nomes étnicos, de profissão ou condição social, como Tedesco e Nobili; novos nomes de formas hipocorísticas que derivam de um nome base já existente, como Gianni e Gianna; novos nomes estrangeiros de prestígio político, social ou literário, ou da moda, como Enrico; e nomes de santos em voga na época, como Antonio. No Renascimento, surgem nomes recuperados da época clássica, como Alessandro e Cesaro. Com a influência estrangeira na Itália, os nomes também são transformados e, a partir da

---

<sup>26</sup> *Do original*: “Per non più di due o tre generazioni il nome corrisponde alla stirpe: poi la moda rimescola tutto, e genitori di legge romana danno ai figli nomi germanici, o viceversa”.

segunda metade do século XX, observam-se versões estrangeiras de nomes italianos, sobretudo ingleses.

A autora, assim, divide nomes italianos em dois grupos: cristãos e laicos. No primeiro, estão englobados nomes de santos, patronos ou israelitas. No segundo, nomes genéricos, como Enzo, augurais, como Tranquila, clássicos greco-latinos, com ideologias políticas ou patrióticas, referentes a obras literárias e nomes da moda.

Para Martins (1984), a escolha de um nome, pelo motivo que for, não leva em consideração apenas o pensamento na criança. Ele afirma que

O desejo do que nomeia pode ser concebido como um investimento narcisístico do próprio Eu no mundo exterior. Um exemplo típico é o daquele pai que, ao nomear o próprio filho, pensa em garantir-lhe o melhor dos mundos ou o melhor dos signos. A nobreza sempre se apoiou neste simbolismo, tentando trazer bons augúrios para seus filhos (MARTINS, 1984, p. 29).

Os nomes augurais, assim, garantiriam não só os bons presságios aos filhos, mas também aos pais. Para Dick, no entanto, essa escolha pode ser subjetiva, porque existe um distanciamento semântico no dia a dia, embora acredite na perenidade do antropônimo. A autora (DICK, 2001, p. 85) afirma que eles “acabam adquirindo, numa reconstituição próxima, como dissemos, a imagem de seu portador imediato, mas, remotamente, permanecem os aspectos oriundos da fé e da devoção”.

Aos nomes, acrescentam-se os sobrenomes, ao que Dauzat (1925) chama de nomes coletivos e que, atualmente, são diferentes daquilo que representavam na Antiguidade. O autor lembra que:

O nome de família é único na nossa época, contrariamente ao prenome; era o inverso na Roma antiga onde, além do nome da grande família, a *gens*, levava-se o nome da subdivisão, do subgrupo, da família. Ao lado do nome fixado pelo uso ou pela lei, é necessário colocar o apelido familiar. Enfim, o nome de família pode ser mudado, legalmente ou por domínio de posse. (DAUZAT, 1925, p. 11).

No caso dos sobrenomes italianos, sua história é recente. Mioranza (2009, p. 27-28) comenta que os sobrenomes italianos modernos surgiram durante a Idade Média. Já Marcato (2009, p. 63, tradução nossa) explica que eles “se fixam muito lentamente, com diferenças entre um lugar e outro e, no todo, constituem um repertório que conta além de 300 mil formas”.<sup>27</sup>

<sup>27</sup> *Do original*: “si fissano lentamente, con differenze tra un luogo e l’altro, e complessivamente costituiscono un repertorio che conta oltre trecentomila forme”.

Na Itália, a cadeia onomástica segue a sequência nome + sobrenome, de forma idêntica à inglesa, à portuguesa e à brasileira, diferentemente da húngara, que tem a formação sobrenome + nome, mas existem, nessa, sobrenomes que parecem nomes. A variação relativa aos sobrenomes, conforme Marcato (2009, p. 64), é sujeita a modificações “refreadas”, mas, tal qual o nome, é difícil encontrar um significado. Tentar decifrá-los exige paciência e é ainda mais desafiador.

Se a escassez de documentação histórica torna particularmente difícil a pesquisa num setor como o dos sobrenomes, igualmente é a pesquisa da motivação na origem das formações cognominais, muitas vezes intuitível, mas não raramente obscura. Também quando a forma é de étimo evidente, tal pode ser Rosso, Rossi, a pesquisa da motivação permanece em nível de hipótese não sendo mais reconstruíveis significados metafóricos e circunstâncias várias que possam ter produzido aquele adjunto ou determinante, o apelido, tornado depois um sobrenome. E como podem existir várias interpretações possíveis, pode haver uma forma ‘sobrenome’ poligenética. Um sobrenome, portanto, poderia derivar de um topônimo ou de um nome pessoal por sua vez de origem detoponímica, como no caso de Pistoia (antigamente Pistoria) em 1101 (isso pode justificar-se pelo menos em parte pelo espírito bairrista). Para um sobrenome como Messinè, largamente presente na Calábria e na Sicília, o reenvio pode ser ao adjetivo étnico messinè, forma que corresponde a messinesi, com o sufixo -è terminação do grego -âios, ou ao topônimo palermitano Messineo.<sup>28</sup> (MARCATO, 2009, p. 65, tradução nossa).

Os sobrenomes também podem sofrer mudanças com o passar dos anos, na transmissão oral ou escrita. No sistema nominal romano, eles são formados por três elementos: prenome (ou nome individual), nome (ou gens<sup>29</sup>) e sobrenome ou apelido. Com o passar dos séculos há uma perda da fórmula trinômica, substituindo o prenome pelo nome e o nome pelo sobrenome. Esse encurtamento dos nomes provoca outra modificação nas denominações, com o acréscimo de outro nome para evitar ambiguidades criadas pela homonímia. A partir do século XI, na Itália, de acordo com Marcato (2009), começa-se a introduzir um nome adjunto, que pode ser de família ou sobrenome, ou seja, coletivo e hereditário, estabilizando-se no último período da idade medieval e fixado, definitivamente,

<sup>28</sup> *Do original*: “Se la scarsità di documentazione storica rende particolarmente difficoltosa la ricerca in un settore come quello dei cognomi, altrettanto è la ricerca della motivazione all’origine delle formazioni cognominali talvolta intuibile ma non di rado oscura. Anche quando la forma è di etimo evidente, tale può essere Rosso, Rossi, la ricerca della motivazione rimane a livello di ipotesi non essendo più ricostruibili significati metaforici e circostanze varie che possono avere prodotto quell’aggiunto o determinante, o soprannome, divenuto poi un cognome. E come ci possono essere più interpretazioni possibili, può esservi una forma cognominale poligenetica. Un cognome, dunque, potrebbe derivare da un toponimo o da un nome personale a sua volta di origine detoponímica, come nel caso Pistoia, tra i vari esempi di toponimi che hanno prodotto nomi di persona già nel Medioevo: nella forma Pistoria è attestato come nome femminile proprio a Pistoia (anticamente Pistoria) nel 1101 (ciò può giustificarsi almeno in parte per spirito di campanile). Per un cognome come Messinè, largamente presente in Calabria e in Sicilia, il rinvio può essere all’aggettivo etnico messinè, forma che corrisponde a messinese, con il suffisso -è esito del greco -âios, o al toponimo palermitano Messineo.”

<sup>29</sup> Grupo de pessoas que compartilhavam o mesmo nome de família

entre os séculos XVI e XVIII. A autora esclarece que os acréscimos são muitos e, em nível popular, designam filhos:

um segundo nome, também se nem sempre se distingue claramente o patronímico (pela forma de paternidade *Iohannes filius Petri*, *Iohannes Petri* a *Iohannes Petro*), variamente indicado segundo as áreas e os documentos, uma designação toponomástica (como indicação de proveniência ou residência ou por circunstância diversa), uma atividade, um apelido, variados depois pela adição de sufixos com diversa função.<sup>30</sup> (MARCATO, 2009, p. 68, tradução nossa).

Rossebastiano e Papa (2005, p. XVII) afirmam que o sistema onomástico italiano atualmente em uso, por exemplo, é resultado de uma longa evolução, que tem a base no *nomen unicum* ou *supernomen* ou *signum*, com o uso de uma forma binominal, reduzindo-os, primeiramente, a *nomina bina*. As autoras (2005, p. XXI) esclarecem que “o repertório onomástico italiano é, como o léxico da nossa língua, o resultado dos fatos que atravessaram os séculos e marcaram a nossa história política e a nossa vida social”<sup>31</sup>.

Os sobrenomes carregam, portanto, uma espécie de inventário das nossas gentes, formando a própria história delas. Martins (1991, p. 137) afirma que “o sobrenome é o sustentáculo significativo onde estes sentidos podem se revelar. Ele vem revelar, de forma inexorável, esses outros mortos que vivem em cada um de nós”. Serve, também, para dar a dimensão simbólica da vida em comunidade, constatando que, em sociedades patriarcais, mulheres recebem sobrenomes do pai e adotam o sobrenome do marido. Para Martins (1991, p. 139), “o sobrenome é mais do que expressivo, ele é performativo, pois, sendo adotado, expressa um ato: a adoção simbólica do sujeito ao grupo”.

Vasconcelos (1928, p. 113; p. 119) só considera patronímicas as formas derivadas do nome próprio do pai, em genitivo como Álvares, Fernandes e Martins, e chama sobrenome a Afonso, Gil e Lourenço quando seguem imediatamente o nome de pia. Durante a Idade Média, no entanto, todos desempenham a mesma função. O autor (1928, p. 11) explica que “sobrenome é um patronímico, nome de pessoa, expressão religiosa ou outra, que se junta imediatamente ao nome individual”.

Guérios (1973) enfatiza que, nos primórdios, as pessoas recebiam um nome individual e, depois, a ele era acrescentado o nome da gens. Com o crescimento do número de

<sup>30</sup> *Do original*: “Un secondo nome, anche se non sempre si distingue chiaramente il patronimico (dalla formula di paternità *Iohannes filius Petri*, *Iohannes Petri* a *Iohannes de Petro*, *Iohanne Petro*), variamente indicato a seconda delle aree e dei documenti, una designazione toponomastica (come indicazione di provenienza o residenza, o per diversa circostanza), un mestiere, un soprannome, variati poi dall’aggiunta di suffissi con diversa funzione.”

<sup>31</sup> *Do original*: “il repertorio onomastico italiano è, come il lessico della nostra lingua, il risultato dei fatti che attraverso i secoli hanno segnato la nostra storia politica e la nostra vita sociale”.

membros, foi adotada a subdivisão em família, acrescentando o sobrenome da família em questão. As línguas germânicas usavam a palavra “filho” para formar compostos patronímicos – sohn e son, que no inglês acontecia com -s e no árabe mediante -ben.

A família pode ser designada também por apelido. Vasconcelos (1928) considera apelido o nome que designa a família, transmitido sem alteração de geração para geração – costume iniciado em Portugal, entre os séculos XV e XVI.

De acordo com Marcato (2009), o apelido tem dupla função:

é um elemento onomástico com o qual um indivíduo é reconhecido na comunidade e com o qual é distinguido de homônimos, mas pode ter também função de designar a pertença a um ramo da família; pode integrar o sistema antroponímico oficial ou pode ser substitutivo formando uma espécie de registro civil paralelo àquele oficial. (MARCATO, 2009, p. 90, tradução nossa)<sup>32</sup>.

Os nomes têm importância também na literatura. Um exemplo da ficção, de onomástica literária, pode ser observado na obra de Monteiro Lobato. Personagem de uma série de histórias infantis, como *As Reinações de Narizinho*, a neta de Dona Benta é pouco conhecida pelo nome Lúcia: é o apelido, Narizinho, que a identifica e a diferencia, fruto de uma característica física<sup>33</sup>.

Ao que parece, os apelidos costumam ter uma transparência semântica maior do que nomes próprios e sobrenomes e, por serem dados de forma espontânea, são considerados, segundo Putzu (apud MARCATO, p. 93, tradução nossa), “o único tipo de nominalização humana vital e criativa (nas sociedades ocidentais)<sup>34</sup>.

Isso explica porque, algumas vezes, os apelidos são recusados com o passar dos anos: eles representam uma herança malquista, uma reminiscência da fala dialetal ou um caráter pejorativo do nome escolhido. As motivações, diferentemente dos nomes e sobrenomes, nem sempre observam bom agouro ou comportamento. Uccatotta (boca torta) e Sparapàulu (homem de nada) são alguns exemplos usados por Marcato (2009). Ruffino (1988) separa-os em dois grupos: os jocosos, zombeteiros, injuriosos, laudativos, afetivos, idiomáticos, fonossilábicos e triviais; e os de profissões, étnicos, patronímicos, de características físicas, de comportamento e moral.

<sup>32</sup> *Do original*: “È un elemento onomastico con il quale un individuo è noto nella comunità e col quale viene distinto da omonime, ma può avere anche la funzione di designare l'appartenenza a un ramo della famiglia; può integrare il sistema antroponimico ufficiale o può essere sostitutivo formando una sorta di anagrafe parallela a quella ufficiale.”

<sup>33</sup> A personagem é apresentada (p. 11) assim: “Dona Benta é a mais feliz das vovós, porque vive em companhia da mais encantadora das netas - Lúcia, a menina do narizinho arrebitado, ou Narizinho como todos dizem”. LOBATO, Monteiro. *Reinações de Narizinho*. São Paulo: Brasiliense, 1977.

<sup>34</sup> *Do original*: “L'unico tipo di nominazione antropica vitale e creativo (nelle società occidentali).”



Como são formados de maneira espontânea, os apelidos costumam estar ligados às situações linguísticas em que foram concebidos, guardando resquícios de um dialeto, por exemplo.

Percebemos que a escolha dos nomes em diferentes povos segue uma série de particularidades, é influenciada por diferentes fatores e pode ser formada por aspectos variados, como as tradições, a religião, o lugar geográfico de nascimento ou os fatos curiosos de evolução histórica.

## 4 A ONOMÁSTICA: FUNDAMENTOS TEÓRICOS, PRINCIPAIS OBRAS E AUTORES

Não podemos falar de onomástica sem mencionar estudiosos que nos precederam com suas exemplares pesquisas desenvolvidas em países do Velho Mundo, particularmente, no que aqui interessa, na França, na Itália e em Portugal. Nosso acesso às obras de autores desses países é limitado, mas dentre as principais obras a que tivemos acesso, destacamos algumas neste capítulo.

### 4.1 NA FRANÇA: LONGNON, DAUZAT E ROSTAING

Primeiramente, queremos referir-nos à obra *Les noms de lieux de la France; leur origine, leur signification, leurs transformations*. Trata-se de um texto de capital importância escrito por Longnon, um dos primeiros grandes estudiosos de toponímia da França. A obra é resultante da reunião das aulas e das conferências sobre toponomástica, proferidas por esse pesquisador na École pratique des hautes études de Paris. O ano da primeira publicação foi 1920, seguida por várias outras edições. Ele é considerado, na França, o fundador dos estudos toponímicos. Em 1999, a editora Champion de Paris reimprimiu a edição de 1929. De acordo com Rostaing (1948, p. 6), Longnon foi o primeiro pesquisador francês a fazer um estudo toponímico da França, com rigorosa metodologia e sistematização. Seus estudos, realizados bem antes de 1920 –, ele faleceu em 1911 –, só foram publicados naquele ano, após sua morte. A pesquisa sobre nomes de lugares centralizaram-se nos topônimos da França, com a preocupação de desvelar os estratos linguísticos impressos nos topônimos pelos diferentes povos que habitaram aquele país.

Sucedendo a Longnon, não tardam a aparecer os estudos de Dauzat que abrangem os dois ramos da onomástica, isto é, pesquisa e analisa nomes de lugares e nomes de pessoas. Sua obra é vasta e suas pesquisas resultaram em estudos profundos e diversificados, sendo ainda extremamente válidos para os dias atuais. Ressaltamos, de modo especial, dentre tantas e relevantes obras suas, as pesquisas e análises dos nomes de pessoas. Dauzat trabalhou esse tema de forma exaustiva e, tendo pesquisado tanto a toponímia quanto a antroponímia, teve todas as condições de estabelecer confrontos entre as peculiaridades de uma e de outra. São frequentes suas comparações entre nomes de lugares e nomes de pessoas, mencionando as características específicas que os aproximam ou, então, que os diferenciam. Embora Dauzat tenha focado essencialmente os nomes de pessoas da França do século XX, ele realiza uma

trajetória de estudo dos antropônimos, retrocedendo no tempo, contemplando as diferentes civilizações e culturas presentes na formação dos nomes franceses. Explicitando a real importância linguística dos nomes próprios de pessoas, Dauzat (1925, p. 9) esclarece que, constituindo-se eles, muitas vezes, em fósseis da língua, ensejam ao estudioso a análise de características neles presentes, não perceptíveis em estágios mais modernos dos sistemas linguísticos de que fazem parte. Além disso, chama a atenção para o fato de que os nomes próprios são derivados de nomes comuns ou de adjetivos substantivados. Para Dauzat (1926), os topônimos apresentam-se em camadas históricas superpostas, semelhantes a sedimentações pré-históricas sucessivas. Nesse sentido, muitos nomes de lugares podem ser considerados elementos sinalizadores de línguas mortas, com capacidade comprobatória. Efetivamente, Dauzat define o topônimo como um fóssil, marca de um nome desprovido de vida que requer seja restabelecida sua história, mediante estudo rigoroso. Um nome de lugar é uma forma de uma língua, um nome formado, como todos os demais, de vogais e de consoantes, de fonemas realizados e manifestos pelos órgãos da fala e, desse modo, transmitidos a um ouvinte. Assim, é dentro da linguagem que os topônimos devem ser estudados.

Reportando-se aos antropônimos, Dauzat (1950, p. 3) expõe a dificuldade de formular uma demarcação precisa e satisfatória do que é um nome próprio. Propõe, inicialmente, seguinte definição<sup>35</sup> “o nome próprio se aplica a um indivíduo ou a uma coisa, o nome comum a um grupo.”<sup>36</sup> Mas acrescenta, em seguida, que “um prenome é suscetível de designar numerosos indivíduos”.<sup>37</sup> Efetivamente, não são poucas as homônimas que levam ao reconhecimento de que essa segunda definição também é insuficiente. E, assim, ele prossegue levantando alternativas de definições; dialoga com outros estudiosos, como, por exemplo, Michel Bréal, e chega à conclusão de que “não existe entre os nomes próprios e os nomes comuns senão uma diferença de grau, intelectual e não gramatical. Os nomes próprios são os mais individuais, os mais significativos de todos; eles são os substantivos por excelência.”<sup>38</sup>

Ao penetrarmos no interior e na alma desses fósseis aparentes, isto é, os antropônimos, temos a chance de reconstituir elementos ignorados de uma língua.

---

<sup>35</sup> Todas as traduções da obra de Dauzat (1925 e 1950), constantes neste trabalho, foram feitas por FROSI, Vitalina Maria.

<sup>36</sup> *Do original*: “le nom propre s’applique à un individu ou à une chose, le nom commun à un groupe.

<sup>37</sup> *Do original*: “un prénom est susceptible de désigner de nombreux individus.”

<sup>38</sup> *Do original*: “n’existe entre les noms propres et les noms communs qu’une différence de degré, intellectuelle et non grammaticale. Les noms propres sont les plus individuels, les plus significatifs de tous.”

Estabelecendo paralelos entre topônimos e antropônimos, Dauzat<sup>39</sup> (1950, p. 5) faz uma ressalva em relação aos últimos, considerando-os mais suscetíveis de alterações e substituições, do que os nomes de lugares:

Nomes de pessoas e nomes de lugares oferecem, em todas as épocas, os mesmos fenômenos de cristalização e esterilização linguísticas [...]. Porém, os primeiros, em seu conjunto, mostram-se bem menos arcaicos do que os segundos. O aspecto do solo, as montanhas, os rios e as zonas ribeirinhas ficam fixos durante dois ou três milênios de história; a cidade, o povoado dura mesmo séculos. Ao contrário, as gerações se sucedem rapidamente e isso favorece as mudanças e o desaparecimento de nomes, sobretudo no decurso de períodos tumultuados. Os nomes de família só foram fixados em épocas de forte organização política e social. Finalmente, as variações da moda, tão poderosas para os nomes de pessoas, não tiveram a mesma influência sobre os nomes de lugares.<sup>40</sup>

Reportando-se aos tipos de nomes e à sua estrutura, Dauzat (1925) explica que os nomes se subdividem em três categorias:

os que recebemos quando viemos ao mundo (nome de batismo, prenome...), único na origem, frequentemente duplo, triplo ou múltiplo nas nossas sociedades modernas; os que podemos receber no decurso da vida, apelidos individuais, gloriosos (como Cipião, o Africano), muitas vezes, pejorativos; enfim aqueles que a gente dá a si mesmo, seja que se muda de prenome, seja que peguemos um ou mais pseudônimos (DAUZAT, 1925, p. 11).

O autor acrescenta que esses nomes próprios podem ter surgido como nomes comuns e vice-versa. Ele analisou profundamente as questões da toponímia e da antroponímia, sobretudo nas obras *Les Noms de Lieux* (1926), para a primeira, e na obra *Les noms de personnes; origine e évolution*, para a segunda. Estudioso exemplar e promotor dos estudos na área da onomástica, organizou, em 1938, o *I Congresso Internacional de Toponímia e Antroponímia*, que contou, segundo Dick (1990b, p. 01), com a participação de representantes de 21 países.

---

<sup>39</sup> *Do original*: “Noms de personnes et noms de lieux offrent, à toute époque, les mêmes phénomènes de cristallisation et de stérilisation linguistiques [...]. Mais les premiers, dans l’ensemble, sont beaucoup moins archaïques que les seconds. L’aspect du sol, les montagnes, les rivières, les rivages restent fixes à travers deux ou trois millénaires d’histoire ; la ville, le village même dure des siècles. Au contraire, les générations, se succèdent, rapides, favorisant les changements et les disparitions de noms, surtout au cours des périodes troublées. Le noms de famille n’ont été fixés qu’aux époques de forte organisation politique et sociale. Enfin, les variations de la mode, si puissantes pour les noms de personnes, n’ont guère de prise sur les noms de lieux.”

<sup>40</sup> *Do original*: “Nomes de pessoas e nomes de lugares oferecem, à toute époque, les mêmes phénomènes de cristallisation et de stérilisation linguistiques [...]. Mais les premiers, dans l’ensemble, sont beaucoup moins archaïques que les seconds. L’aspect du sol, les montagnes, les rivières, les rivages restent fixes à travers deux ou trois millénaires d’histoire ; la ville, le village même dure des siècles. Au contraire, les générations, se succèdent, rapides, favorisant les changements et les disparitions de noms, surtout au cours des périodes troublées. Le noms de famille n’ont été fixés qu’aux époques de forte organisation politique et sociale. Enfin, les variations de la mode, si puissantes pour les noms de personnes, n’ont guère de prise sur les noms de lieux.”

A França ainda teve outros exímios pesquisadores da onomástica, além de Longnon e Dauzat. Queremos referir, além disso, outra obra de toponímia, intitulada *Les noms de lieux*, de autoria de Charles Rostaing. Publicada em 1945, mereceu várias outras reedições. Rostaing (1945) divide seu livro em três partes: na primeira, faz colocações de caráter geral sobre a toponímia como ciência, seus métodos e suas características universais; na segunda, analisa a contribuição linguística deixada nos topônimos por povos que se estabeleceram no território francês desde a fase indo-europeia; na terceira parte, Rostaing investiga metodicamente as camadas linguístico-culturais dos celtas, gauleses, galo-românicas, germânicas, para, através delas, chegar à constituição dos nomes modernos da França.

Para Rostaing (1945, p. 9-10) o topônimo é um nome como os outros, uma forma da língua formada, como todas as outras, de vogais e de consoantes, de fonemas, sujeita às leis da fonética como as demais. Rostaing (1945, p. 13, tradução de FROSI) afirma que “todo nome de lugar tem uma significação, porém esta significação, por diversas razões, deixou de ser perceptível para os habitantes. Às vezes, o nome se cristalizou e a gente não mais o compreendeu.”<sup>41</sup> Em relação à etimologia de um nome, ele afirma que ela deve se apoiar sobre os conhecimentos de fonética da região em que o nome se abriga. É ainda Rostaing que expõe que o estudo dos nomes de lugares permite uma melhor compreensão das grandes etapas que ocorrem no povoamento e na organização de uma região. Por fim, assinala que os topônimos constituem estratos históricos de uma localidade ou país. Além disso, os topônimos nos ensinam a respeito do modo de ser de nossos ancestrais, sejam eles próximos ou distantes.

Em síntese, podemos afirmar que vários estudiosos franceses contribuíram para que a Onomástica, além de se firmar na França, servisse de exemplo e apresentasse modelos e metodologias seguidos por outros pesquisadores, particularmente, no passado, pelos investigadores italianos.

#### 4.2 NA ITÁLIA: DE FELICE, CAFFARELLI, MARCATO, ROSSEBASTIANO E PAPA

Na Itália, a onomástica conta com muitos estudiosos, sobretudo no campo da toponímia, com autores considerados clássicos, como Olivieri (1961, 2001), Pellegrini (1990), Queirazza, Marcato, Pellegrini, Sicardi, Rossebastiano (1990), Buzzi & Buzzi (2005), Sciarretta (2010). Além das inúmeras obras publicadas, há revistas especializadas sobre o

---

<sup>41</sup> *Do original*: “Tout nom de lieu a une signification mais cette signification a pu, pour diverses raisons, n’être plus perceptible pour les habitants. Parfois le mot s’est cristallisé et on ne l’a plus compris.”

assunto, como é o caso da renomada *Rivista Italiana di Onomastica* – RION – que reúne textos de autores italianos e estrangeiros, sob a direção de Caffarelli, desde 1995.

Não menos importantes são os estudos da antropônimo italiana que possui autores de reconhecimento internacional. As inúmeras obras centralizam temas de antropônimo, focando e analisando, em separado, investigações sobre nomes, sobrenomes e apelidos. Neste trabalho, fazemos menção de De Felice (1982), considerado um clássico por todos os demais estudiosos da área. Além dele, mais recentemente, Caffarelli e Marcato (2008) enriquecem o patrimônio de publicações com sua monumental obra *I Cognomi d'Italia*. Tratando especificamente os prenomes italianos, temos a obra, não menos monumental do que a que acabamos de citar, de Rossebastiano e Papa (2005). Inclui-se nesse quadro também La Stella (2009).

A obra de De Felice sobre os nomes dos italianos é resultante de uma aprimorada pesquisa de amplas e profundas dimensões. Ela compreende conhecimentos onomásticos, linguísticos, socioculturais e religiosos. Nela constam princípios teóricos e metodológicos aplicados aos nomes pessoais italianos. Foram analisados 128.000 nomes extraídos da lista de usuários telefônicos. O trabalho aborda a origem e o processo de formação dos nomes, sua tipologia, a sua frequência e a sua distribuição em todo o território italiano, com indicação da respectiva representatividade numérica por região, província e comunidade. No total, eram, na época de realização da pesquisa, 20 regiões, 94 províncias e 8.086 comunidades da Itália. A partir dos dados registrados, foi efetuada também uma análise qualitativa contemplando aspectos importantes da cultura, da psicologia, da religiosidade, das ideologias, das tendências estéticas e, ainda, de comportamento em relação a modas e modelos de prestígios dos contextos sociais, econômicos e políticos da Itália. Além disso, reveste-se de importância a análise linguística do material pesquisado.

Em sua análise sobre as diferenças existentes entre o sistema dos nomes e o dos sobrenomes italianos, De Felice (1982, p. 313-333) expõe algumas dessas divergências. Os nomes são escolhidos, os sobrenomes não. Os nomes são retirados de um repertório relativamente amplo e, às vezes, inventados pelos próprios pais da criança a ser denominada, o que acaba adicionando novos elementos nominais ao conjunto daqueles já existentes. O sobrenome é herdado e atribuído às pessoas, obrigatoriamente, por determinações legais do próprio país. A liberdade de escolha de um nome, dentre os já existentes e a criatividade que leva à constituição de novos nomes trazem, em decorrência, via de regra, um aumento no repertório dos nomes. Em determinados períodos, contudo, pode ocorrer um decréscimo, devido ao fato de que, muitos deles perdem o prestígio e caem em desuso. Tudo somado,

verifica-se uma oscilação entre aumento e diminuição do patrimônio nominal. No que se refere ao repertório de sobrenomes específicos, o que pode acontecer é a diminuição deles, quando núcleos familiares são extintos e, conseqüentemente, os respectivos sobrenomes.

Conforme De Felice (1982, p. 316-317), os nomes, vistos numa perspectiva qualitativa, apresentam divergências mais significativas do que aquelas vistas do ponto de vista quantitativo. As variações numéricas e qualitativas dos nomes são relacionadas com a liberdade de escolha e de inovação, e são consequência das variadas e diferentes situações sociais, culturais, linguísticas, ideológicas, religiosas, psicológicas das várias épocas e das sucessivas gerações. Os sobrenomes fixaram-se bem mais tarde do que os nomes, e isso aconteceu, primeiramente, em algumas cidades maiores, sobretudo, do centro e do norte da Itália. A função do nome era, e ainda é, a de identificar e distinguir o indivíduo em relação aos demais, a do sobrenome, que teve surgimento posterior ao do nome, teve e ainda tem a função de distinguir o indivíduo, especificando sua pertença a uma família e a um grupo familiar. Há, pois, entre nomes e sobrenomes, uma divergência de ordem histórica: o sistema nominal italiano surge entre o V e o VI século, enquanto o sistema de sobrenomes italianos aparece entre o X e o XII século, e fixa-se definitivamente entre o final de 1500 e 1700. Muitas outras características do sistema nominal e daquele dos sobrenomes italianos estão contempladas na obra desse estudioso. Assinalamos, ainda, sua afirmação de que tanto os nomes quanto os sobrenomes italianos não têm atualmente a semântica linguística e lexical que possuíam na época de seu surgimento. O tempo, e tudo o que advém durante sua passagem, altera, modifica e, às vezes, até cancela muitos dos elementos caracterizadores dos antropônimos. O autor alerta ainda que os sobrenomes possuem, todavia, uma semântica extralinguística, sob alguns aspectos, muito relevante, como, por exemplo, informações sobre a zona de residência ou sobre o lugar de proveniência dos portadores dos nomes e sobrenomes, sobre as condições socioeconômicas.

Permanecendo no âmbito da antroponímia italiana, um notável e rigoroso estudo desenvolvido por Caffarelli e Marcato teve seus resultados reunidos e publicados como um dicionário, que se intitula *I Cognomi d'Italia. Dizionario Storico ed Etimologico* (2008). A obra abrange dois volumes e constitui-se em mais um componente da coleção chamada “*Tutta l'Italia per nome e cognome*”, editada pela UTET (Unione Tipografica Editrice Torinese).

Os sobrenomes, objeto do estudo, são aqueles que constituem o repertório de assinantes das listas telefônicas fixas dos anos de 1999 e 2000. O ‘*Corpus*’, portanto, foi extraído da Lista Oficial de assinantes telefônicos da SEAT/Pagine Gialle (Sociedade de Listas Oficiais dos Assinantes de Telefones). Em conformidade com Frosi (2008, p. 238), os

autores do dicionário fizeram a classificação dos sobrenomes, determinando a sua ordem de colocação, tendo em conta a respectiva frequência e distribuição areal, em nível de país, de região, de município e de distrito.

Os sobrenomes estudados, incluídas as múltiplas variantes, somam um total de 330.000. As suas variedades encontram explicação nos múltiplos dialetos e diversificadas formações linguísticas que sempre caracterizaram o contexto étnico, linguístico e social da Itália. De acordo com Frosi (2009, p. 239), a obra registra e descreve minuciosamente um verdadeiro patrimônio constituído pelos sobrenomes da Itália, com aspectos linguístico-culturais do maior interesse não só para a Linguística, como também para uma vasta área interdisciplinar do conhecimento. Toda unidade lexical está transcrita em negrito no dicionário e recebeu acurada análise e explicação. A etimologia do nome foi centrada na explicação das formas básicas, mas foram incluídas, por reenvio, também as formas alternativas. A motivação da denominação que, não poucas vezes, não é transparente, foi feita, sempre que possível, através de cuidadosa pesquisa lexicográfica e dialetológica diacrônica para que fosse obtida a compreensão correta do sentido, particularmente, em se tratando de alguns apelidos. Dentro disso, especial atenção foi dispensada aos sobrenomes surgidos ao acaso, com realce para os sobrenomes dados às crianças enjeitadas (*trovatelli*), seja por ato denominador das pessoas responsáveis pelos centros de recolhimento dessas crianças, seja pelo registro civil de tais sobrenomes feito pelos órgãos competentes. O mesmo procedimento foi seguido no caso dos sobrenomes adaptados de línguas estrangeiras e com outros resultantes de alterações fonéticas, morfológicas e sintáticas. Não faltam abonações históricas, principalmente da época medieval, sempre que tais exemplificações venham a acrescentar elementos enriquecedores à questão envolvida. O dicionário contém ainda múltiplas e preciosas informações sobre o grau ocupado por um determinado sobrenome em relação aos demais e explicita a sua frequência absoluta e relativa. A distribuição areal é claramente indicada, precisando a zona territorial de difusão de cada sobrenome.

Uma ampla parte introdutória, dividida em vários tópicos, foi desenvolvida pelos dois autores. Marcató (2009, p. IX-XX) traz uma contribuição teórica, sobre nomes e sobrenomes, acompanhada de esclarecedoras exemplificações. Com base no estudo de De Felice (1978) e de outros estudiosos importantes, apresenta também uma categorização dos sobrenomes, com desdobramentos vários em subcategorizações. Referentemente à forma dos sobrenomes, demonstra sua estruturação morfológica, com uma explanação detalhada dos vários elementos estruturais presentes na formação dos sobrenomes: sufixos, prefixos, preposições, processos de composição etc.



Caffarelli (2009, p. XXI-XXXI) apresenta indicações claras e precisas que orientam a consulta ao dicionário. Dispõe as informações com objetividade e perfeição, facilitando aos leitores a leitura e a compreensão imediata do texto. Elabora uma síntese dos principais aspectos temáticos levados em conta na análise e explicação dos sobrenomes, conforme discriminação acima. Segundo Frosi (2009, p. 239), o autor mostra as posições de ordem ocupadas pelos sobrenomes, apresenta os respectivos números e percentuais, e informa sua distribuição em todo o território italiano. Ao mesmo tempo em que destaca questões relevantes contempladas no estudo, adverte os possíveis leitores sobre alguns pontos não tratados, justificando sua ausência, pela não pertinência quanto ao objetivo fundamental da pesquisa, isto é, o de fazer um estudo para um dicionário onomástico e não para uma obra genealógica. Chama a atenção para alguns casos de unidades léxicas desprovidas de explicação etimológica, uma opção deliberada por não terem sido obtidas evidências suficientes ou abonações documentárias que dessem sustentação a uma explicação segura e condizente com o caso. Atribui importância à pesquisa etimológica alusiva aos sobrenomes dados às crianças abandonadas, por serem tais sobrenomes invenções de oficiais de registro civil, de párocos ou de outras pessoas incumbidas das funções atinentes à questão. Dentre centenas desses antropônimos, cita Esposito, Proietti, Colombo e Trovato. Obviamente, inúmeras outras colocações e detalhamentos da maior pertinência são disponibilizados aos leitores do dicionário. Conforme Frosi (2009, p. 239) “os resultados da pesquisa ultrapassam os limites do território italiano.”

Marcato (2009, p. 23) observa que há formações de adjetivos ou substantivos derivados de nomes próprios, como é o caso do termo goldoniano, para falar sobre o estilo da comédia de Carlo Goldone ou, no nosso caso, do adjetivo machadiano, para se referir à obra, ou à parte dela, de Machado de Assis.

Sobre isso, Marcato (2009) assevera:

Pode-se acompanhar um desenvolvimento a partir do nome de pessoa *Antônio*, abreviado em *Toni*, e também na variante popular setentrional *Togno*, do qual derivou o nome comum ‘*babbeo*, simplório e, daí, *tognino* que era depreciativo com o significado de ‘soldado austríaco’ e que é atestado pelos vocabulários em 1918, mas já no Lombardo-Vêneto os soldados austríacos eram chamados de *tognit*<sup>42</sup> (MARCATO, 2009, p. 21, tradução nossa).

---

<sup>42</sup> *Do original*: “Si può seguire uno sviluppo a partire dal nome di persona *Antonio*, accorciato in *Toni*, e anche nella variante popolare settentrionale *Togno*, da cui è derivato il nome comune ‘*babbeo*, semplicitto’, e di qui *tognino* che era voce spregiativa col significato di ‘soldato austriaco’ e che risulta attestata dai vocabolari nel 1918, ma già nel Lombardo-Veneto i soldati austriaci erano chiamati *tognit*.”

Especificamente centrada no estudo dos nomes italianos, está a obra de Rossebastiano e Papa (2005). Trata-se de um dicionário, composto por dois volumes intitulado *I nomi di persona in Italia; dizionario storico ed etimologico*. Uma extensa exposição teórica sobre antroponímia compõe a parte introdutória da obra, que abrange 34 páginas. Nela, consta uma revisão minuciosa dos estudos realizados sobre antroponímia, com análise dos resultados dos principais estudos da onomástica italiana. Encontramos, nessa parte do dicionário, a apresentação e a análise do sistema onomástico italiano. As autoras partem da época do surgimento inicial de apelidos e nomes, a contar da primeira idade românica, avançando no tempo, através da Idade Média. Demonstram a vigência do *nomen unicum* durante um longo período, até ocorrer sua passagem ao *nomina bina* que, de acordo com Rossebastiano e Papa (2005, p. XIX), explode por volta do ano 1000. Assim, o histórico apresentado pelas autoras é rico de pormenores, com análise da passagem do apelido a prenome, e desse, ao sobrenome. Reportando-se ao sobrenome, as autoras situam o seu surgimento no período que se estende do século XI à segunda metade do século XIII, e sua fixação, entre o século XIV e o Renascimento.

Conforme Rossebastiano e Papa (2005, p. XXI), o repertório onomástico italiano é, como o léxico dessa mesma língua, resultante de fatos que, através dos séculos, marcam a própria história, a política e a sociedade do país. Destaca a influência marcante da latinidade e, de modo particular, o papel exercido pelo cristianismo. Mesmo na atualidade, são muitos os nomes de matriz religiosa. Além disso, aponta a importância de outros povos, presentes no território italiano, influenciando os nomes de pessoas, como foi o caso dos árabes no sul, dos gregos e também dos etruscos. Descrevendo as diversas épocas que tiveram influências de diferentes povos e, conseqüentemente, de línguas várias e distintas, as autoras chegam aos dias atuais, em que novos nomes são introduzidos no território italiano, frutos de assentamentos recentes de estrangeiros em busca de trabalho. Assim, no tempo moderno, a escolha do nome pessoal é marcada por uma liberdade mais ampla, por motivações próprias do momento presente, às vezes, já com a perda do sentido originário que o nome tinha. O que verificamos, na maioria dos estudiosos de antroponímia, é a constatação de que a motivação e o sentido inicial de um nome se perdem no decurso do tempo, tornando-o opaco. O encobrimento do significado dos nomes, nos estudos antroponímicos, torna a busca mais árdua e nem sempre a pesquisa resulta satisfatória. Rossebastiano e Papa (2005) explicam:

os estudos e os repertórios de antroponomástica são muito numerosos, mas pela dificuldade de interpretação que o nome apresenta, podendo ser, no plano sincrônico, um significante aparentemente privado de significado que identifica um indivíduo em vez de designá-lo, nem sempre a história delineada, especialmente na perspectiva etimológica, resulta, de fato, satisfatória. Uma ilustração correta requer a reconstrução de um percurso diacrônico que, partindo da cultura local, identifica seus componentes e une os liames entre tradição e história linguística [...]. De fato, o caminho da interpretação é tão mais compreensível quanto mais consistente for a base de dados à disposição, quanto mais restritos o território e o arco de tempo em exame, quanto mais antiga e mais cronologicamente contínua for a documentação precedente. (ROSSEBASTIANO; PAPA, 2005, p. IX, tradução nossa).<sup>43</sup>

Podemos dizer que a questão do significado do nome próprio de pessoa é uma constante nos estudiosos de onomástica. A motivação presente no ato de escolha de um nome a ser atribuído a alguém também é um tema recorrente. Em termos de motivação, o que leva, hoje, um denominador a atribuir a alguém um nome antigo, por exemplo, pode ser decorrente de vários fatores, inclusive de modismos, e não da motivação original que marcou o nome, no passado. Nomes há que se perdem na sombra do tempo, outros existem porque renascem, figuram nos dias atuais e se propagam de modo significativo, talvez, por tradição, por uma sequência de sons agradável e até melodiosa, ou por uma mera questão de gosto pessoal.

Outro ângulo da questão vê na função do nome, mesmo que haja um distanciamento no tempo e no espaço entre a motivação e o nome em si, antropônimos e/ou topônimos permitem que a função de identificação dos nomes não se perca.

Essa relação nem sempre é expressa de maneira transparente, o que torna o estudo dos antropônimos instigante e cativante, em um processo que pode ser comparado à leitura de um mapa do tesouro. Pista a pista, o significado vai sendo revelado. Nessa obra de Rossebastiano e Papa (2005), encontramos os dizeres expressivos das autoras de que há um caráter de sedução emocional e forte motivação envolvendo o estudo dos nomes próprios de pessoas:

Os nomes de pessoa possuem, por sua natureza, caracteres de sedução emocional altamente envolventes: o nome é de fato o primeiro retrato de uma pessoa a qual não se sabe ainda como será, circunscrita entre o passado de que provém através da família, e o futuro para o qual se projeta numa promessa de vida. Confesse a gente ou não, a escolha de quem tem o privilégio, a honra e a responsabilidade de atribuir um nome não é fácil: entram em jogo, por um lado, a cultura, as tradições locais, os

---

<sup>43</sup> *Do original*: “gli studi e i repertori di antroponomastica sono molto numerosi, ma per la difficoltà di interpretazione che il nome presenta, potendo essere, sul piano sincronico, un significante apparentemente privo di significato che identifica un individuo anziché designarlo, non sempre la storia delineata, soprattutto in prospettiva etimologica, risulta di fatto soddisfacente. Una illustrazione corretta richiede la ricostruzione di un percorso diacronico che, partendo della cultura locale, ne individua le componenti, collega i legami tra tradizione e storia linguistica [...]. Di fatto, la strada dell’interpretazione è tanto più piana quanto più consistente è la base di dati a disposizione, quanto più ristretti il territorio e l’arco di tempo in esame, quanto più antica e più cronologicamente continua la documentazione precedente”. (ROSSEBASTIANO; PAPA, 2005, p. IX).

liames de parentesco, as experiências pessoais, vale dizer, os afetos (pela terra, pela família, por si próprios), por outro lado, o medo do futuro, obscuro para todos e, portanto, gerador de ânsias, mais ou menos conscientemente exorcizadas através de propostas augurais que elegem a beleza, a bondade, a riqueza, a felicidade do recém-nascido e também dos pais. (ROSSEBASTIANO; PAPA, 2005, p. IX,<sup>44</sup> tradução nossa).

Uma questão recursiva nas obras que trazem estudos de antropônimo é a que discute se o nome de pessoa tem ou não um significado. Esse problema atravessa o tempo, estende-se desde os gregos e chega aos dias atuais. Sobre isso encontramos ótimas reflexões na obra recente de Caprini (2001). Sua preocupação fundamental é demonstrar que, tradicionalmente, o ramo da linguística denominado Onomástica baseou-se, até pouco tempo, no enfoque lógico-filosófico, de onde provém a ideia de que o nome próprio não tem significado, mas constitui-se em uma mera etiqueta. Ela propõe que sejam estudados os sistemas onomásticos reais, isto é, os das ‘populações de interesse etnológico’, daquelas antigas ou daquelas primitivas da própria Europa, das populações afastadas dos centros urbanos.

Para Caprini (2001), o ponto de partida é o de que os nomes próprios constituem o último nível de classificação dos membros de uma sociedade. Explica que o sistema onomástico de um determinado grupo humano não tem a função de individuar com segurança o indivíduo, singularmente, mas, antes disso, um sistema onomástico exprime crenças e devoções, augúrios e esconjuros, às vezes, uma inteira cosmogonia, gerando topônimos peculiares de uma particular visão do mundo. Os antropônimos são, então, reveladores do modo de ser e de viver no mundo das pessoas que nele habitam.

A pesquisadora (2001, p. 9, tradução nossa) acredita que o tipo de abordagem linguístico-filosófico, ou linguístico-lógico “leva necessariamente a uma definição do tipo ‘o nome próprio não tem significado, mas tem a função de individuar com segurança a pessoa ou o lugar de que se trata’”<sup>45</sup>. Caprini atribui o predomínio do enfoque lógico-filosófico no campo da onomástica ao fato de que a lógica e a filosofia são mais precoces do que a linguística, que elas nascem com Aristóteles, nos primórdios da cultura ocidental, enquanto a linguística e, conseqüentemente, a onomástica constituíram-se como ciências só

<sup>44</sup> *Do original*: “I nomi di persona possiedono per loro natura caratteri di attrattiva emozionale altamente coinvolgenti: il nome è di fatto il primo ritratto di una persona che non si sa ancora come sarà, racchiusa tra il passato da cui proviene attraverso la famiglia, e il futuro verso il quale si proietta in una promessa di vita. Lo si confessa o no, la scelta di chi ha il privilegio, l’onore e la responsabilità di attribuire un nome non è facile: entrano in gioco, da una parte, la cultura, le tradizioni locali, i legami parentali, le esperienze personali, vale a dire gli affetti (per il territorio, per la famiglia, per se stessi), dall’altra, la paura del futuro, oscuro per tutti e quindi generatore di ansie, più o meno consciamente esorcizzate attraverso proposte augurali che investono la bellezza, la bontà, la ricchezza, la felicità del neonato ed anche dei genitori”. (ROSSEBASTIANO; PAPA, 2005, p. IX).

<sup>45</sup> *Do original*: “porta necessariamente a una definizione del tipo ‘il nome proprio non ha significato, ma ha la funzione di individuare con sicurezza la persona o il luogo di cui si tratta’”.

recentemente. Acrescenta que, recuando no tempo, a pesquisa demonstra que, em sua origem, o nome próprio tinha um significado para a língua comum.

Quanto ao que se espera da antroponímia, Caprini (2001, p. 15, tradução nossa), adverte que as pesquisas devem estudar e estabelecer as regras gerais e particulares que regem a “denominação *enquanto classificação*, indagar o motivo pelo qual um nome (ou mais nomes) é atribuído pela primeira vez ao indivíduo [...] e, depois, investigar o porquê das manipulações, e substituições, que o nome próprio recebe durante a vida da pessoa.”<sup>46</sup>

Analisando a obra de Caprini, observamos alguns pontos que consideramos fundamentais, colocados pela pesquisadora no decorrer de seu texto. Dentre eles, destacamos e relacionamos alguns que se mostram importantes, como princípios teóricos que esclarecem várias questões relacionadas à antroponímia (CAPRINI, 2001).

A onomástica foi, até recentemente, uma questão tratada, exclusivamente, por estudiosos europeus ou americanos, vale dizer, circunscrita à esfera da cultura ocidental avançada. Ela se desenvolveu vinculada à linguística histórica e extraiu dessa os seus próprios métodos e finalidades. Desse modo, tanto nos estudos de toponímia quanto nos de antroponímia, os pesquisadores visaram à coleta dos tipos onomásticos das línguas europeias, centrando as explicações no âmbito da etimologia. Em função disso, os estudos onomásticos privilegiaram os nomes próprios do tempo antigo, procurando chegar aos seus étimos.

Enquanto a linguística evoluía, atribuindo atenção aos estudos sincrônicos e à oralidade da língua, a onomástica continuou centrada nas fontes escritas. O indivíduo era definido por uma fórmula cristalizada, constituída de nome+sobrenome, representado nos documentos, desde seu nascimento até sua morte. Essa cristalização do nome próprio de pessoa é devida, principalmente, às exigências da sociedade administrativa e fiscal, próprias dos estados modernos, marcados por um enorme crescimento populacional e, conseqüentemente, por diferenciação social.

A onomástica europeia ocidental tem sido, também, uma ciência elitizante, no sentido de que tem desconsiderado os sistemas onomásticos próprios das comunidades rurais mais isoladas, como, no caso da Europa, as zonas alpinas e os povoados menos desenvolvidos.

O enfoque lógico-filosófico predominou sobre a abordagem estritamente linguística. Caprini (2001, p. 140) atribui o domínio desse enfoque, especialmente, à antiguidade da

---

<sup>46</sup> *Do original*: “Denominazione *in quanto classificazione*, indagare il motivo per cui un nome (o più nomi) viene attribuito per la prima volta all’individuo [...] e poi il perché delle manipolazioni, e sostituzioni, che il NP subisce durante la vita della persona”. [grifo original da autora].

lógica em confronto com a afirmação da linguística que não ultrapassa dois séculos de vida. Um ponto fundamental do enfoque lógico-filosófico é a recusa em admitir a possibilidade de o nome próprio ter um significado.

Não podemos ignorar que, na perspectiva da onomástica europeia ocidental, os nomes e sobrenomes não significam mais nada, na maioria dos casos, porque eles constituem um *corpus* tradicional no qual, no decurso dos séculos, inseriram-se aportes de origens diversas, desde a presença, em território românico, de contingentes onomásticos hebraico-bíblicos, até os componentes germânicos. Mas, se for examinado minuciosamente esse *corpus*, percebe-se que o motivo principal da opacidade semântica dos nomes próprios está no fato de que a cristalização deles é, definitivamente, devida a motivos particulares da sociedade ocidental desenvolvida. O sobrenome é constituído, na tradição ocidental, pela forma cristalizada (escrita) de um apelido acrescido ao nome de batismo, quando se teve necessidade de, por razões extralinguísticas (legais, administrativas e fiscais), individualizar melhor o sujeito.

O sobrenome, isto é, o apelido do clã, e o apelido individual têm uma formação idêntica, já que eles nascem do material do léxico comum. O sobrenome diferencia-se dos apelidos porque conta com registro escrito, é cristalizado por razões administrativas e fiscais e torna-se, forçosamente, quase sempre, opaco por sua transmissão através dos séculos. Os apelidos, de modo geral, são transmitidos oralmente e por razões de afeto, e sua duração é mais breve, normalmente, quatro ou cinco gerações, e são semanticamente transparentes. Os apelidos individuais são, às vezes, irônicos e até injuriosos e têm restrições sociais de uso, razão pela qual são condenados a desaparecer no final de cada geração. Na realidade, é só a duração e o uso social que distinguem esses três tipos onomásticos europeus, pois sua formação é praticamente idêntica, e eles podem se transformar um no outro, na direção que vai do apelido ao nome e desse, ao sobrenome. Podemos dizer, ainda, que o nome de batismo não pode ser formalmente separado, quanto à origem, dos tipos onomásticos examinados até agora. Na sua tradição de origem, o nome é, no início, significativo para o léxico corrente da língua; é só a particular situação da sociedade ocidental que fez dele um termo semanticamente opaco, enquanto os dados coletados junto às comunidades de interesse etnológico nos mostram, na extraordinária maioria dos casos, nomes próprios significativos também para o léxico comum.

A mudança desse estado de coisas, vale dizer, do eurocentrismo, da negação do valor semântico do nome próprio, decorrente da prevalência da abordagem lógico-filosófica, pode acontecer se os estudiosos buscarem e analisarem dados fora dos confins europeus, na direção

da diversidade cultural dos povos de interesse etnológico, para, depois, voltar aos antropônimos dos centros urbanos desenvolvidos do velho mundo. Esse diferente ponto de vista em relação aos estudos onomásticos europeus é creditado a Claude Lévi-Strauss (CAPRINI, 2001, p. 33-37) que, no início da segunda metade do século XX, propôs que o nome próprio fosse visto essencialmente como um fato classificatório, ou melhor, o nível mais profundo da obra de classificação da realidade em que se empenha cada grupo humano.

Caprini (2001, p. 141, tradução nossa) conclui o texto de seu livro assinalando que

também os primeiros resultados desta pesquisa me confortam na hipótese de trabalho que eu tinha me proposto, que o nome próprio seja, em princípio, sempre significativo, e que o seu objetivo principal não seja aquele de individualizar a pessoa, como gostariam os lógicos (e os linguistas que os seguem): a alta taxa de homonímia das sociedades tradicionais, o estoque limitado de nomes próprios ao qual, em geral, eles recorrem, recorda-nos como os objetivos da *denominação* na realidade sejam frequentemente múltiplos (bem diversos daquele que sonham os lógicos e operam os bancos de dados dos Ministérios das Finanças).<sup>47</sup> [grifo da autora].

Embora o conhecimento e a referência entre nome de lugar e referente seja antiga, foi apenas no Século XIX que os estudos toponímicos passaram a ser fundamentados cientificamente.

#### 4.3 NO BRASIL: DICK, SEABRA, ISQUERDO E GUÉRIOS

No Brasil, foi somente a partir da década de 1960 que os estudos de toponímia se tornaram mais consistentes. Com a reformulação do curso de Letras da USP, Dick (1994) propôs a efetivação dessa área de estudos em duas disciplinas. No início, o professor Carlos Drummond desenvolvia estudos sobre nomes de origem indígena por meio de pesquisa que envolviam o Tupi e a Toponímia Brasileira. O desenvolvimento específico mais abrangente deu-se, porém, com Dick, a qual, tendo como ponto de partida a fundamentação teórica de Dauzat, produziu a obra *Princípios Teóricos e Modelos Taxionômicos*.

Assim, dentre os estudiosos brasileiros de onomástica, sobressai-se Dick (1990, p. 36), não apenas por ter sido pioneira dedicada e incansável, mas também por suas publicações sobre onomástica e pelos resultados advindos de suas lições e pesquisas específicas. Dick

<sup>47</sup> *Do original*: “anche i primi risultati di questa ricerca mi confortano nell’ipotesi di lavoro che mi ero posta, che il NP sia in principio sempre significativo, e che il suo scopo principale non sia quello di individuare il singolo, come vorrebbero i logici (e i linguisti che li seguono): l’alto tasso di omonimia delle società tradizionali, lo stock ristretto di NP cui in genere esse fanno ricorso, ci ricordano come gli scopi della *denominazione* nella realtà siano spesso molteplici (ben diversi da quello che sognano i logici e attuano le banche dati dei Ministeri delle Finanze).”

formou pesquisadores e deu ao campo da onomástica no Brasil consistência e continuidade através de seus discípulos que hoje trabalham o tema, enriquecendo o patrimônio de conhecimentos. Basta um breve exame da quantidade de dissertações e teses constantes no Banco de Teses da CAPES, para se ter uma ideia dos frutos derivados de seu trabalho.

Das pesquisas constantes nesse Banco de Teses, destacamos o trabalho de Zamariano (2010), porque, dentre outros consistentes resultados presentes em seu texto, há um resgate precioso sobre a análise do nome próprio, visto em diferentes perspectivas no decurso do tempo, nos diversos campos do conhecimento. A autora reúne os trabalhos clássicos sobre esse tema em três grupos de estudiosos, dois dos quais são constituídos por filósofos e um, por linguistas. A exposição inclui reflexões que se harmonizam com as de Caprini (2001), já referida.

Nessa óptica, para Dick (1996, p. 15-16), a toponímia é “um imenso complexo línguo-cultural, em que dados das demais ciências se interseccionam necessariamente e não exclusivamente”. Ela afirma que:

Uma análise toponímica pressupõe a busca de particularidades que não podem ficar apenas nas características mais evidentes apresentadas pelo nome, deve-se procurar, tanto quanto possível, ou seja, tanto quanto as fontes ou a documentação o permitirem, as origens mais remotas do denominativo, objetivando as eventuais substituições experimentadas, e a sua razão determinante, de modo que se possa tentar um equacionamento da nomenclatura em períodos ou estágios onomásticos – senão de toda ela, pelo menos em alguns nomes – que talvez reflitam momentos distintivos do pensar da época analisada. (DICK, 1996, p. 15-16).

Ao longo dos anos, Dick (2006, p. 96-98) mudou o foco de análise específica do sistema toponímico para o sistema onomástico em sentido amplo e, ao invés de estudar o lugar, passou a estudar seu nome, em uma perspectiva ampliada, “uma gama maior e diversificada de objetos de análise”.

Não de maneira tão rara, é possível encontrar nomes de lugares e de pessoas que evocam nomes comuns, de origem geográfica, por exemplo, como Tedesco, que lembra o grupo étnico alemão (em italiano, *tedesco* = alemão); caxemira, nome de uma lã de seda feita em Caximira, na Índia; ou o caso do pó facial, que na Itália chama-se *cipria* porque é fabricado na ilha de Chipre (*isola di Cipro*, em italiano); ou como característica e indicativos de bom agouro, por exemplo, *Bella* ou *Benvenuta*, no italiano. Se existe uma perda da noção geográfica ou familiar, os referentes distanciam-se dos nomes, mas os nomes continuam a existir apesar disso.



No contexto brasileiro maior, essa origem remete às primeiras famílias portuguesas imigradas e, com o passar dos anos, deixam de lado o conteúdo semântico no ato de batismo para dar lugar a um nome da moda, de personagens famosos, ídolos do cinema, de novelas ou da música, ou ainda de pessoas importantes das mais variadas áreas da vida científica ou social. Assim como em outros campos do vocabulário, a moda pode ser responsável pela escolha dos nomes<sup>48</sup>.

Guérios (1973, p. 17-18), um dos autores que se debruçou sobre o assunto, exemplifica algumas ocorrências de nomes comuns que “passaram para a classe dos próprios, por certa especialização do sentido (*augustus* > *Augustus*, *crispus* > *Crispus*, *pinto* > *Pinto*)”. O contrário também é observado, isto é, nomes próprios “retornam à primitiva condição de comuns, por generalização de um sentido posterior, especializado, completamente independente do sentido primitivo, originário.” Assim, constatamos *luís*, (moeda de ouro, inspirada em Luís XIII, rei da França), *dália*, a flor, inspirada no botânico sueco Dahl, e *namorada* (*dulcinea*, homônima à amada de Dom Quixote, *Dulcinea*).

Dick (1990) explicita que os nomes ainda guardam “uma significação precisa, muitas vezes não mais transparente em virtude da opacidade”. A estudiosa (2001, p. 85) destaca que “nomes próprios de pessoas são obscurecidos em seu conteúdo léxico-semântico pela opacidade do próprio signo que os conforma, distanciados, na maioria das ocorrências, do foco original”.

Com referência à opacidade dos nomes próprios, também Carvalhinhos e Antunes (2007, s/p) reiteram essa ideia, explicando que um nome pode ser opaco “pela sobreposição de camadas linguísticas, no sentido de várias etapas evolutivas de uma mesma língua”. Acrescentamos que as camadas linguísticas podem constituir-se também por diferentes línguas que estiveram vigentes nos territórios investigados por alguém. Dick aborda essa questão e observa o papel da tradição e a influência determinante da moda presente em muitos casos. Além disso, ela acena para a familiaridade e gosto em relação a determinadas sequências sonoras:

Determinadas expressões ainda são significativas, etimologicamente, para a população, mesmo a mais leiga, que acaba assimilando seu significado e transmitindo-o, em cadeia, pela repetição habitual. Mas são poucas as que, ainda

---

<sup>48</sup> Podemos plenamente a influência da TV e da música nos nomes da nova geração de bebês nascidos em 2013. O reality show *A Fazenda*, por exemplo, fez o nome Bárbara crescer 14 posições no ranking BabyCenter dos 100 nomes de bebê mais usados em 2013 -- tudo por causa da vencedora Barbara Evans. Estão nascendo também muitos bebezinhos Luan pelo país, seguindo-se ao sucesso do cantor Luan Santana. O nome Luan estreou no ranking dos 100 mais, entrando já na 83ª posição. Disponível em: <<http://brasil.babycenter.com/a2400223/nomes-da-moda-no-brasil#ixzz2qDp7NjdX>>.

hoje, são escolhidas pelo conteúdo semântico, a maioria delas responde, apenas, a uma percepção fônica mais sensível ou mais sonora ao gosto dos pais, à moda difundida pela mídia em geral e, principalmente, ao fato de serem ‘nomes’ de ídolos populares, personagens famosas ou pessoas importantes. O que significa, sem dúvida, um culto ou um respeito, ainda que inconsciente, à concepção mágica que os nomes pessoais continuam carregando. (DICK, 2001, p. 83).

Se fizermos um balanço entre os estudos desenvolvidos no Brasil, na esfera da toponímia e na dos da antroponímia, perceberemos, de imediato, que aqueles predominam sobre esses. Poderíamos dizer que a antroponímia, no Brasil, ainda ensaia seus primeiros passos.

Dick foi a idealizadora, planejadora e coordenadora do Atlas Toponímico do Brasil – ATB/FFLCH/USP e do Atlas Toponímico do Estado de São Paulo – ATESP/USP. Desses projetos pioneiros derivaram outros, alguns já executados, outros em processo, em vários estados do Brasil. O projeto ATEMIG – Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais, sob a coordenação de Seabra (2007), abrange os nomes de lugares de todo o território mineiro. Além desse, o projeto ATEMS – Atlas Toponímico de Mato Grosso do Sul, coordenado por Isquierdo (2007), faz o estudo dos topônimos das onze microrregiões desse estado. O Atlas Toponímico do Estado do Tocantins – ATT/UFTO e o Atlas Toponímico de Origem Indígena do Tocantins – ATITO/UFTO, coordenados e desenvolvidos por Andrade (2010), apresentam um estudo minucioso e explicam a etimologia dos nomes de origem indígena, nomes de rios, riachos, montanhas, povoados e outros topônimos do estado do Tocantins. O *corpus* é constituído por 1350 topônimos das 139 províncias daquele estado.

Sem sermos enfáticos, podemos afirmar que os Atlas Toponímicos, acima referidos, constituem-se em obras monumentais que deverão servir de modelos a serem replicados em outros tantos estados brasileiros.

No campo da genealogia brasileira, combinando conhecimentos dessa disciplina com os da antroponímia, está a obra de Barata e Bueno (1999). Embora a genealogia não se insira nesta pesquisa, essa obra contém subsídios úteis para uma busca mais específica das questões antroponímicas.

Restringindo-nos ao essencial do que apreendemos das obras lidas e analisadas, permitimo-nos destacar alguns pontos que nos pareceram coincidentes nas reflexões dos estudiosos, em geral.

Primeiramente, ganha relevo a questão de análise do signo onomástico em confronto com o signo linguístico e disso decorre, em parte, a preocupação persistente alusiva ao questionamento sobre a existência ou não do significado dos nomes próprios. Parece haver

um consenso quanto à necessidade de, na pesquisa dos signos onomásticos, especificamente em nosso caso, do signo antroponímico, focar o estudo sobre dois planos: o sincrônico e o diacrônico. Mostra-se com isso ser imperativo que se contemplem, concomitantemente, a perspectiva etimológica e a semântica extralinguística, nos dois planos aqui especificados.

Contrapondo nomes e sobrenomes, entendemos ser os primeiros menos estáveis do que os segundos. Normas rígidas, fixadas em leis, recaem sobre os sobrenomes. Caracteriza os nomes uma liberdade de escolha acompanhada de influências várias, como *status* de portadores de determinados nomes, seja ele político, histórico, artístico, étnico etc. Não menos importante, nesse sentido, é a moda que assume nuances diferentes. Finalmente, a tradição familiar e cultural, a religiosidade e as crenças diversas sempre exerceram papel relevante. Na perspectiva linguística, os nomes carregam marcas das línguas de substrato e também daquelas de contato no contexto em que vivem os portadores desses nomes. Assim, compreendemos também porque, nas obras estudadas, sempre estão incluídas as reflexões sobre a opacidade dos signos onomásticos e a indicação dos caminhos que os investigadores percorrem na busca da transparência e no resgate do significado desses signos.

Nosso trabalho prossegue, apresentando no próximo capítulo a metodologia e os procedimentos adotados na execução da pesquisa.

## 5 METODOLOGIA

### 5.1 MÉTODO E TIPO DE PESQUISA

A ideia de metodologia está associada ao processo de identificação das etapas da pesquisa, indicando um conjunto de regras, instrumentos, técnicas e procedimentos, que têm por objetivo produzir novos conhecimentos. Segundo Paviani (2009, p. 61), há três significados de método: um que indica o caminho, outro que aponta métodos básicos de conhecer (como analisar e explicar) e o terceiro que se refere a um conjunto de regras para obter informação.

O método utilizado no desenvolvimento do presente trabalho é o indutivo. Partimos dos dados registrados, fizemos a sua análise e os explicamos, para, depois, estabelecermos generalizações. Vale dizer que, por esse método, efetuam-se generalizações, “a partir de observações singulares” (PAVIANI, 2009, p. 73). O conhecimento humano pode, assim, desenvolver-se seguindo uma ou outra direção: ou se parte do particular e dos fatos singulares chegando-se ao universal, via indução, ou, inversamente, por dedução, parte-se do universal e chega-se ao particular.

Na abordagem do tema foi utilizada a pesquisa quantitativa com aporte da análise qualitativa, sempre que essa trouxesse contribuições enriquecedoras para o estudo.

### 5.2 O *CORPUS*

Nas pesquisas antroponímicas, de modo geral, existe uma crucial dificuldade que é a da disponibilidade das fontes primárias oficiais a serem utilizadas para o estabelecimento do *corpus*. No caso dos nomes próprios de pessoas, uma das vias a ser percorrida é a dos cartórios de registro civil, e a outra, a dos assentamentos de batismo tutelados pelas autoridades eclesiásticas. No presente caso, o *corpus* foi constituído, valendo-nos do banco de dados do projeto NOPASTE do Programa de Pós-Graduação em Letras, Cultura e Regionalidade da Universidade de Caxias do Sul - RS. A fonte primária oficial utilizada por esse projeto foi a dos registros de batismo. Nesse sentido, auferimos o benefício de recebermos a lista completa dos nomes, que foi resultante de dois anos de atividades de buscas e transcrições desses antropônimos pelos profissionais responsáveis pelo projeto citado. Portanto, em decorrência disso, os nomes constantes neste trabalho integram os registros da Paróquia Santa Teresa de Caxias do Sul, completados por um primeiro conjunto

de nomes levantados junto à Cúria Metropolitana da Arquidiocese de Porto Alegre<sup>49</sup>. Isso porque, de 1875 a 1884, os batizados das crianças nascidas na Colônia Caxias eram feitos na Paróquia de São José do Hortêncio e, posteriormente, abrigados na Cúria Metropolitana da Arquidiocese da capital deste Estado. Os dados não contavam com transcrição eletrônica, razão pela qual tiveram de ser transcritos dos documentos originais, escritos à mão, às vezes, tornando-se o trabalho fatigante devido a diferentes caligrafias presentes nos documentos. Por causa de sua antiguidade e por sua relevância como primeira igreja da Colônia Caxias, a paróquia de Santa Teresa foi a escolhida para a execução deste trabalho.

A responsabilidade de todo o material obtido é creditada ao projeto NOPASTE. Pelo zelo, respeito e observância da ética ao se lidar com nomes próprios de pessoas, ao realizar a atividade de transcrição, com o intuito de excluir qualquer possibilidade de identificação, foram levados em conta apenas os nomes, o sexo e o ano de registro, dissociando-os por completo das famílias às quais os portadores desses nomes pertenciam ou pertencem. O processo de obtenção e transcrição dos dados levou dois anos. O banco de dados do projeto NOPASTE é constituído por 61.966 nominativos. O universo de dados de nossa pesquisa é de 57.170.

### 5.3 PROCEDIMENTOS

De posse desses nomes, procedemos à sua disposição, inicialmente, formando uma lista única, fazendo constar os nomes em uma coluna e, em outra, a indicação do ano de nascimento correspondente a cada um desses nomes e uma terceira com o sexo – M ou F. Seguiram-se algumas experiências como, por exemplo, a de ordenar os nomes em sucessão por ordem alfabética, formando uma lista geral. O propósito era o de adquirir visibilidade sobre os próprios nomes, sobre sua configuração formal e sobre suas ocorrências. Um primeiro resultado foi o de podermos constatar a reiteração de nomes no âmbito do universo por eles formado. Uma segunda experiência foi resultante da aplicação do critério cronológico que propiciou uma ideia dos percentuais em cada ano dos registros dos nomes, tendo em

---

<sup>49</sup> Algumas referências dos primeiros anos na Colônia Caxias são de registros feitos em São José do Hortêncio e, de acordo com dados da prefeitura, em 1826 formou-se o primeiro núcleo de moradores, com a vinda de imigrantes alemães. O município faz parte da "velha colônia" alemã, e surgiu a partir da "interiorização" do processo de colonização alemã, iniciada na Feitoria do Linho Cânhamo, em São Leopoldo, em 25 de julho de 1824. Em 1826, com a vinda das primeiras levas de imigrantes alemães, foi formado o primeiro núcleo de moradores, pertencendo, então, o povoado ao município de São Sebastião do Caí. Disponível em <<http://www.saojosedohortencio.rs.gov.br/novo/historia.php>>. Acesso em: 17 nov. 2015.

conta o espaço temporal compreendido entre 1875 e 2005. Feitas outras várias experiências, fomos nos familiarizando com o material que tínhamos à disposição para trabalhar.

Partimos, então, para os procedimentos operacionais dos dados, visando à consecução dos objetivos a que nos propusemos. Foram elaboradas listas dos antropônimos mais recorrentes de pessoas nascidas na área de abrangência da Paróquia Santa Teresa de Caxias do Sul; demonstrados os percentuais de ocorrências do universo dos antropônimos mais frequentes; e determinados os masculinos e femininos de maior ocorrência no âmbito do universo estudado. Os nomes foram, então, quantificados e agrupados conforme sua maior recorrência, observando-se sua disposição em ordem cronológica, considerando a produção desses nomes durante os 130 anos, abarcados no espaço de tempo já referido. O recorte temporal, visto no seu todo, foi dividido em quatro períodos, com intervalo de um ano entre eles. Obtivemos, dessa forma, a repartição constante no Quadro 1, a seguir.

Quadro 1 - Períodos de estudo

<b>Períodos de estudo</b>	
1875 – 1906	1941 – 1972
1908 – 1939	1974 – 2005

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Prosseguindo, efetuamos a categorização dos nomes pelo respectivo gênero, de acordo com o que constava nas certidões, evitando dubiedade. Para tanto, adotamos uma codificação, isto é, os nomes masculinos foram rotulados com a letra M, maiúscula, os femininos, com a letra F, também maiúscula. Obtivemos, com isso, os quantitativos de um e de outro gênero, quer em relação ao universo dos dados, 57.170 nomes, quer em relação ao total computado para cada período estabelecido. Também, nesse caso, a ordem alfabética, com discriminação do gênero, indicou as reiteraões ou não dos nomes; a ordem cronológica mostrou o maior ou menor número de nascimentos de crianças por ano e, portanto, maior ou menor representatividade numérica dos nomes.

O passo seguinte foi o da extração dos 100 nomes masculinos e dos 100 nomes femininos mais recorrentes no âmbito do universo dos dados e, também, no âmbito de cada período, tendo em conta, outrossim, além do gênero, o critério cronológico. Afora isso, dos referidos 100 nomes masculinos e dos 100 nomes femininos de cada período foram extraídos os 10 nomes numericamente mais representados em cada período, considerando o gênero e a ordem cronológica para a realização da análise qualitativa. Percebemos que o nomes mais recorrentes integravam um conjunto expressivo, muitos deles repetidos ao longo dos 130

anos: eram responsáveis por 53,8% dos masculinos e 41,1% dos femininos. Para ilustrar, tomamos como exemplo o nome Maria, que passou de 3.186 ocorrências entre 1908-1939 (seja como nome simples, em primeira colocação ou como segundo colocado) para apenas 75 entre 1974-2005.

Outro procedimento operacional levou-nos à observação e à análise da estrutura dos nomes, isto é, sua configuração e ordenação na sequência sintática, com um simples elemento constitutivo, ou com dois ou mais elementos.

#### 5.4 TABULAÇÃO DOS DADOS

Feitas as contagens, de caráter geral e específico, com indicação dos números e respectivos percentuais, por categoria de gênero e por período, tendo em conta o critério cronológico, sentimos a necessidade de imprimir visibilidade às quantidades numéricas dos nomes e a seus respectivos percentuais, intencionando avançar na análise para colher o sentido expresso por esses quantitativos. Passamos, assim, ao trabalho de tabulação, procurando, por esse processo, consolidar as informações, por meio da confecção de gráficos e tabelas. Nossa intenção foi proporcionar compreensão imediata do material consignado e elaborado, através da sua representação figurada. Essa parte visual acabou sendo bastante extensa, por cuja razão dedicamos a esses produtos um capítulo exclusivo.

Além da representação numérica e dos percentuais dos números, consideramos indispensável a inclusão, na pesquisa, da análise qualitativa, a fim de explicar o que os números, às vezes, não explicitam por si só. Números são fatos observáveis, dados concretos, mas a eles podem estar subjacentes sentidos e fenômenos compreensíveis somente pela análise qualitativa. Procuramos, também, na medida do possível, estabelecer relações dos denominativos com o contexto socioeconômico e cultural da comunidade em que estão inseridos.

Como um dos objetivos propunha esclarecer a motivação do signo antroponímico, demos especial atenção à etimologia, à busca do étimo que haveria de esclarecer a origem, aparentemente, obscura. A atividade, então, consistiu na consulta cuidadosa aos dicionários etimológicos e àqueles onomásticos. Em se tratando, nesta pesquisa, de uma comunidade formada por grupos étnicos diversos, em particular, italianos e luso-brasileiros, as obras de consulta incluíram, sobretudo, autores italianos, portugueses e brasileiros. Com esta tarefa, buscamos extrair as camadas superpostas aos signos antroponímicos pela passagem do tempo,

com intuito de remover a opacidade que encobre a origem e o significado dos nomes que as pessoas possuem.

Incluem-se aqui várias questões, como, por exemplo, a de determinar o étimo linguístico e cultural do nome, qual a sua forma original, quais as variantes formais que vão se constituindo no decurso do tempo, pela passagem das gerações, como podemos, assim, aproximar “Theresa, Teresa, Thereza e Tereza”, que têm o mesmo étimo, mas se apresentam em vozes e grafias diferentes. Também as grafias, alteradas pelo contato de línguas e culturas diferentes, constituem pontos relevantes de análise.

A esse conjunto, somaram-se as etimologias dos nomes masculinos e femininos, de cada período, a fim de identificar a origem dos antropônimos. Com base em sua origem, foram investigadas as influências e as motivações que auxiliam na leitura do contexto extralinguístico sobre o que o desaparecimento e o reaparecimento de nomes implica numa comunidade, bem como as influências que os levam a isso.

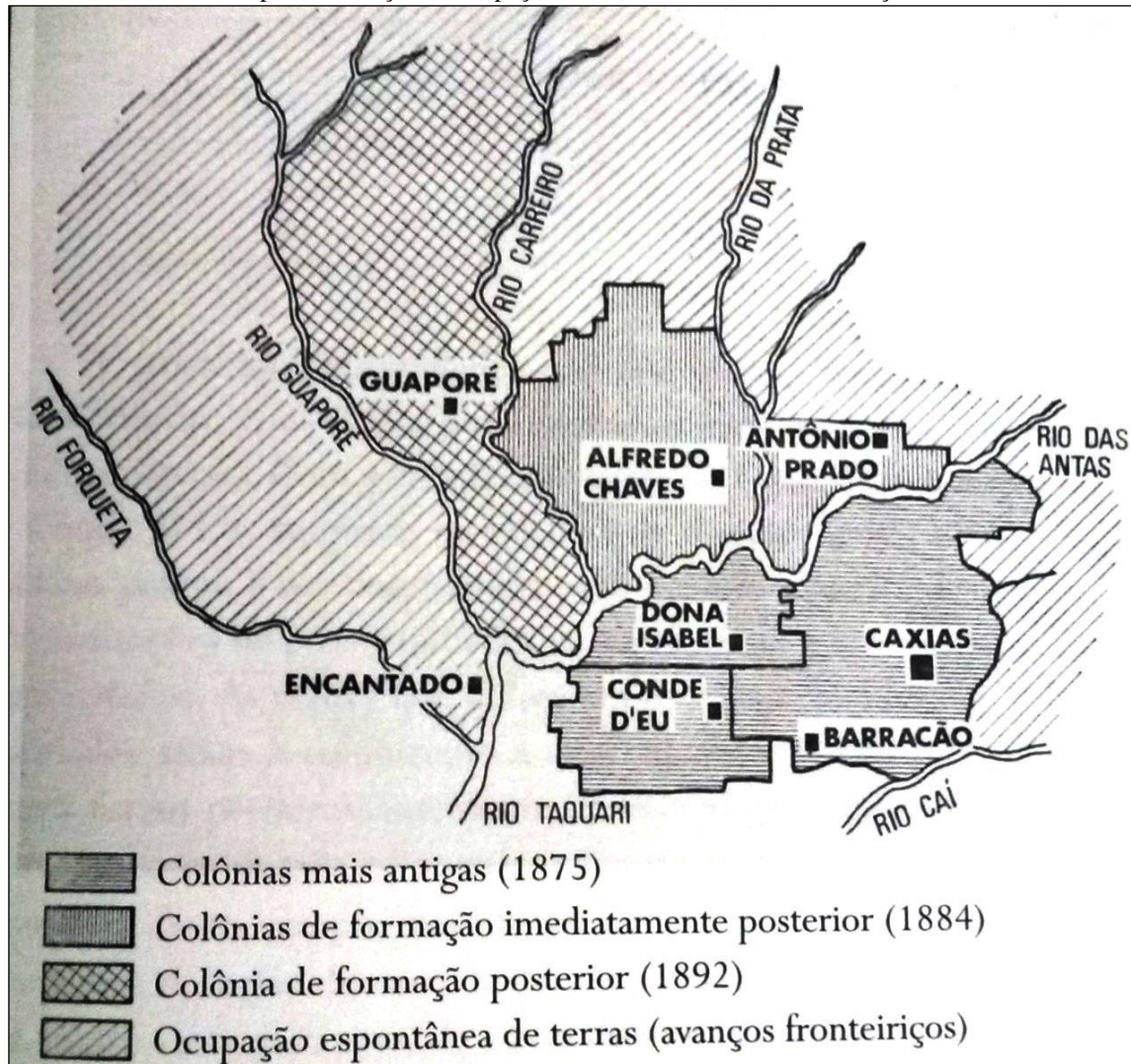
## 5.5 DELIMITAÇÃO DA ÁREA

O recorte efetuado para realização deste estudo compreende a área de abrangência da Paróquia de Santa Teresa de Caxias do Sul – RS. Foi escolhida a comunidade dessa paróquia por ter sido essa igreja a primeira criada, em 20 de maio de 1884, na então Colônia Caxias, nove anos depois da chegada dos imigrantes italianos.

A Colônia Caxias, juntamente com as Colônias Dona Isabel e Conde D’Eu foram as três primeiras Colônias oficiais criadas pelo Governo Imperial para receber os contingentes imigratórios italianos, cuja chegada teve como marco inicial o ano de 1875. Igualmente destinadas à colonização pelos imigrantes italianos, outras Colônias foram criadas pelo governo nos anos subsequentes. Elas podem ser conferidas no Mapa 1, a seguir:



Mapa 1 - Avanços na ocupação de terras no início da colonização



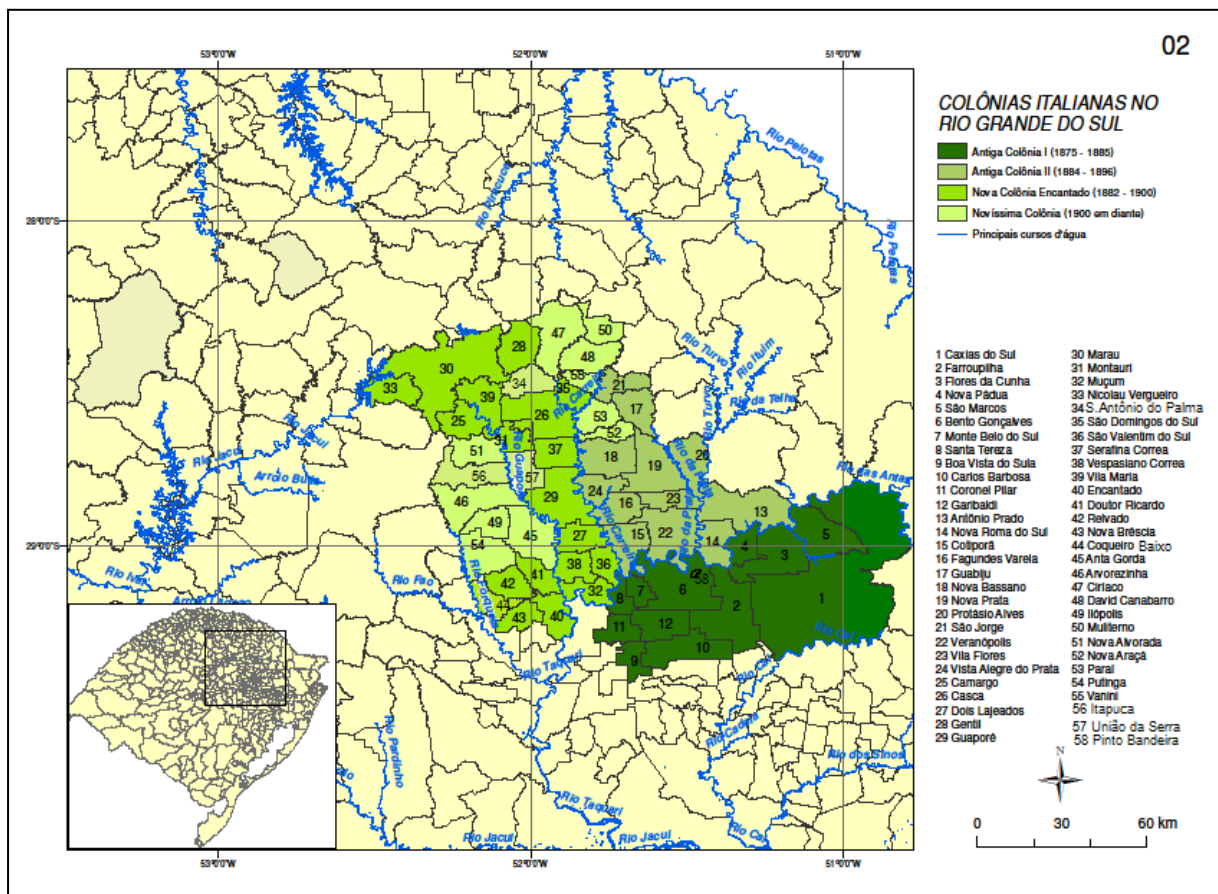
Fonte: *Mapas das colônias* (Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul, Porto Alegre), In: FROSI; MIORANZA, 2009, p. 57.

Para a compreensão do processo de criação das Colônias oficiais, sua ordem de surgimento, sua localização e seu posterior desdobramento nos municípios que, hoje, compõem a Região de Colonização Italiana do Nordeste do Rio Grande do Sul – RCI –, referenciamos Frosi e Mioranza (1975; 1983; 2009). Com relação aos processos de colonização e aculturação, dentre outras obras, consideramos a de Azevedo (1975) e, especificamente, sobre a história de Caxias do Sul, reveste-se de grande importância a obra de Machado (2001).

Em 1975, ano em que foram publicados os primeiros resultados de uma pesquisa sobre a imigração italiana no nordeste deste estado, 26 municípios compunham a RCI, especificados e representados na Figura 10, constante em Frosi e Mioranza (2009, p. 73). A RCI sempre teve um grande desenvolvimento socioeconômico, com expansão ininterrupta e expressivo crescimento populacional. Em 2009, já era composta por 55 municípios, como

foram relacionados por Frosi e Mioranza (2009, p. 105-108). Esse assunto, revisto e atualizado, apresenta, hoje, uma nova configuração, tanto no que se refere ao elenco dos municípios da RCI, em conformidade com Misturini (2015), quanto à representação cartográfica desses municípios, dada por Pinheiro (2014; 2015). Apresentamos, a seguir, o mapa da RCI, reelaborado por Pinheiro (2015), com realce em verde escuro para a Antiga Colônia I, onde se situam os municípios derivados da Antiga Colônia I, dentre eles, Caxias do Sul e, conseqüentemente, a Paróquia de Santa Teresa.

Mapa 2 - Região Colonial Italiana



Fonte: PINHEIRO, 2015, Anexos, Mapa 1; MISTURINI, 2015, com base em FROSI; MIORANZA, 2009.

A Catedral Santa Teresa conformou, desde cedo, o centro da cidade e, sucessivamente, no seu entorno foram sendo construídas 17 paróquias, tendo sido criada a diocese em 8 de setembro de 1934.

Com a delimitação da área e dos procedimentos, seguimos com a pesquisa que será apresentada na presente tese.

## 6 O CONTEXTO EXTRALINGUÍSTICO

Para percorrer pistas que nos levam a tentar descobrir o significado e a motivação de um nome, podemos considerar o universo onde ele está inserido. Se o nome integra, abarca uma cultura, é fundamental conhecê-la para que o estudo onomástico seja mais completo. Acreditamos que os nomes não são meros índices, mas signos, pois relacionam significado e significante.

Tomando o universo da Paróquia Santa Teresa como *corpus*, precisamos entender as transformações sofridas no município em que ela está inserida, tanto no aspecto da tradição religiosa quanto na transformação da cidade em um ambiente multicultural.

O embrião de Caxias do Sul tem início em 1875, com a vinda de imigrantes italianos para a Serra gaúcha. A viagem dos imigrantes que chegaram ao Brasil, há 142 anos, pouco lembra a visão romanceada das novelas. Eles precisaram abandonar residências e, do Porto de Gênova, vênetos, trentinos e lombardos, especialmente, seguiram em busca de uma vida nova, longe da pobreza que assolava a Itália.

Nos navios, poucos falavam o italiano, a língua oficial da Itália recém-unificada em 1870. No livro *Memórias*, o imigrante Júlio Lorenzoni (1975) relata que “em qualquer canto do vapor só se escutava um vozerio incompreensível de dialetos, a maior parte vênetos e lombardos, muitos dos quais não entendia absolutamente, de modo que permanecia admirado ouvindo tantos vocábulos novos, procurando adivinhar-lhes o significado”.

O primeiro ensinamento foi justamente o da criação de uma identidade italiana comum e global, apesar das diferentes regiões de origens e costumes. O tal “somos todos italianos” começou a surgir na travessia, paralelamente à partida, nas viagens com duração de 30, 40 dias. Entretanto, os primeiros moradores de Nova Milano levaram três meses e oito dias para chegar ao Rio de Janeiro, num navio a vela. Mas o tempo arrastado e o tédio a bordo, com dias que se repetiam sem muita novidade, eram só um detalhe. Andrea Pozzobon<sup>50</sup>, que se dedicou a escrever um diário, discorreu sobre assuntos mais sérios, como o arrependimento dos conterrâneos ao deixar a Itália: “se o farol de Gênova, com suas brilhantes chamas, pudesse falar, teria dito: voltaí para trás, meus filhos; no estrangeiro não sereis mais italianos; quem perde a Itália, perde tudo” (1997, p. 11). Acrescentou: “bendito aquele que, embora na miséria, pode fechar os olhos a seus genitores e a si mesmo onde

---

<sup>50</sup> Organizada por Zolá Franco, neto de Andrea Pozzobon, a obra *Uma odisséia na América* (1997) faz uma compilação de manuscritos, crônicas, poesias, relatos de viagem e as memórias do imigrante italiano Andrea Pozzobon.

nasceu – onde foi batizado e onde, talvez, por centenas de anos seus ancestrais sepultados desejariam incluí-lo entre os membros de sua família”. (1997, p. 11).

O imigrante Luigi Toniazzo, no relato *Mio Viaggio in America*, chora a perda do antigo país, ao mesmo tempo em que sonha com uma vida nova. Ao se referir à decisão de emigrar, compara o sentimento ao de um “inocente condenado à morte” (1977, p. 11).

E não foram poucos os núcleos familiares divididos na viagem transatlântica. Entre 1875 e 1915, 14 milhões de cidadãos deixaram a Itália rumo a países como Estados Unidos, Uruguai e Argentina. O número é impressionante, se considerarmos que, em 1900, a população italiana era de 33,5 milhões de habitantes, de acordo com o banco de dados I.Stat, do Instituto Nacional de Estatística da Itália.

Essas histórias narradas pelos imigrantes, com um quê de fantasia, são alvo de crítica da antropóloga italiana Alessia de Biase, que veio ao Rio Grande do Sul em 1990 para pesquisar a cultura dos imigrantes italianos. Sem a intenção de reafirmar a saga em busca da Terra da Cocanha, viu de que forma a figura do colono transformou-se, a partir das comemorações do centenário da chegada, em 1975, em um herói. Iniciava-se, assim, a invenção identitária de um italiano quase mítico. Segundo a antropóloga, em entrevista ao jornal *Pioneiro* (p. 16, 2010)<sup>51</sup>:

Os 'pioneiros' foram ontem. O que os imigrantes aqui conseguiram fazer foi ontem, no sentido histórico, de uma visão de longo prazo. Não podemos esquecer isso. Há um esquecimento que pra mim é interessante que é o do período da "brasilianização" dessas pessoas.

Ela se ocupou de entender a imigração italiana 100 anos depois de seu início e analisar a forma com que os descendentes ressignificavam o conceito de italianidade, como os netos de imigrados retomavam a questão identitária dos avós. Para isso, estudou várias manifestações culturais como as festas, a gastronomia, a língua, a paisagem cultural, entre outras.

---

<sup>51</sup> Publicada na revista *Almanaque*, em 17/10/2009.

## 6.1 DA CHEGADA À COLÔNIA ATÉ A INDUSTRIALIZAÇÃO

A leva de imigrantes italianos que chegou à Colônia aos fundos de Nova Palmira<sup>52</sup>, em 1875, assentou-se em terras desocupadas, demarcadas e destinadas aos estrangeiros vindos da Itália. O governo imperial brasileiro era quem patrocinava o processo de colonização, com o intuito de desenvolver essas áreas. Giron e Bergamaschi (1996, p. 10) explicam que esse “sistema de colônias, implantado pelo governo imperial no Rio Grande do Sul, obedecia ao regime de glebas contínuas que caracterizou a maior parte do empreendimento colonial na província”. Assim, os imigrantes apostaram sua sorte nas condições da terra brasileira. Segundo as autoras:

Os colonos agricultores pobres, casados e não tão jovens carregaram suas famílias para uma aventura sem retorno. A busca de terras das quais poderiam ser proprietários e a esperança de uma vida melhor do que a que levavam em sua terra natal mergulhou-os em terras brasileiras. Os lotes vendidos a preços módicos e a prazos convenientes constituíam a atração. Alguns possuíam um pouco de dinheiro, resultado de negócios feitos na Itália, outros sabiam fazer mais do que plantar, artífices e artesãos, desalojados pelo processo de industrialização, traziam experiências manufatureiras para a nova terra. Todos eram estrangeiros em terra estranha e inexplorada. A grande maioria vinha em busca da riqueza que até então lhes tinha sido negada. (GIRON; BERGAMASCHI, 1996, p. 8).

As terras ocupadas por esses colonos podem ser agrupadas em Antiga Colônia e Nova Colônia, formadas pela primeira a Antiga Colônia I (Caxias, Dona Isabel e Conde D'Eu) e Antiga Colônia II (Antônio Prado e Alfredo Chaves), fundadas na época do Império; a Nova Colônia (Guaporé e Encantado<sup>53</sup>), fundada durante a República. Considera-se ainda a existência de uma Novíssima Colônia decorrente das migrações internas da Região de Colonização Italiana, resultante das expansões das demais Colônias (cf. FROSI; MIORANZA, 1975 e FROSI; MIORANZA, 2009).

Nascimento (2009) destaca que a ocupação definitiva da Colônia Caxias ocorreu no final de 1878<sup>54</sup>. No ano seguinte, foi aprovada a planta que estipulava o traçado da zona urbana, formada por poucas ruas e um espaço para a praça central, de acordo com as proporções modestas da incipiente cidade.

---

<sup>52</sup> Em 1877, recebeu o nome de Colônia Caxias. Depois, Caxias passou a se chamar Campo dos Bugres e, mais tarde, Sede Dante. MACHADO, Maria Abel. In: *Construindo uma cidade*. Caxias do Sul: Editora do Maneco, 2001, p.25.

<sup>53</sup> Formada a partir da migração interna de colonos provenientes das Colônias Dona Isabel e Conde D'Eu (FROSI, 2002, p. 126).

<sup>54</sup> Cf. NASCIMENTO, 2009, p. 93.

Essa área central era composta por funcionários do governo e imigrantes sem aptidões agrícolas, como comerciantes e artesãos. Como estava afastada dos centros mais desenvolvidos e as vias de comunicação eram precárias, a Colônia passou a produzir boa parte do que consumia, tornando-se autossuficiente. Não demorou muito para a produção agrícola, que era de subsistência, passar a ser comercializada. Surgiam, assim, os primeiros negócios e, em 1901, foi fundada a Associação dos Comerciantes.

O centro urbano começava a receber destaque. Como resultado do crescimento da economia, Machado (2001, p. 27) observa que Caxias estava transformando-se em entreposto comercial da região:

Já em 1927, o segundo código administrativo proibia a construção de prédios de madeira no centro da cidade, numa demonstração de que a administração municipal começava a se preocupar com a seleção dos moradores da área central, reservando o espaço para a elite que vinha se formando (MACHADO, 2001, p. 27).

Os colonos procuravam a sede da colônia para vender a safra e comprar utensílios e mantimentos necessários para manutenção da família e da propriedade. A capela Santa Teresa era um desses locais de encontros, que atraía os imigrantes, de acordo com Giron e Bergamaschi (1996, p. 196), para “casamentos, batizados e festas”. As pesquisadoras relatam que:

Os padres são poucos, e as atividades religiosas são realizadas na pequena capela central. Santa Teresa, inicialmente ligada à paróquia de São José do Hortêncio, de São Sebastião do Caí, em 1877, recebe o primeiro pároco. As atividades religiosas aumentam e, em 1880, o novo pároco já conta com um padre coajutor. (GIRON; BERGAMASCHI, 2004, p. 197).

Em 1884, Santa Teresa desvinculou-se de São José do Hortêncio, tendo sido elevada à freguesia. Nos primeiros 75 anos, entre 1875 e 1950, a população italiana era a mais expressiva numericamente e, assim, mais contribuiu para o desenvolvimento da antiga Colônia. Segundo Frosi, Faggion e Dal Corno (2006, p. 99), nas primeiras décadas da Região de Colonização Italiana, os imigrantes italianos “se reconheciam como cidadãos pertencentes a um mesmo grupo étnico, enquadrados num mesmo nível socioeconômico-cultural, irmanados na luta pela sobrevivência na terra de adoção”.

Na década de 1930, as políticas públicas e o desenvolvimento econômico começaram a se traduzir na melhoria do espaço urbano: ruas passaram a ser pavimentadas, esgoto e água foram canalizados, surgiram novas vias e começavam a aparecer moradias na periferia para abrigar trabalhadores da indústria. O crescimento econômico e o aumento da

representatividade empresarial foram determinantes para o início das mudanças nesse sentido, que se realizariam anos mais tarde, não sem evitar o confronto na convivência entre diferentes grupos étnicos. Machado (2001, p. 28) afirma que:

O cargo de intendente era exercido por homens estranhos à comunidade caxiense, de origem luso-brasileira, nomeados e/ou indicados pelo governador do Estado e pertencente ao partido político no poder. Essa era uma prática que deixava os líderes locais numa situação incômoda, de subserviência. Contudo, à medida que as empresas foram crescendo e sua entidade representativa se fortalecendo, passaram a ter maior poder de pressão e, conseqüentemente, a conquistar o espaço necessário para as suas ações, fossem elas ligadas à economia ou à política. (MACHADO, 2001, p. 28).

A partir da década de 1950, Machado (2001, p. 29) observa a mudança na feição da cidade: “a sua fisionomia, que era constituída de ‘italianos’ (descendentes), de rostos muito brancos, olhos claros e cabelos loiros, sofreu uma transformação e passou a ter pele morena, cabelos e olhos escuros, indicando a chegada dos ‘brasileiros’”.

Os 65 anos seguintes foram de profundas transformações na comunidade. Caxias do Sul passou a receber outras levas de migrantes do Brasil e do Exterior, viu a população predominantemente de origem italiana mesclar-se a pessoas vindas de outras localidades e etnias.

## 6.2 A INFLUÊNCIA DO CATOLICISMO

O catolicismo esteve presente de forma expressiva na vida dos italianos e das primeiras gerações de seus descendentes, seja pela religião trazida da Itália, seja pela política de italianidade oficial propagada pelo Estado italiano. Rela (2004, p. 30) afirma que, quando o Rio Grande do Sul começou a se desenvolver, a Sé romana enviou 148 padres italianos, entre 1876 e 1930:

Os imigrantes italianos recém-vindos, e muitos provenientes dos Estados pontifícios, ao se instalar e se deparar com a ausência de quem ministrasse os sacramentos religiosos, acabavam por introduzir, aqui, a figura do padre-leigo. Esse poderia ser a pessoa mais velha da comunidade, como poderia ser aquela que tivesse trazido o livro de orações ou mesmo a imagem ou o quadro de algum santo. Deveria, ele, exercer a função de um padre de capela [...] (RELA, 2004, p. 31).

As comunidades italianas procuraram manter a vivência religiosa de maneira idêntica àquela praticada na Itália. Para se ter uma ideia, dos 70 mil vênetsos que chegaram à Serra

gaúcha, a maioria dizia-se católica convicta<sup>55</sup>. A capela na zona rural foi outro elemento que potencializou o exercício da fé católica, já que as vidas eram construídas em volta dela. A religiosidade dos imigrantes era tão peculiar, que alguns pesquisadores como De Boni (1980) defendem que a noção de italianidade é menor do que a catolicidade – essa sim sendo um diferencial importante para a construção da identidade. O pesquisador explica da seguinte maneira o sentimento dos imigrantes:

Unia-os, não o sentimento de pátria, pois não eram nem brasileiros, nem italianos. Chegados há pouco, sentiam-se estrangeiros no Brasil. Mas também não eram italianos emocionalmente: o país de origem, recém-unificado, de forma anticatólica, atingira as convicções religiosas dos camponeses do norte italiano. Também não se agrupavam ao redor da língua, pois cada grupo falava seu dialeto, ignorando a língua oficial da pátria que acabara de surgir. (DE BONI, 1980, p. 235).

Enquanto o mundo discutia novos conceitos, como socialismo e industrialização, os italianos que deixaram o país de origem estavam longe dessas preocupações – o desejo mais urgente era organizar-se em sociedade e, assim, ter um pároco para prestar contas. Rela (2004, p. 33) observa que “a forma de vida rural dos colonos era um fator que cooperava para criar o clima de cristandade”. A religião era, também, o modo de organizar-se em comunidade e dar sentido à existência, superando as adversidades. Segundo Beneduzi (2008):

A Igreja articulava uma estratégia de controle comunitário, permeando com suas ideias todo o espectro social. Atingia – - dessa maneira – desde o analfabeto até o letrado, desde o menino até o idoso, não escapava ninguém em suas manifestações orais ou escritas. A instituição colocava em movimento uma ampla e estruturada tecnologia de cooptação, sendo que cada espaço da vida e cada momento do dia tinham algo relacionado com a religião católica. (BENEDUZI, 2008, p. 114).

Dessa forma, a religião servia também como suporte para encarar as dificuldades do dia a dia. No álbum comemorativo ao *Cinquantenario della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud 1875-1925*, boa parte do conteúdo ressalta igrejas, seminários, capelas e escolas erguidas pelos imigrantes. Nessa obra, Bombassaro (1925, p. 333) reconhece a relevância da religião, dizendo que ela constituía “fator formador benemérito da vida social e econômica deste Estado e missionário do progresso desta sua nova Pátria de adoção”. Ela era, ainda, reguladora dos costumes, exercendo controle sobre a sexualidade e o desejo. Zanini (2013, p. 32) explica as práticas mais comuns entre os imigrantes e seus descendentes:

---

<sup>55</sup> *Jornal de Caxias*, Caxias do Sul, p. 19, 23 jul. 1977.



A reza do terço, em casa (em família) ou nas capelas ou Igrejas; a devoção mariana (à Virgem Maria); a ida à missa aos domingos e o cuidado com os dez mandamentos ou com as regras básicas de convívio entre humanos e do humano com o sagrado. (ZANINI, 2013, p. 32).

A manutenção do vínculo entre gerações, a preservação da história e da memória familiar possibilitavam, também, a propagação da religiosidade e da fé, ao que Hohlfeldt<sup>56</sup> (1979) considera como a manutenção de um sentimento de sociabilidade familiar, tão significativo quanto o sentimento de religiosidade. As capelas, assim, tornaram-se lugares de convívio e não apenas locais de celebrações de fé, e costumavam ocupar o centro da localidade, e a vida religiosa baseava-se nas determinações da Igreja. Frosi (2010, p. 49) observa que, “ensinados e instruídos pelos pais, os filhos passaram a seus descendentes a doutrina da igreja católica”.

### 6.3 A PARÓQUIA SANTA TERESA

A Paróquia Santa Teresa foi criada nove anos depois da chegada dos primeiros imigrantes italianos à Serra gaúcha. Antes disso, em 19 de maio de 1877, Caxias recebeu um capelão colonial, o padre italiano Antônio Pessaggi. Brandalise (1985, p. 13) relata que o culto era realizado em “uma choupana feita de taquara, no local do antigo cemitério, à Rua Bento Gonçalves”. Depois, uma residência situada no espaço onde foi erguido o Edifício Estrela, abrigou o templo. Em maio de 1880, foi nomeado o segundo capelão, padre Agostinho Magon. O primeiro pároco, no entanto, só foi nomeado em 20 de maio de 1884. Brandalise (1985, p. 14) explica que o nome da paróquia foi inspirado “pela gratidão dos colonos italianos com a Imperatriz Dona Teresa Cristina, esposa de D. Pedro II”. No site da Catedral de Caxias<sup>57</sup>, a história da padroeira é reafirmada, com a ressalva de que não se sabe o quanto os colonos conheciam Santa Teresa D’Ávila: seguindo a tradição do onomástico, diz o texto oficial do site, que eles escolheram a santa do mesmo nome da soberana. Dessa maneira, os imigrantes italianos expressavam a gratidão pelas terras recebidas, mas essa afirmação tem mais amparo no poder legitimado pela igreja do que pela comunidade.

Em 1914, a Paróquia Santa Teresa atendia a 40 capelas na zona rural, mas, a partir dos anos 1940, com o crescimento da cidade, foi desmembrando-se em outras comunidades religiosas. A Catedral Santa Teresa tornou-se o centro da cidade, e ao seu redor foram construídas 17 paróquias – a Diocese foi criada em 8 de setembro de 1934, o que explica

<sup>56</sup> HOHLFELDT, Antônio. 1979, p. 212.

<sup>57</sup> Disponível em: <<http://www.catedraldecaxias.org.br/sobre-a-catedral/historico>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

também a diminuição do número de pessoas batizadas nos anos mais recentes, em comparação com o aumento populacional. De acordo com Brandalise (1985, p. 85), em 1940, conforme recenseamento feito pelo governo, a população caxiense era de 25.000 habitantes e foram realizados 849 batizados. Em 1964, a população era de 94.177 pessoas e foram celebrados 501 batizados. Já em 2004, a população era de 360.419 pessoas, segundo Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e foram realizados apenas 200 batizados na referida paróquia.

Essa transformação iniciou-se com a criação, em 8 de fevereiro de 1942, da Paróquia Nossa Senhora de Lourdes, desmembrada da Paróquia Santa Teresa, com 10 capelas. Um mês depois surgiu a Paróquia de São Pelegrino, tendo sido excluídas 10 capelas da igreja original, que haviam sido prometidas pelo bispo Dom José Baréa. Em 28 de dezembro de 1949, houve a inauguração da Paróquia da Imaculada Conceição, sendo desmembrada da paróquia e recebendo quatro capelas. Em 25 de março de 1954 apareceram as Paróquias Santa Catarina e São José, desmembradas da Paróquia Santa Teresa e, em 25 de dezembro de 1959, a Paróquia de São Pio X. Em 31 de maio de 1964, foi criada a Paróquia de São Vicente de Paula. Em 18 de maio de 1973, a Paróquia de São Leonardo Murialdo.

#### 6.4 LÍNGUA ITALIANA E MESCLA ÉTNICO-LINGUÍSTICA

Nas primeiras décadas da colonização, o dialeto italiano era uma realidade nas comunidades na região. Aos poucos, com o processo de urbanização, o contexto bilíngue foi se perdendo. Frosi (2015, p. 102) destaca que “as comunidades locais sofreram, nas últimas décadas, profundas transformações. Um novo universo de valores foi assimilado e incorporado à vida dos ítalo-descendentes”. O português ganhou presença majoritária na fala dos moradores da região, e o dialeto foi se restringindo a ambientes e situações cada vez mais raros. Frosi (2015) ressalta que:

No presente, não só o português é a língua dominante como também há uma acentuada tendência de solução para o monolinguismo de português, em detrimento da fala dialetal italiana. O dialeto italiano é, em linhas gerais, passivo e restrito às pessoas de idade avançada das comunidades rurais. O contexto sociolinguístico foi marcadamente italiano; não só nas primeiras décadas, a contar de 1875, ano do início da colonização, pode-se dizer que a cultura e a fala italiana definiram as comunidades por várias gerações. Pode-se considerar que aspectos linguísticos e culturais importantes foram preservados durante mais de um século. Até 1975, ano das celebrações do Centenário da Imigração Italiana, apesar da formação de algumas comunidades urbanas, havia o predomínio de comunidade rurais, constituindo um ambiente propício à vida das falas dialetais italianas. (FROSI, 2015, p. 102).

Nos 40 anos subsequentes, ao se comemorarem os 140 anos da imigração italiana, esse contexto da fala dialetal parece cada vez mais distante. Frosi e Mioranza (2009, p. 80) afirmam que “o mesmo imigrante deparou-se com dificuldades de ordem linguística, desde o momento em que pretendeu alargar seu círculo de convivência social”. Atualmente, segundo Herédia (2010, p. 1), a chegada de migrantes apresenta algumas particularidades em relação às anteriores, “uma vez os fluxos recentes derivam de movimentos migratórios urbano-urbano e não mais de migrações de procedência rural”.

Mas, antes mesmo da chegada de pessoas com outros valores culturais<sup>58</sup> a Caxias do Sul, o impacto mais significativo para a perda de prestígio da língua italiana na comunidade foi a política de nacionalização implementada pelo governo de Getúlio Vargas. O então presidente decidiu padronizar o ensino nas escolas em língua portuguesa, oficializado por dois decretos-lei do período do Estado Novo: o de número 406, de maio de 1938, e o de número 1.545 de 25, de agosto de 1939. Frosi, Faggion e Dal Corno (2010) destacam que essa campanha teve impacto na cultura do ítalo-descendente. As pesquisadoras afirmam que:

É inegável o impacto que tiveram os acontecimentos político-administrativos relacionados ao contexto nacionalista instaurado no Brasil na década de 30, sobre comunidades de estrangeiros e seus descendentes no estado e no Brasil. A Campanha pela Nacionalização do Ensino, iniciada oficialmente em 1938, decretou a implantação oficial do “português como língua nacional nas áreas de colonização estrangeira, (re) forçando a nacionalização (BOLOGNINI; PAYER, 2005)” [...]. (FROSI; FAGGION; DAL CORNO, 2010, p. 18).

A obrigatoriedade de uso da língua portuguesa, de certa maneira, antecipou o fim da forma escrita do italiano e, logo depois, diminuiu também a fala. Nos anos subsequentes, com o advento da Segunda Guerra Mundial, o italiano, bem como outras línguas estrangeiras, passaram a ser proibidas. Pesavento (1980, p. 192) ressalta que:

A língua estrangeira foi proibida nas escolas, serviços públicos, militares e até nas inscrições de túmulos e lápides. Nacionalizaram-se as associações alemãs e obrigou-se que os jornais, revistas e avisos de lojas, bem como serviços religiosos, fossem feitos em português. (PESAVENTO, 1980, p. 192).

---

<sup>58</sup> Segundo dados apresentados nas migrações intraestaduais, os municípios que se destacam são: Santana do Livramento (9,3%), Vacaria (6,2%), Lagoa Vermelha (3,1%), Porto Alegre (3,1%), Dom Pedrito (2,8%), Fazenda Gênero 9 Diásporas, Diversidades, Deslocamentos 23 a 26 de agosto de 2010 4 Farroupilha (2,8%), São Gabriel (2,58%), Alegrete (2,07%) e Bom Jesus (2,07%). Os estados com maior predominância são: Santa Catarina, Paraná e São Paulo, estados que fazem parte da região sul e, ainda, Alagoas, Ceará e Minas Gerais. Disponível em: <[http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278179754\\_ARQUIVO\\_TrabalhoMigracoesVaniaHeredia.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278179754_ARQUIVO_TrabalhoMigracoesVaniaHeredia.pdf)>. Acesso em: 11 jan. 2016.

Houve intimidação do poder público para que, a partir dessa campanha nacionalista, a comunidade composta por imigrantes e descendentes fosse instigada a mudar sua cultura, negando o legado étnico-linguístico em detrimento da aceitação do Brasil. Entre os anos de 1937 e 1941, na RCI, segundo Pagani (2005, p. 20), foram criados Centros Culturais, como o Tobias Barreto de Meneses, em Caxias do Sul, com a atribuição de promover o nacionalismo brasileiro no município. O mesmo autor (PAGANI, 2005, p. 21) transcreve o programa da Ação contra os *kistos* raciais, lançada em 1935 pela Sociedade de Amigos de Alberto Torres, cujo quinto item dispõe sobre o fechamento das escolas primárias estrangeiras no país, bem como a proibição da sua literatura infantil. O autor relata, ainda, a criação, em 1938, em Caxias, de um núcleo da Liga de Defesa Nacional, fundada em 1916 com objetivos como o da “conversão cívico-patriótica de todos os cidadãos” (PAGANI, 2005, p. 28). Durante a guerra, os ítalo-brasileiros foram proibidos de falar italiano e, dessa forma, obrigados a silenciar, porque raramente falavam o português. Frosi (2010, p.185) destaca que “a interdição da palavra étnica feriu a identidade linguística e cultural do ítalo-brasileiro; instaurou o silêncio, a não comunicação no seu próprio contexto de vida”. Foram, dessa forma, coagidos a falar português<sup>59</sup>.

Em relação ao aspecto social da campanha de nacionalização, criou-se um preconceito relacionado à figura do colono, com sua vida e sotaque peculiares à RCI. O sotaque era associado ao “falar errado”. Frosi e Mioranza (1983) explicam que no dialeto vêneto existe uma única vibrante, ao contrário do português, em que existem duas. Assim, surgiu a pronúncia da vibrante dupla como simples e vice-versa. Pior do que essa dificuldade foi o fato de os descendentes serem estigmatizados (FROSI; FAGGION; DAL CORNO, 2010).

Esses componentes extralinguísticos situam a Paróquia Santa Teresa frente à evolução dos anos em Caxias do Sul e dão elementos religiosos, históricos, políticos e sociais que podem ter impacto na escolha dos nomes de batismo. Caxias, ao longo dos anos, tornou-se uma cidade multiétnica e multicultural, com influências sendo modificadas em cada período histórico e econômico. Os nomes, por sua vez, refletem um pouco essas transformações.

---

<sup>59</sup> Sobre isso, consultar os depoimentos presentes nos estudos de FROSI, 1996; COSTA, 1997; FROSI, 2005; FROSI, DAL CORNO e FAGGION, 2010; DAL CORNO, 2005.

## 7 CONFIGURAÇÃO DE DADOS

A criação do homem é narrada no início de Gênesis e, não por acaso, o ato criador de Deus está sempre associado ao verbo, à linguagem e à necessidade de nomear o mundo recém-criado: “o nome que o homem desse a cada ser vivo, esse seria o seu nome” (Gênesis, 2, 19). Dessa forma, o nome representa a pessoa e a missão (ou intenção) a que lhe é confiada a existência.

A assertiva romana *nomen est omen*, de que o nome porta um destino, torna a elucidação um convite a descobrir o mistério que o nome encobre. O nome próprio de pessoa não constitui um significante qualquer: ele passa a ser uma representação do sujeito. E, desconhecendo-se a motivação dos pais ou familiares, a etimologia é que possibilita um aprofundamento, por meio de um resgate histórico e social, mesmo que a intenção de denominar o filho não tenha partido, essencialmente, da influência da origem etimológica, conforme poderemos conferir na sequência.

Considerando que os nomes não são dados às crianças por acaso, mas como um ato pensado, a proposta da presente configuração de dados é explicitar os nomes próprios selecionados, bem como sua continuidade – ou não – ao longo dos períodos pré-determinados para conduzir uma leitura sociocultural de Caxias do Sul, ao longo dos 130 anos que a pesquisa abarca.

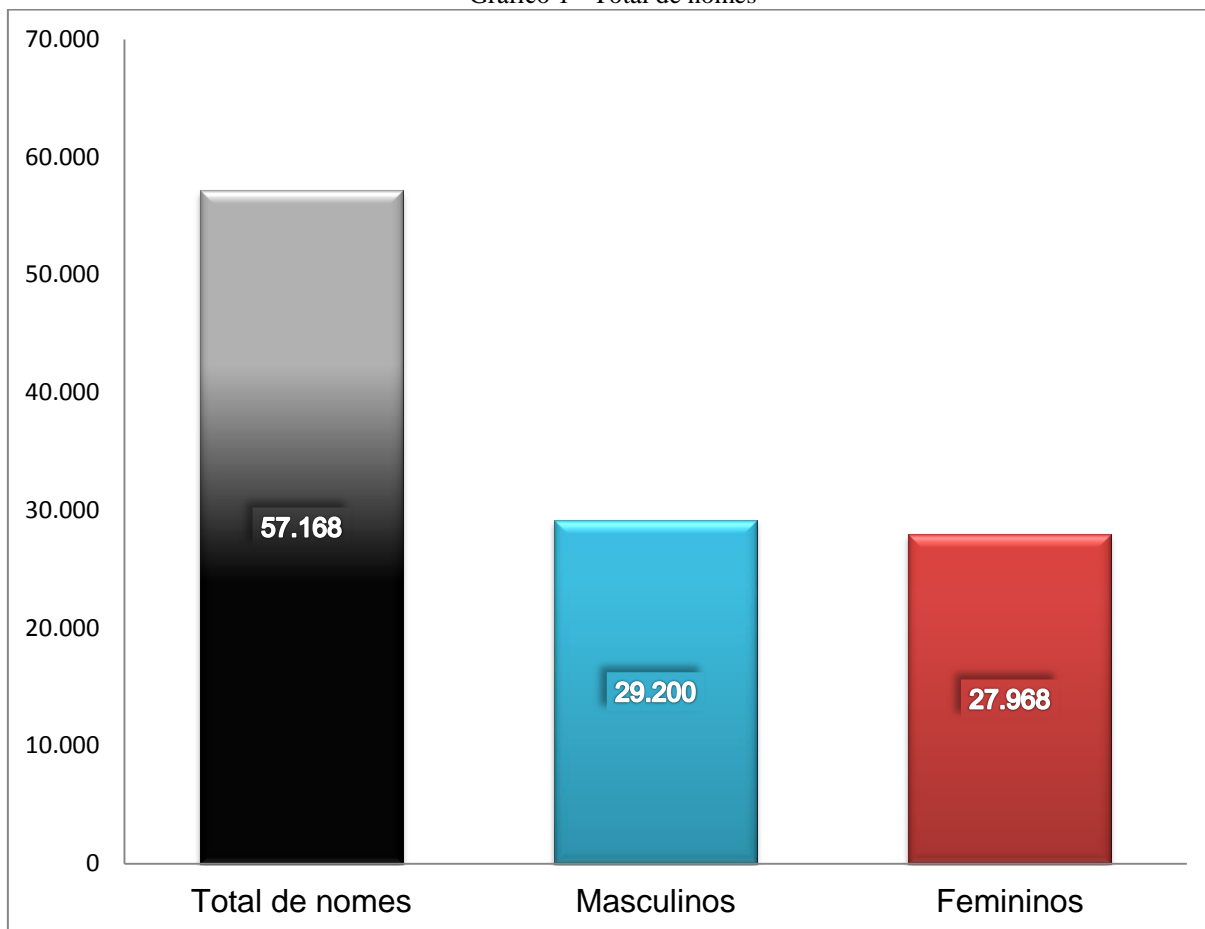
Entre 1875 e 2005, foram realizados e registrados 59.201 batizados na Paróquia Santa Teresa de Caxias do Sul e, desse total, foram analisados 57.168, com a distinção de gênero conforme gráfico na sequência. A diferença de 2.033 nomes em relação à lista original deu-se pela subtração de três anos (1907, 1940 e 1973), possibilitando um ano de intervalo entre cada um dos quatro períodos analisados, conforme a metodologia já descrita.

No Gráfico 1, percebemos o *corpus* total do trabalho, com 57.168 nomes, sendo 29.200 masculinos e 27.968 femininos – curiosamente, essa variação de 4,4% entre os gêneros encontra proporção inversa e um pouco inferior nos dados por sexo do Censo do IBGE<sup>60</sup>, em relação ao total da população em Caxias do Sul.

---

<sup>60</sup> De acordo com dados do Censo 2012, há 2% mais mulheres residentes em Caxias do Sul: Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=430510&idtema=16&search=||s%EDntese-das-informa%E7%F5es>>. Acesso em: 17 out. 2015.

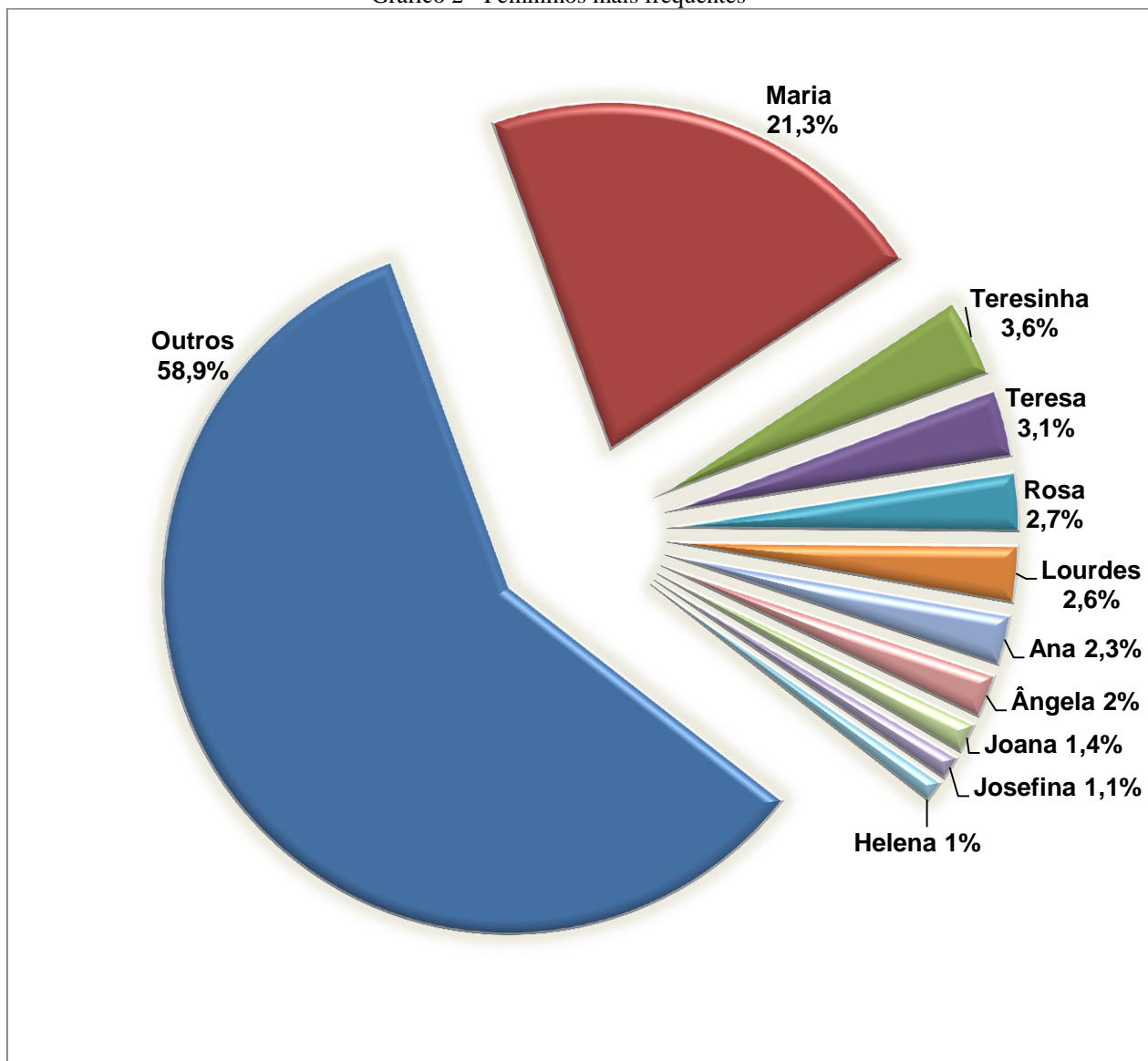
Gráfico 1 - Total de nomes



Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Desse total, foram realizadas análises separadas entre nomes masculinos e femininos. No gráfico 2, aparecem os 10 nomes femininos mais representativos numericamente nos 130 anos da análise, relacionados ao universo total dos nomes de mulheres, com especial destaque para a presença de Maria no primeiro, segundo ou terceiro nomes das crianças batizadas na Paróquia Santa Teresa.

Gráfico 2 - Femininos mais frequentes

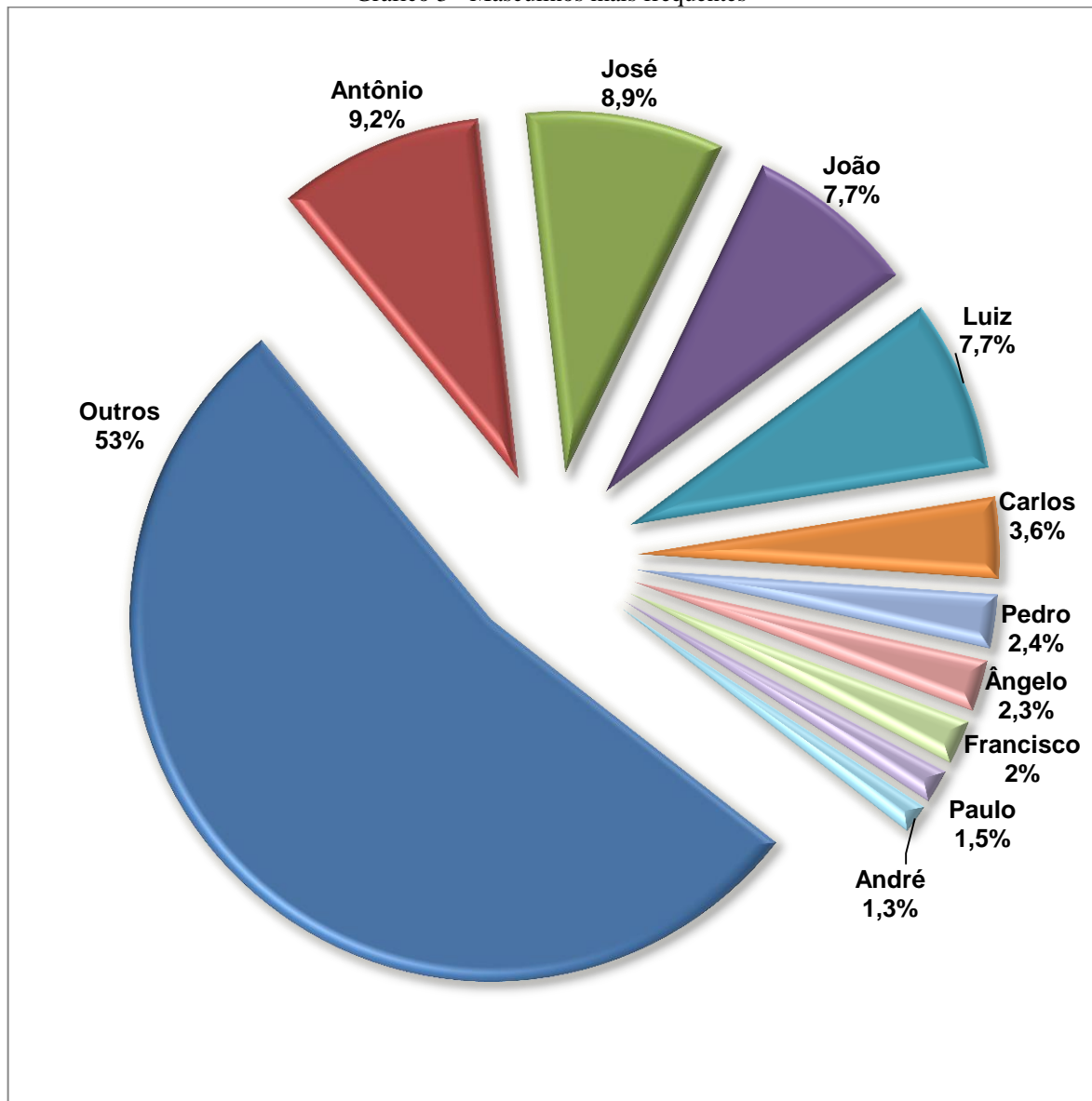


Fonte: Elaborado pela autora (2016).

É interessante observar que os 10 nomes mais representativos desse universo são responsáveis por 41,1% do total de nomes femininos, ou 11.483 entre 27.968 denominações.

Em relação ao percentual de nomes masculinos, os 10 nomes mais representativos de todo o período são ainda mais presentes nas famílias, do que os femininos, totalizando uma porcentagem de 53,8%, ou 15.702 nomes em uma amostra contendo 29.200, sem a presença expressiva de apenas um nome, como no caso do feminino, conforme Gráfico 3.

Gráfico 3 - Masculinos mais frequentes



Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Nos masculinos, Antônio tem uma predileção de 9,2% na hora de os pais escolherem o nome de batismo, seguido de perto por José, João e Luiz, presentes no primeiro, segundo ou terceiro nomes.

### 7.1 FEMININOS E MASCULINOS POR PERÍODO

Analisando os 10 nomes mais representativos nos quatro períodos – sendo o segundo, de 1908 a 1939, com o maior número de crianças batizadas na Paróquia Santa Teresa, 12.130 delas – observa-se, inicialmente, a representatividade dos 10 nomes mais frequentes em cada um deles, mostrando que, até o início da década de 1970, havia uma



predileção pelos mesmos nomes no momento da escolha dos pais. Ou seja, apenas 10 designativos representavam mais da metade ou quase a metade de todo esse universo. No primeiro período, seis em cada 10 crianças integravam a lista dos 10 mais recorrentes; no segundo e no terceiro, a frequência caiu para quatro em cada 10. A exceção aparece no último período, com a aparição dos 10 mais frequentes em apenas duas em cada 10 crianças batizadas, conforme Tabela 1 a seguir.

Tabela 1 - Nomes femininos com suas ocorrências e respectivos percentuais com especificação dos diversos períodos  
**1875-1906**

Nomes femininos	Ocorrências	Percentuais
Total de nomes femininos	4.512	100
Total dos 10 mais frequentes	3.000	66,5

**1908-1939**

Nomes femininos	Ocorrências	Percentuais
Total de nomes femininos	12.130	100
Total dos 10 mais frequentes	5.593	46,1

**1941-1972**

Nomes femininos	Ocorrências	Percentuais
Total de nomes femininos	8.378	100
Total dos 10 mais frequentes	3.937	47,0

**1974-2005**

Nomes femininos	Ocorrências	Percentuais
Total de nomes femininos	2.948	100
Total dos 10 mais frequentes	614	20,8

Fonte: Elaborada pela autora (2016).

A diminuição do número de meninas batizadas na Paróquia Santa Teresa encontra referência na própria história da paróquia, criada em 9 de maio de 1884, nove anos depois da chegada dos primeiros imigrantes italianos à Serra gaúcha. Em 1914, ela atendia a 40 capelas na zona rural, sendo tida como referência óbvia na escolha para batizados. Essa hegemonia foi

se perdendo aos poucos, com seu desmembramento em várias outras capelas, depois da metade dos anos 1940. A mesma impressão aplica-se ao universo dos nomes masculinos, conforme Tabela 2.

Tabela 2 - Nomes masculinos com suas ocorrências e respectivos percentuais com especificação dos diversos períodos

<b>1875-1906</b>		
Nomes masculinos	Ocorrências	Percentuais
Total de nomes masculinos	4.498	100
Total dos 10 mais frequentes	2.989	66,5
<b>1908-1939</b>		
Nomes masculinos	Ocorrências	Percentuais
Total de nomes masculinos	12.824	100
Total dos 10 mais frequentes	6.116	47,7
<b>1941-1972</b>		
Nomes masculinos	Ocorrências	Percentuais
Total de nomes masculinos	8.830	100
Total dos 10 mais frequentes	5.658	64,1
<b>1974-2005</b>		
Nomes masculinos	Ocorrências	Percentuais
Total de nomes masculinos	3.048	100
Total dos 10 mais frequentes	939	30,8

Fonte: Elaborada pela autora (2016).

### 7.1.1 Nomes femininos mais frequentes em quatro períodos

Entre todos os nomes femininos analisados, há uma predominância significativa de Maria. Outra constatação interessante é a presença de Ana como nome preferencial em todos os períodos, como se vê na Tabela 3.

Tabela 3 - Nomes femininos com suas ocorrências e respectivos percentuais com especificação dos diversos períodos

<b>1875-1906</b>		
Nomes	Ocorrências	Percentuais
Ana	122	2,7
Ângela	312	6,9
Catarina	138	3,1

Joana	132	2,9
Maria	1.302	28,9
Rosa	306	6,8
Teresa	334	7,4
Luísa	180	4,0
Emma	87	1,9
Josefina	87	1,9

#### 1908-1939

Nomes	Ocorrências	Percentuais
Ana	188	1,5
Ângela	252	2,1
Antônia	218	1,8
Joana	227	1,9
Josefina	232	1,9
Lourdes	453	3,7
Maria	2.917	24,0
Rosa	236	1,9
Teresa	450	3,7
Teresinha	420	3,5

#### 1941-1972

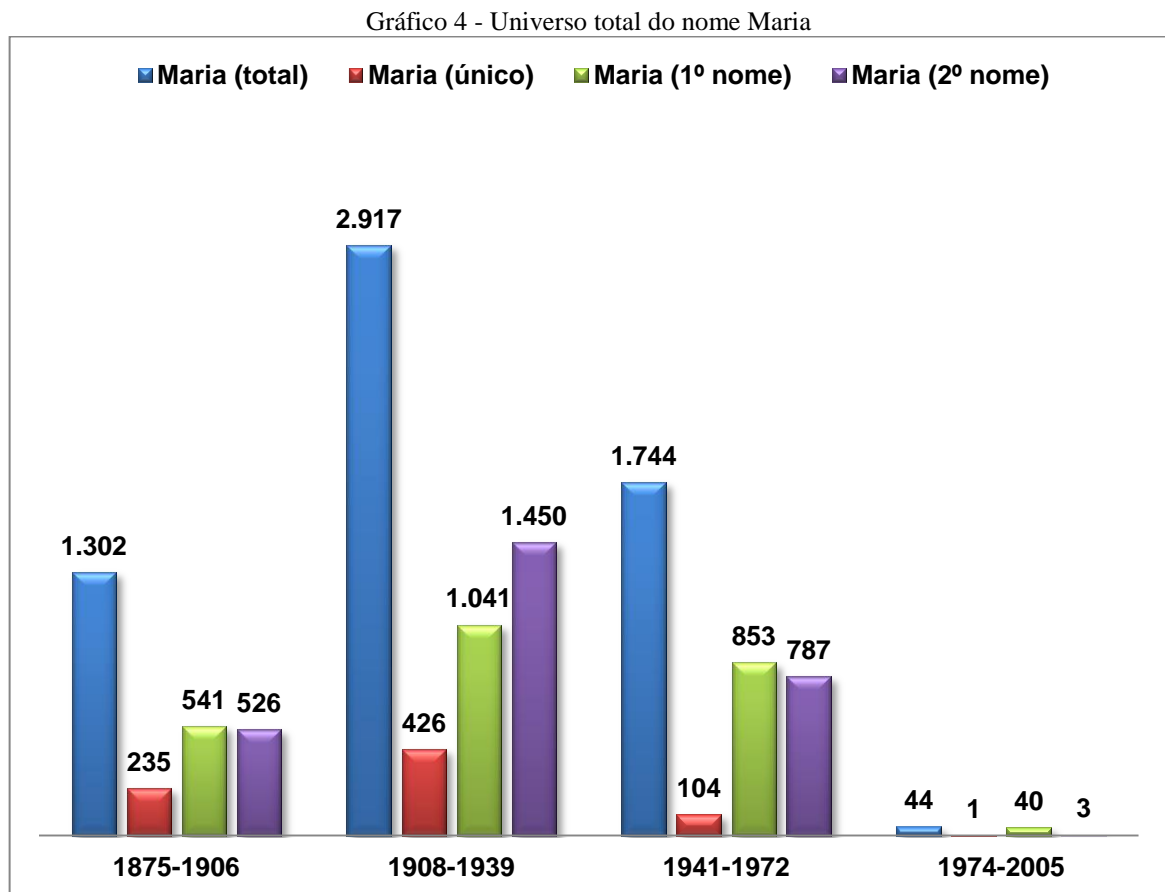
Nomes	Ocorrências	Percentuais
Ana	249	3,0
Beatriz	209	2,5
Elisabeth	103	1,2
Helena	282	3,4
Lourdes	275	3,3
Maria	1.744	20,8
Rosa	221	2,6
Teresa	91	1,1
Teresinha	580	6,9
Vera	183	2,2

#### 1974-2005

Nomes	Ocorrências	Percentuais
Aline	47	1,6
Ana	71	2,4
Bruna	53	1,8
Camila	47	1,6
Carolina	58	2,0
Caroline	53	1,8
Cristina	65	2,2
Fernanda	78	2,6
Gabriela	74	2,5
Paula	68	2,3

Fonte: Elaborada pela autora (2016).

Se pensarmos no caso de Maria, no universo de crianças batizadas na Paróquia Santa Teresa de Caxias do Sul, observamos a grande incidência desse nome como escolha para as meninas nos três primeiros períodos, com uma queda expressiva nas décadas mais recentes – 5.963 ocorrências entre 1875 e 1972, e apenas 44 entre 1974 e 2005, conforme Gráfico 4, a seguir:



Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Se considerarmos o período total desta análise, constatamos que uma em cada cinco meninas batizadas na Paróquia Santa Teresa recebeu o nome de Maria – seja na forma simples ou composta, no primeiro ou segundo nome. Esse nome é, de longe, o mais representativo e o favorito dos genitores. Podemos compará-lo com o segundo preferido, Teresinha, que aparece seis vezes menos que Maria.

### 7.1.2 Nomes masculinos mais frequentes em quatro períodos

Nos casos masculinos, esses nomes religiosos são expressos, essencialmente, por aqueles com maior incidência geral – Antônio, José, João e Luiz –, com progressão similar

àquela observada com Maria, mas sem obedecer à mesma frequência do feminino, conforme Tabela 4, a seguir, em que constam os nomes masculinos com suas ocorrências e respectivos percentuais com especificação dos diversos períodos:

Tabela 4 - Frequência masculina por período		
<b>1875-1906</b>		
<b>Nomes</b>	<b>Ocorrências</b>	<b>Percentuais</b>
Ângelo	303	6,7
Antônio	454	10,1
Carlos	62	1,4
Ernesto	66	1,5
Francisco	218	4,8
João	649	14,4
José	553	12,3
Luiz	328	7,3
Pedro	262	5,8
Vittorio	94	2,1
<b>1908-1939</b>		
<b>Nomes</b>	<b>Ocorrências</b>	<b>Percentuais</b>
Alcides	184 ou 1,4%	1,4
Ângelo	381 ou 3%	3,0
Antônio	1.297 ou 10,1%	10,1
Carlos	209 ou 1,6%	1,6
Francisco	353 ou 2,8%	2,8
João	1.183 ou 9,2%	9,2
José	1.136 ou 8,9%	8,9
Luiz	679 ou 5,3%	5,3
Mário	262 ou 2%	2,0
Pedro	432 ou 3,4%	3,4
<b>1941-1972</b>		
<b>Nomes</b>	<b>Ocorrências</b>	<b>Percentuais</b>
André	297	3,4
Antônio	932	10,6

Carlos	791	9,0
Fernando	209	2,4
João	426	4,8
Jorge	198	2,2
José	899	10,2
Luiz	1.079	12,2
Paulo	438	5,0
Roberto	389	4,4

**1974-2005**

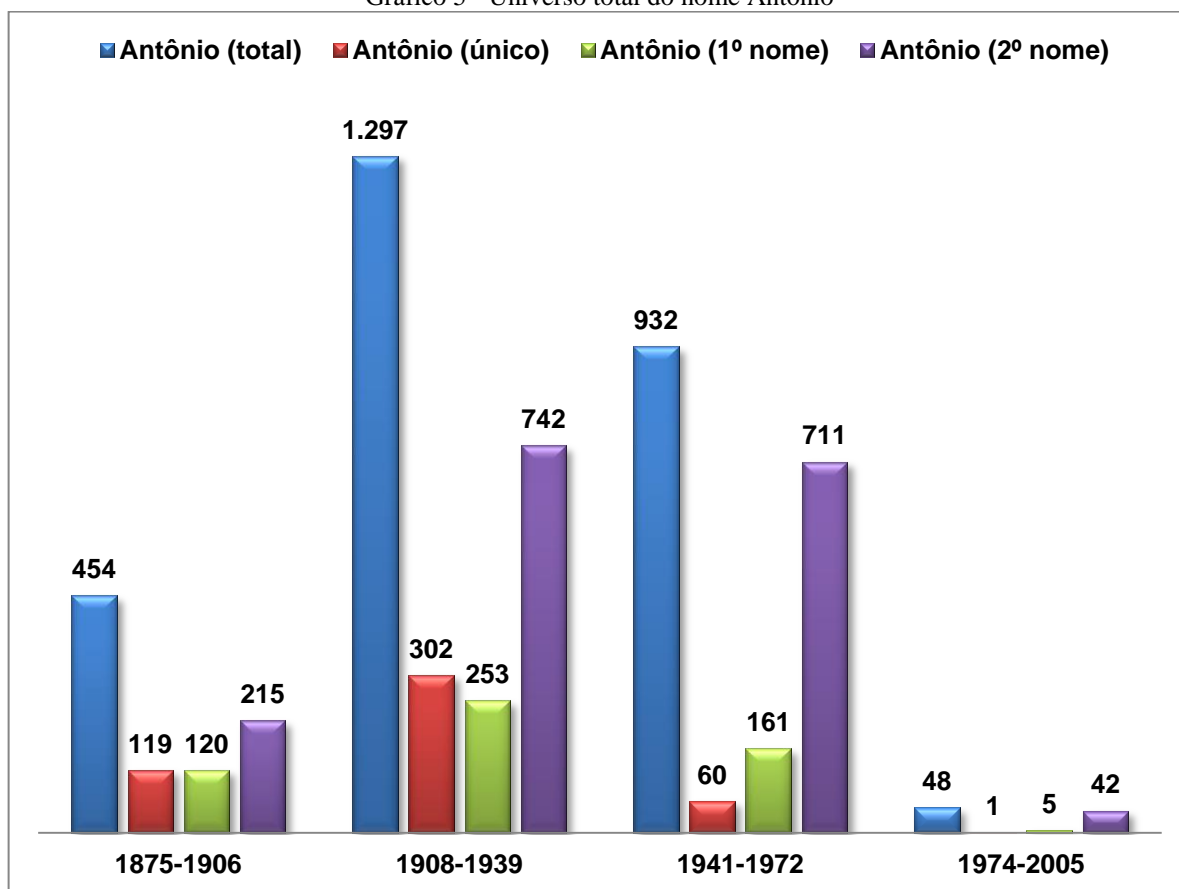
<b>Nomes</b>	<b>Ocorrências</b>	<b>Percentuais</b>
André	97	3,2
Eduardo	89	2,9
Felipe	95	3,1
Gabriel	114	3,7
Guilherme	84	2,8
Gustavo	75	2,5
Lucas	104	3,4
Luiz	105	3,4
Rafael	100	3,3
Rodrigo	76	2,5

Fonte: Elaborada pela autora (2016).

Mesmo no último período, em que podemos observar uma renovação de quase todos os nomes, com exceção de Luiz, ainda há referência aos nomes de anjos – Gabriel, Rafael –, bem como de um dos Evangelistas – Lucas.

Nos três primeiros períodos, o nome Antônio – nome com maior registro nos 130 anos analisados, 2.731 – aparece na lista dos 10 preferidos pelos pais e, no último, ele desaparece das preferências. Percentualmente, não há variação entre os dois primeiros períodos, em que aparece com 10,1% das escolhas, mas numericamente esse universo é mais expressivo entre 1908 e 1939 – de 1.297 contra 454, com um acréscimo percentual de 0,5% no terceiro, com 932 nomes, conforme Gráfico 5:

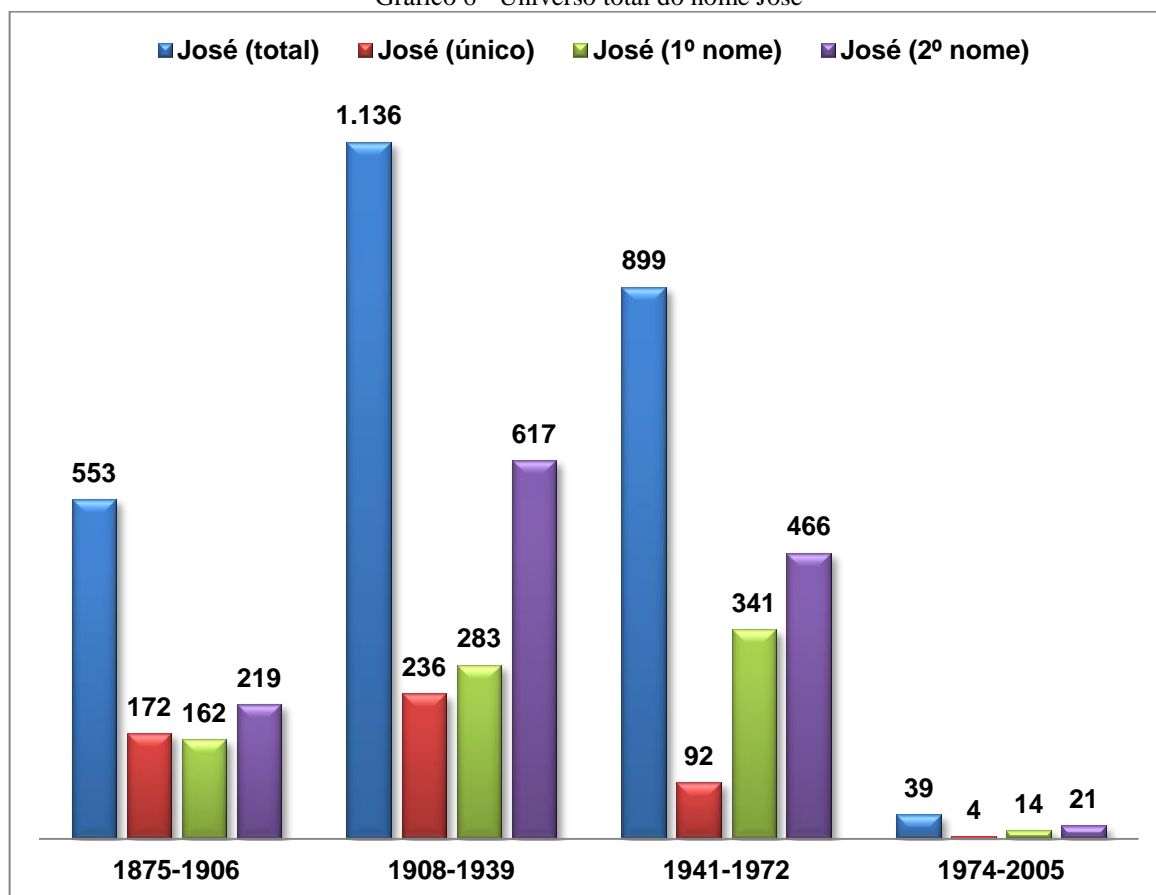
Gráfico 5 - Universo total do nome Antônio



Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Assim como em Antônio, no total de 2.627 José(s), a escolha mais representativa para ele é como segundo nome em todos os períodos – Abramo José, Ivo José e Primo José, por exemplo –, correspondendo a 50,3% do total de escolhas, segundo Gráfico 6:

Gráfico 6 - Universo total do nome José



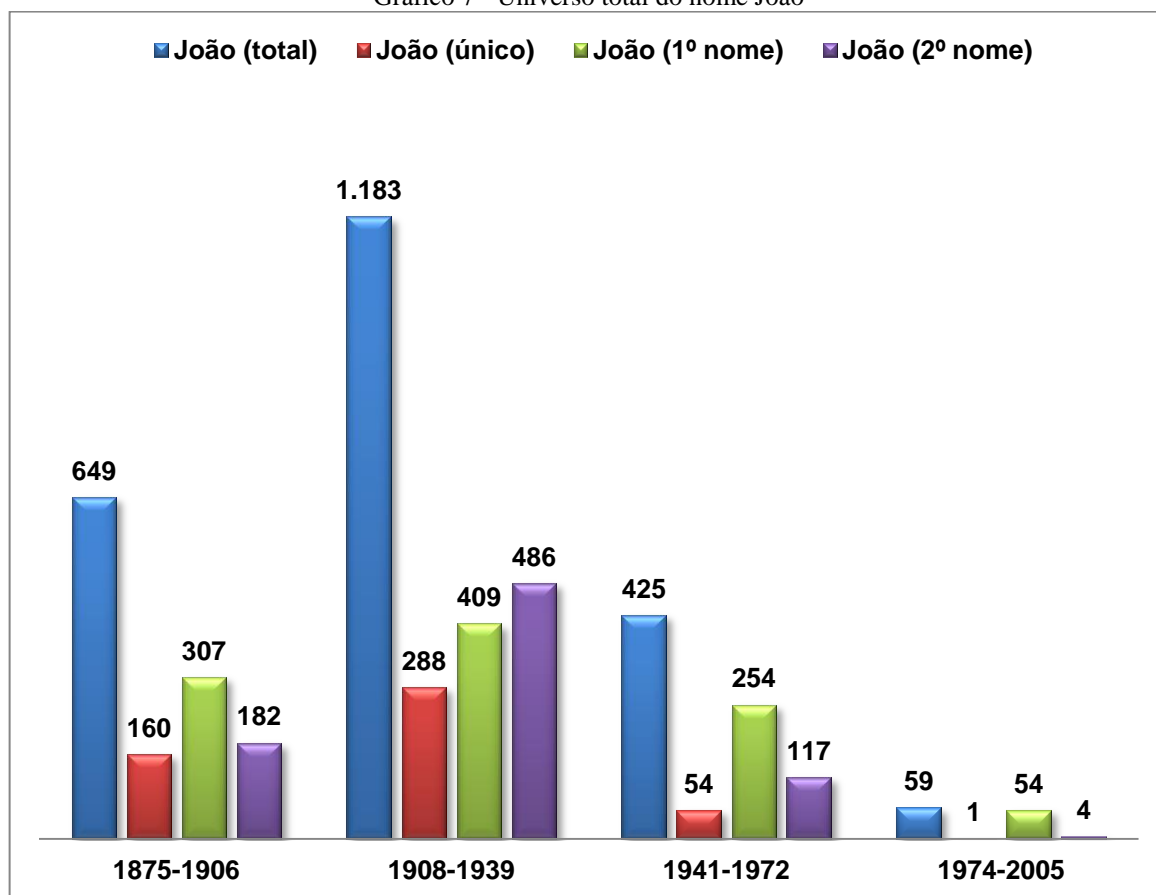
Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Podemos constatar que José tem a maior incidência numérica no segundo período analisado (1908-1939), com decréscimo significativo no último período (1974-2005), de 1.136 ocorrências (8,9%) para apenas 39. Percentualmente, no entanto, o terceiro período é o mais expressivo, com 10,2% da preferência, ou seja, com 899 registros.

Tendência parecida aplica-se a João, conforme Gráfico 7:



Gráfico 7 - Universo total do nome João

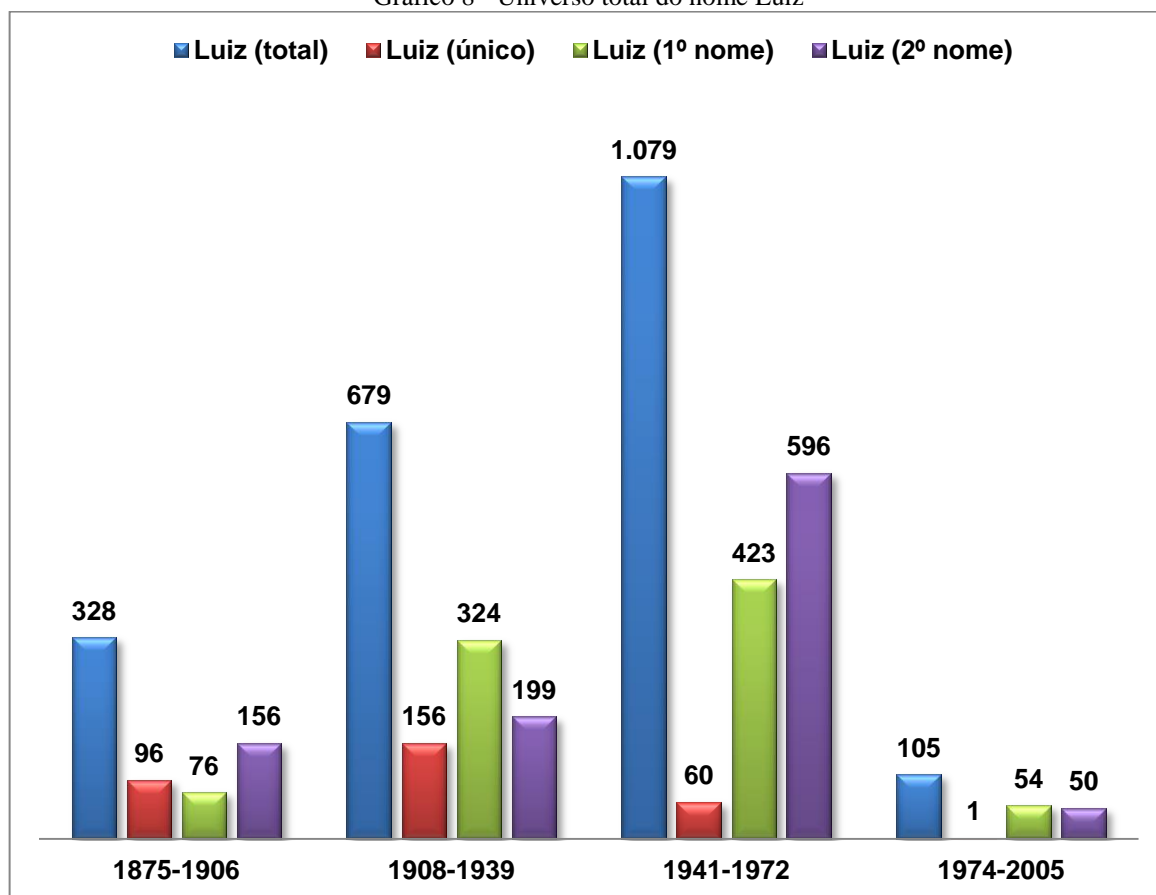


Fonte: Elaborado pela autora (2016).

A presença do nome João é representativa nos três primeiros períodos, quando aparece entre os 10 preferidos pelos pais. No primeiro período, João Batista (19%) e João Antônio (4%) são responsáveis por quase um quarto das escolhas. A maior aparição do nome João dá-se entre 1908 e 1939. No terceiro período, situa-se entre os favoritos, mas com apenas 4,8%, ou 425 registros, contra 9,2%, ou 1.183, no segundo período. João perde favoritismo no quarto período, onde aparece em somente 59 menções, nas três formas (único, primeiro ou segundo nome).

O nome Luiz, embora diminua sua incidência no quarto período, também está presente nos preferidos, conforme é possível apreciar no Gráfico 8, a seguir:

Gráfico 8 - Universo total do nome Luiz



Fonte: Elaborado pela autora (2016).

O nome Luiz é frequente nos quatro períodos, figurando sempre entre os 10 preferidos pelos pais. A maior representatividade numérica do nome dá-se entre 1941 e 1972, quando representa o nome masculino mais escolhido desses anos, com 12,2% das preferências, ou 1.079 registros. Recebe apenas 105 menções, nas três formas, no último período – 3,4% das preferências. Vale considerar que, nesse último período, o nome mais numeroso é Gabriel, com 3,7% (ou 114 registros).

## 7.2 NOMES SIMPLES E NOMES COMPOSTOS

Entre os nomes com maior número de registros nos quatro períodos, observa-se a predominância de nomes compostos sobre nomes simples, tanto nos femininos quanto nos masculinos.

Nos femininos, nos três primeiros períodos, a média percentual parte de 78% da preferência pelos nomes duplos, chegando a atingir 87% no terceiro período. A mudança

aparece no quarto período, quando há uma simplificação dos nomes, estando os compostos presentes em 41% dos registros, conforme Tabela 5.

Tabela 5 - Femininos simples e compostos

<b>1875-1906</b>		
<b>Nomes femininos</b>	<b>Ocorrências</b>	<b>Percentuais</b>
Total dos 10 mais frequentes	3.000	100
Nomes compostos	2.330	78
<b>1908-1939</b>		
<b>Nomes femininos</b>	<b>Ocorrências</b>	<b>Percentuais</b>
Total dos 10 mais frequentes	5.593	100
Nomes compostos	4.607	82
<b>1941-1972</b>		
<b>Nomes femininos</b>	<b>Ocorrências</b>	<b>Percentuais</b>
Total dos 10 mais frequentes	3.937	100
Nomes compostos	3.458	87
<b>1974-2005</b>		
<b>Nomes femininos</b>	<b>Ocorrências</b>	<b>Percentuais</b>
Total dos 10 mais frequentes	614	100
Nomes compostos	253	41

Fonte: Elaborada pela autora (2016).

No terceiro período analisado, oito em cada 10 pais preferiram dar nomes compostos para os filhos, sendo os mais expressivos Ana (98%, o maior índice observado no corpus total), Teresa (96%), Vera (96% e que só figura entre as favoritas neste período) e Maria (94%).

Entre 1974 e 2005, os nomes Camila, Bruna, Gabriela e Aline aparecem preferencialmente como nomes simples, com 87%, 81%, 78% e 77% das preferências, respectivamente.

Nos masculinos, nos três primeiros períodos, a média percentual parte de 71% da preferência pelos nomes duplos, chegando a atingir 89% no terceiro período. A mudança aparece no quarto período, onde os nomes compostos representam apenas 39% do total.

Assim como houve a troca da maioria dos nomes em relação aos anos anteriores, os pais passaram a escolher apenas um nome para seus filhos, conforme Tabela 6.

Tabela 6 - Masculinos simples e compostos

<b>1875-1906</b>		
<b>Nomes masculinos</b>	<b>Ocorrências</b>	<b>Percentuais</b>
Total dos 10 mais frequentes	2.989	100
Nomes compostos	2.124	71
<b>1908-1939</b>		
<b>Nomes masculinos</b>	<b>Ocorrências</b>	<b>Percentuais</b>
Total dos 10 mais frequentes	6.116	100
Nomes compostos	4.526	74
<b>1941-1972</b>		
<b>Nomes masculinos</b>	<b>Ocorrências</b>	<b>Percentuais</b>
Total dos 10 mais frequentes	5.658	100
Nomes compostos	5.027	89
<b>1974-2005</b>		
<b>Nomes masculinos</b>	<b>Ocorrências</b>	<b>Percentuais</b>
Total dos 10 mais frequentes	939	100
Nomes compostos	365	39

Fonte: Elaborada pela autora (2016).

Entre 1942 e 1974, de cada 10 menções a Luiz, Antônio e Carlos, nove elas estão acompanhadas por outros nomes. É interessante observar que o mesmo nome Antônio, entre 1875 e 1906, aparece como nome composto em 74% dos registros e, entre 1908 e 1939, em 77%.

No último período analisado, os nomes Rodrigo e Guilherme aparecem com menos de 20% de nomes compostos, seguido por Lucas (22%), Gustavo (23%) e Rafael (25%).

Nesse capítulo, pudemos perceber que as principais mudanças na lista dos nomes favoritos apareceram no último período, a partir da década de 1970. Nesse espaço de tempo, até o nome Maria, que tinha a o maior número de ocorrências entre as meninas batizadas na

Paróquia Santa Teresa, desapareceu da lista dos preferidos. Paralelamente, há um movimento social na comunidade que ajuda a explicar por que isso ocorreu, como veremos na sequência.

## 8 ETIMOLOGIA DOS NOMES ANALISADOS

A etimologia é uma possibilidade de ajudar a desvendar o significado que um nome possui, ampliando a compreensão acerca dele. Pode funcionar como um guia que, em dada circunstância, facilitar o acesso àquilo que pode ter influenciado os pais no ato denominativo.

Num primeiro momento, o significado etimológico dos antropônimos parece ter pouca influência na hora da escolha de novos nomes, bem como na popularização de alguns deles em Caxias do Sul. Entre as crianças batizadas na Paróquia Santa Teresa, entre 1875 e 2005, influências como de sentimento religioso e dos costumes sobressaem-se entre as outras, tanto nos masculinos quanto nos femininos.

Alguns nomes bíblicos ou augurais ganham destaque, como observado nos Quadros 2 a 5, que seguem:

Quadro 2 - Etimologia dos 10 nomes femininos mais representativos nos 130 anos

<p><b>ANA.</b> Do hebraico <i>hānnah</i>, propriamente “(Deus) teve piedade”, que era também um modo de agradecer Deus por ter concedido um filho quando já não era permitido esperá-lo. É um dos mais difundidos nomes femininos perdendo apenas para Maria. Sua popularidade é devida em grande parte ao culto de Santa Ana, esposa de Joaquim, tornada mãe da Virgem Maria depois de 20 anos de oração. Invocada também em ocasião dos partos. Ignorando o sumo sacerdote hebraico Anna (teria participado com Caifa no processo de Jesus e, o quanto sabemos, é o único exemplo de um homem assim chamado), acenaremos algumas das muitas soberanas desde nome. O nome é difundido em todo mundo e pensamos que seria útil citar o equivalente nas principais línguas: em francês temos, entre outros, <i>Annie</i>, <i>Annick</i>, <i>Anouckh</i>, <i>Anais</i>, <i>Annequin</i>, <i>Annette</i>, <i>Hanna</i>, <i>Nanette</i>, <i>Nancy</i> e <i>Ninette</i>, em inglês oscila entre numerosas variações que compreendem <i>Ann</i>, <i>Anna</i>, <i>Anne</i>, <i>Annette</i> e <i>Annie</i>, o espanhol tem <i>Ana</i> e <i>Anita</i>, em alemão existem numerosíssimas formas como: <i>Anna</i>, <i>Anja</i>, <i>Anka</i>, <i>Nannely</i>, <i>Annchen</i>, <i>Anninka</i> e <i>Anjuschka</i>. (LA STELLA, 2009, p. 237).</p>
<p><b>ÂNGELA.</b> É o feminino de Ângelo. Ver Quadro 4.</p>
<p><b>JOSEFINA.</b> Forma feminina de José, ver Quadro 4.</p>
<p><b>HELENA.</b> Do grego <i>Heléne</i>, de <i>heláne</i>, <i>heléne</i> (tocha), com significado “a reluzente, a resplandecente”. Variante mais respeitosa da grafia original em gênero preferido no exterior (fora da Itália), de Elena presente na Itália somente em zonas bilíngues, entre os residentes estrangeiros e também nas famílias italianas mais sensíveis a moda. Dois elementos favorecem a difusão do nome: o mundo clássico e a mitologia. No início do século passado, uma nova onda de popularidade na Itália se deve ao casamento de Vittorio Emanuele III di Savoia com Elena Petrovic Nirgos del Montenegro, rainha da Itália de 1900 a 1943. As formas correspondentes nas outras línguas são <i>Hélène</i> em francês, <i>Helen</i> e <i>Nelly</i> em inglês, <i>Elena</i> em espanhol e <i>Helena</i> ou <i>Leni</i> em alemão. (LA STELLA, 2009, p. 189). É nome muito difundido, de derivação clássica, que deve sua popularidade a, pelo menos, três personagens - curiosamente todos de sangue real. Na mitologia, encontramos Helena de Esparta, considerada a mulher mais bonita do mundo antigo. Na época histórica encontramos também</p>

Santa Helena, mãe do imperador Constantino I, a quem os ingleses dedicam 135 igrejas (OLIVER, 2005, p. 412).

**MARIA.** O nome hebraico *Maryan* ou *Miryán* é de provável origem egípcia e é formada por *mri*, que significa amado e querido, com o acréscimo do sufixo afetivo hebraico *-am*; pelo significado então é muito semelhante a outros nomes aparentemente muito diversos, como os latinos. É de longe o nome mais difundido na Itália e na maior parte dos países cristãos, também na forma alterada ou hipocorística, entre os quais *Mari*, *Mariella*, *Marietta*, *Meri*, etc, que podem ser usados também como nomes autônomos. Aparece ainda na formação de numerosíssimos nomes duplos dos quais elencaremos só alguns que têm um significado particular, outros que se tornaram nome único constituído da fusão de dois elementos constitutivos. A origem do nome e da sua extraordinária difusão é, obviamente, o culto de superveneração atribuída à virgem Maria, Mãe de Deus, decretado em numerosos Concílios, a partir daquele de Éfeso no 431 sustentado por Santo Anselmo, Santo Antônio, São Bernado, São Tomaso e outros (LA STELLA, 2009, p. 237). Entre as muitas formas estrangeiras recordamos: *Marie*, *Marielle*, *Marion* e *Manon* em francês, *Mary*, *May*, *Molly* e *Polly* em inglês, *Maria* em espanhol, *Marie*, *Marika* e *Mia* em alemão, *Maria*, *Marianka*, *Marinka* e *Maruska* em russo.

**ROSA.** Nome augural inspirado na flora e, em particular, na rainha das flores. Como é lógico esperar dada a beleza e a antiguidade da flor cujo nome é relativo provavelmente à chegada dos indo-europeus. Rosa é, com as suas alterações, suas variações e os nomes duplos, um dos nomes com maior frequência e melhor difundidos. Como era óbvio esperar, Rosa encontra-se quase idêntico em outras línguas (*Rose* em francês e inglês, *Rosa* ou *Rose* em alemão, *Rosa* ou *Rosita* em espanhol). (LA STELLA, 2009, p. 315).

**LOURDES.** Nome francês de origem toponímica. Nome referente à homônima localidade da França meridional, onde é venerada uma virgem milagrosa que apareceu para a Bernadette Soubirous, em 1858. (LA STELLA, 2009, p. 226). A forma documentada mais antiga do nome origina-se de *Lorde*, toponímico de uma raiz basca, que em úscaru significa “altura escarpada ou rochosa que se prolonga em declive”. A situação do Castelo de Lourdes justifica com exatidão o significado. (OLIVER, 2005, p. 443).

**JOANA.** Feminino de João, ver Quadro 4. A variante Joanna aparece numa versão autorizada do Evangelho de São Lucas, primeiramente como nome dado a um homem e, depois, como nome de uma mulher que serviu a Jesus. Passou a ser adotado definitivamente como nome feminino após a Reforma (OLIVER, 2005, p. 429).

**TERESA.** O som pode sugerir uma origem grega, de *theráein*, expulso de Teiresias, adivinho cego da tradição clássica ou, ainda, do antigo nome da ilha de Santorino Thera. Mesmo em se tratando de um dos nomes mais frequentes e melhores distribuídos na Itália, não é possível dar uma resposta satisfatória sobre a etimologia do nome que adquire notoriedade somente a partir do século XVI, com a mística figura de Santa Teresa de Jesus (1515 a 1582), nascida em Ávila foi estudante do Carmelo e uma das figuras mais importantes do cristianismo que se compadeceu até do diabo, definindo-o como “aquele pobre desgraçado que não pode amar”. Na realidade, um nome similar, Therasia, o portava no século V a mulher do São Paulino da Nola, uma espanhola que se converteu ao cristianismo, mas não é possível afirmar que Teresa seja derivada dele. Em todo mundo ocidental o nome é muito difundido e daremos as principais formas em várias línguas: dado que se trata de um nome Ibérico, anterior as principais línguas europeias, daremos os equivalentes nas línguas daquela península: *Teresa* em castelhano, *Teresa* em catalão, *Trexá* em basco, *Tereixa* em galego. Temos *Therese* em francês, *Theresa* e *Teresa* (também abreviados em *Tess* ou *Tessa*), em inglês, *Therese*, *Theresia* e *Resi* em alemão e *Tereza* em russo. Também se limitando a um rapidíssimo voo de pássaro, não podemos evitar fazer referência à imperatriz Maria Teresa da Áustria de 1717

a 1780, patriota milanesa que exprime fidelidade à causa da liberdade italiana. Segundo Rossebastiano e Papa (2005, p. 1212), a penetração do nome Teresa, na Itália, começou no século XV, mas o maior êxito deu-se no século sucessivo com a introdução do culto à espanhola Teresa D'Ávila.

**TEREZINHA.** Diminutivo de *Tereza*, às vezes, adotado como prenome. Conforme Rossebastiano e Papa (2005, p. 1213), *Teresina*, que é a forma italiana de *Terezinha*, em uso, sobretudo na Lombardia, Vêneto e Calábria, atingiu o ponto máximo de atestações em 1935.

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Há entre todos eles uma similaridade no que diz respeito à intenção dos nomes, mesmo com origens diferentes. No entanto, sabemos que a etimologia, neste caso, pode até ser uma pista para se chegar ao significado, mas não serve como prova para explicar o motivo pelo qual um nome foi escolhido.

Os nomes mencionados no quadro anterior são, entre o total de nomes femininos estudados, aqueles observados com maior frequência nos registros de batismos. Já no Quadro 3 é possível perceber os demais nomes femininos que figuram entre as listas de favoritos dos quatro períodos – uma ou repetidas vezes, mas não são tão representativos para figurar no rol da classificação geral.

Baseando-nos apenas pela etimologia, também não é possível estabelecer um padrão que seja claro o suficiente para explicar a manutenção e/ou o desaparecimento dos nomes nas listas de favoritos.

Quadro 3 - Etimologia dos outros nomes femininos que aparecem entre os 10 mais frequentes

**ALINE.** Do latim *Alina*, *Alyna*, é uma variante de *Adelina*. Na forma Aline foi um nome muito comum na Inglaterra dos séculos XII e XV. Alguns autores pretendem derivar do gaélico *Alain* (Alana), mas a antiga variante *Athelyna* dirime quaisquer dúvidas. *Alínia* é a forma relativa do nome, com significado “de (pertencente a; da natureza de) Alina”. (OLIVER, 2005, p. 336).

**ANTÔNIA.** Feminino de *Antônio*, ver Quadro 4.

**BEATRIZ.** Do latim *Beatrice*, de *beatus*, beata, com significado de “a que faz alguém feliz”. O nome surgiu no século IV, com uma santa martirizada em 303, a quem é dedicada à igreja de Berbersden, em Kent, na Inglaterra, país onde em 1487 apareceu nas formas *Beatrice* e *Beatty*, e mais tarde como *Beatty* e *Beton*. Na literatura, a mais famosa foi Beatriz Portinari, imortalizada por Dante Alighieri na Divina Comédia. (OLIVER, 2005, p. 354).

**BRUNA.** Do germânico *Brun*, literalmente “marrom; moreno”. Feminino de *Bruno*. O nome foi encontrado na Inglaterra no século X, com Bruno of Cologne. Equivale a Maura. É um nome de antiga tradição. A origem pode ser ou o pessoal germânico Bruno, introduzido diretamente pelos soldados germânicos, já que há um apelido medieval relativo ao adjetivo bruno, referente à cor do cabelo ou da pele. No primeiro caso, o nome pode ser considerado uma forma autóctone, enquanto havia sido adquirido como adjetivo no latino através do contato com as populações germânicas assentadas nas fronteiras do império; no segundo caso se trata de um nome próprio que na Itália é atestado a partir do século VIII. (ROSSEBASTIANO; PAPA, 2005).



**CAMILA.** A palavra *Cabire* deriva da voz semita *Habir* (grande) – hebraico *Kabir* – também na acepção de os poderosos. Na assimilação latina – *Camillus* – já corrompida passou a significar mensageiro; menino nobre; mensageiro de Júpiter. Feminino de *Camilo*. O nome se origina com os Cabires, divindades cultuadas na Samotrácia, relacionadas com fogo. Era um nome genérico dado aos deuses dos mistérios samotrácios, os mais elevados espíritos planetários, os sete planetas conhecidos na antiguidade, cujo pai, o oitavo, era o sol. (OLIVER, 2005, p. 108).

**CAROLINE.** Latino, variante do feminino de *Carlo*, *Carolus*. Nome de ampla difusão na Itália, principalmente no início do século. É um diminutivo de *Carola* que adquiriu a própria autonomia pela presença de modelos prestigiosas: a rainha de Napoli Maria Carolina de Asburgo Lorena (1752-1814), Carolina Matilde, rainha da Dinamarca (1751-1775), Carolina rainha da Grã Bretanha e Irlanda (1683-1737). Pelo grande sucesso de público vale citar a escritora Carolina Invernizio (1851-1916) e a bailarina espanhola Carolina Otero (1868-1965), que dominou a crônica mundana da Belle Époque. Uma discreta influência sobre a escolha onomástica está no melodrama *Il Matrimonio Segreto*, de 1792, ainda representado com constante sucesso: a protagonista é a Carolina, filha menor de um rico comerciante. Em tempos mais recentes reencontra um renovado prestígio graças à princesa Carolina de Mônaco. Nos últimos anos se assiste ao sucesso das formas estrangeiras registradas em várias grafias que documenta a incerteza na recepção do nome novo: nos anos 1990 se assiste em particular a ascensão de Caroline, alimentada por modelos da *Soap Opera*, com referência específica ao personagem homônimo de *Beautiful*, programa exibido entre 1990 e 1992.

**CAROLINA.** Ver *Caroline*.

**CATARINA.** Tradicionalmente, se faz derivar do grego *Katharos*, “casta, pura”, mas na verdade essa é uma etimologia popular. É mais provável a derivação da voz bizantina *Hekateríne*, sagrada na divindade infernal Ecate, ou de Hékatos, um dos epítetos de Febo Apollo, com clara referência ao Deus do Sol. O nome está presente em todo o mundo cristão (LA STELLA, 2009, pág. 82). Passando do oriente ao ocidente, o nome foi erroneamente latinizado em *Catharina* pelo cruzamento paretimológico com o grego *katharos*, “puro”, e sustentado pelo culto a santa Caterina de Alexandria, a legendária mártir. Invocada por estudantes, prisioneiros e artesãos, Santa Catarina é protetora da juventude e patrona da universidade de Paris. Difundido na Europa durante as Cruzadas, o nome foi sucessivamente relançado por uma outra famosa santa, a mística Catarina Benincasa de Siena (1347 a 1380), padroeira da Itália juntamente com São Francisco de Assis em 1939, cujo ano mostra um pico de nomeações. Entre os tantos personagens da história destacam-se Catarina de Médici (1519 a 1589), rainha da França (ROSSEBASTIANO; PAPA, 2005, p. 255 e 256). Em Portugal surgiu pela primeira vez em documentos datados da primeira metade do século XV, na forma *Catalina*. Na Inglaterra, seu primeiro registro data de 1100, tornando-se popular graças à influência de Santa Catarina, padroeira dos filósofos, dos estudantes e das donzelas (OLIVER, 2005, p. 363).

**CRISTINA.** Do latim *Christianus*, de *christianu*, literalmente “cristão”. Feminino de Cristiano. Em Portugal, Cristina foi encontrada em obras datadas dos séculos XIII e XIV.

**ELISABETH.** Do hebraico *Elishebha*, através do latim *Elisabeth*, de significado “Deus é juramento”. Na Inglaterra, o nome foi encontrado na forma *Elisabeth*, por volta do século XIII, mas se tornou popular apenas no final do século XV. Curiosamente, muitos diminutivos como *Betsey*, *Lizzie*, *Elsa* e *Lisette*, tornaram-se nomes independentes (Oliver, 2005, p. 389).

**EMMA.** Do germânico *Emma*, *Imma*, hipocorístico de nomes começados por *Irmin*, *Yrmin*, como *Yrmingarda* (Hermengarda). Nome antigo muito popular entre os normandos surgiu na Inglaterra em 1002. As variantes *Em*, *Emm* aparecem naquele país somente no século XVIII,

quando o nome, após longo esquecimento, foi redivivo no poema de Prior intitulado Henry and Emma (OLIVER, 2005, p. 391).

**FERNANDA.** Do germânico *Fredenando*, de *fridu* (paz) e *nanthjan* (ousar), significado “ousado para atingir a paz”. Feminino de *Fernando*. Nome que nas décadas de 1970/80 tornou-se muito popular no Brasil (OLIVER, 2005, p. 400). As autoras percebem que, no final de 1935, Fernanda supera o masculino com uma diferença de cerca de 200 unidades (ROSSEBASTIANO; PAPA, 2005, p. 482).

**GABRIELA.** Feminino de *Gabriel*, ver Quadro 5.

**PAULA.** Feminino de *Paulo*, ver no Quadro 4.

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Percebemos que a escolha dos nomes está pouco relacionada à etimologia dos antropônimos. Nomes augurais aparecem, mas a preferência se dá, supostamente, por nomes conhecidos e usados por personagens históricos admiráveis.

Ao escolhê-los, pais podem ter a intenção de que os filhos participem, mesmo que de forma passiva, deste prestígio e dessas boas vibrações. Nem sempre os nomes augurais são usados para exprimir ou evocar alguma força sobrenatural: ele pode ser apenas uma maneira de, segundo Dick (2001, p.84), evocar marcas da pessoa que o inspirou.

Em relação aos masculinos, notamos o mesmo comportamento nas escolhas, conforme Quadros 4 e 5.

Quadro 4 - Etimologia dos 10 nomes masculinos mais representativos nos 130 anos

**ANDRÉ.** Do grego *Andréas*, através do francês *André*, calcado no grego *andós* (homem), com significado “ másculo, varonil”. A variante italiana *Andrea* tornou-se Andréa no Brasil e passou ao gênero feminino. Em Portugal, o nome foi encontrado em documentos datados do século XIII, na forma *Andreu*. Foi o nome do primeiro discípulo de Cristo, irmão de Simão Pedro e patrono da Rússia e da Escócia (OLIVER, 2005, p. 70).

**ÂNGELO.** Origem grega, *Ánghelus*, *Ággelos*, e do latim *Angelus*, com significado “mensageiro, anjo”. Figura entre os nomes mais difundidos na Itália, de clara origem grega (*Ángelus* era inicialmente qualquer mensageiro), mas interpretado, sobretudo no Cristianismo, com referimento ao mensageiro. O Arcângelo Gabriel anuncia a Maria à concepção Imaculada. (LA STELLA, 2009, p. 28). Voz do léxico comum de proveniência provavelmente da Síria, passou no grego *Ánghelus* com valor de mensageiro, foi retomado no Antigo Testamento por traduzir o hebraico *Malák*, que em particular representava mensageiro de Deus, significado mantido do latino *Angelus*. O nome não era muito utilizado entre os primeiros cristãos, se difunde em consequência da difusão dos cristãos pelos Andes. Divulgada em especial por São Bernardo da Chiaravalle, no século XII. Na Toscana, o nome recorre à época medieval provavelmente atraído pelo correspondente germânico, cuja interpretação é discutida; em particular resulta atestado até 723 na forma de *Angilulo*; no mesmo período *Angelus* aparece também na Itália central. Nos séculos seguintes, o nome começa a se difundir. Presente durante todo o século XX, goza de grande prestígio entre 1920 e 1964, para depois ceder às novas tendências inovadoras. Ápice em 1939. Um ponto de referimento para a onomástica é seguramente o Angelo Custode (anjo guardião) ao qual segundo a religião cristã cuida das crianças batizadas; outro, aquele dos

três anjos mais famosos, oficialmente reconhecidos no concílio de Roma de 745 e divulgados na iconografia: Gabriel, Michel e Rafael. Do anjo que apareceu um dia depois da Páscoa de 1522, durante a batalha da Bicocca, nasce em Milão a expressão segunda-feira do Ângelo ou Páscoa do Ângelo, ou dia de San Angelo. Tradicionalmente, esse é um dos dias no qual se festeja o onomástico que carrega esse nome; o dia dedicado ao Ângelo Guardião é 2 de outubro. Com o tempo, o referimento hagiográfico é ampliado através de santos e santas de tal nome. (ROSSEBASTIANO; PAPA, 2005, p. 106-107).

**ANTÔNIO.** É um nome de altíssima frequência e uniforme difusão em toda Itália, precedido apenas por *Giuseppe* e *Giovani*. Os equivalentes nas principais línguas são *Antoine* em francês, *Anthony*, *Anty* e *Tony* em inglês, *Antonio* e *Toño* em espanhol e *Anton*, *Antusch* e *Tonke* em alemão. De provável origem etrusca e de significado ignorado, dada que a tentativa de conectá-lo com o grego *anthós*, flor, é de todo arbitrário e parece uma etimologia inventada depois para convencer alguém. Entre os santos, Santo Antonio de Padova (1195-1231), doutor da igreja e milagreiro, é objeto de culto tão amplo que não exige comentário; logo abaixo se coloca Santo Antônio Abate (250-356), que conduziu uma longa vida de meditação e oração no deserto do Egito e foi famoso pela luta vitoriosa contra as tentações carnis, simbolizado pelo porco que o acompanha e do fogo de Santo Antônio, o qual se invoca a sua ajuda. (LA STELLA, 2009, p. 33-34).

**CARLOS.** De origem germânica, *karal*, *kerl*, com significado “homem do povo” ou “homem livre”. Um dos nomes mais frequentes e difundidos em todo o mundo. As principais formas correspondentes são *Charles* e *Charlot*, em francês, *Charles* e *Charlie*, em inglês, *Carlos*, em espanhol, *Karl* em alemão, russo e romeno. Nota-se que, analogamente a *Cesar*, dos quais nasceram *kaiser* e *zar*, *Carlo* é a origem de muitos termos, que, na língua eslava, indicam o rei, alternando-se a aqueles que derivam do nome de Santo Stefano da Hungria. O nome se difunde amplamente na Itália a partir dos anos 1600, sobretudo em sinal de devoção a São Carlos Borromeo, é inegável que o início de sua ascensão se deve a Carlo Martello e a seu sobrinho Carlo Magno, o grande imperador, fundador do sacro império romano. Entre outros soberanos aparecem Carlo d’Angiò (1226-1285), rei da Sicília, Carlo VII da França (1470-1498) conhecido como Ludovico o Mouro, o papa João Paulo II (Karol Wojtila) (LA STELLA, 2009, p. 79). Juntamente com *Cecil* e *Cecílio*, os judeus adotam-no para substituir *Chiam*, que começa com a mesma letra. Em Portugal foi registrado em documentos datados do século XVII. Introduzido na Inglaterra pelos normandos, já foi encontrado naquele país no século XII, na forma de *Carle*, tornando-se comum a partir do século XIX.

**FRANCISCO.** Do germânico *Frank* (Franco), mais o sufixo *-isk*, que ocorre em gentílicos, denotando a nacionalidade, através do italiano *Francesco*. A origem do nome é étnica, da tribo germânica dos Francos (*Franchi*), de *franka*, “francês livre”. Francisco é nome raro na Itália, usado nas zonas bilíngues, entre residentes estrangeiros e em famílias que adotaram com motivações diversas; se trata, em gênero, de derivação de *Francesco*, mas pode, às vezes, ser nome étnico, que indica proveniência, vínculo afetivo ou de trabalho com a França. Quando a antiga Gália dos romanos tornou-se a França dos conquistadores germânicos, o étnico passou a indicar os franceses e o nome, pelo menos inicialmente, sinalizando simplesmente proveniência ou vínculo afetivo ou de trabalho com o país transalpino; não por acaso, São Francisco de Assis, talvez o santo mais popular da Itália, nascido Giovanni di Pietro di Brenardone, seja filho de um vendedor de tecidos que tinha contato frequente com a França.

**JOÃO.** Vem do hebraico *Yehokhana*, composto pela abreviação de *Yehweh*, Deus, e *hânan*, que tem a mesma base de *Ana*, e significa “Deus é gracioso” ou “ter piedade”. Foi um dos nomes judeus mais comuns, tornando-se com o passar do tempo, muito popular entre os cristãos (OLIVER, 2005, p. 209). Trata-se de um nome teóforo (ou teofórico) que exprime

gratidão pela divindade que concedeu um filho quanto talvez não fosse mais possível esperá-lo. Adotado em grande escala pelos primeiros cristãos, graças ao prestígio de São João Batista e de São João Evangelista, muito ligado à vida e à missão de Jesus. Na Itália, aparece difundidíssimo como *Giovanni* e tem variações em diversos países. Em francês aparece como *Jean*, em inglês, *John*, *Johnny*, *Jack* e *Sean*, em espanhol *Juan* e *Juanito*, em alemão *Hans* e em russo *Ivan*.

**JOSÉ.** Tem origem hebraica, *Yoseph*, derivado do verbo *yasaph*, adicionar/inserir/misturar, ao qual se pode atribuir um significado augural do tipo “que Deus acresça (nossa família)” ou “aquele que acrescenta; acréscimo do senhor”. Nome muito difundido na Itália (na forma de *Giuseppe*) e em outros países (*Joseph*, *Josephine* e *Josette* em francês, *Joseph* e *Josie* em alemão, *Josefine* e *Josy* inglês, *José* e *Pepe*, *Josefina* e *Pepita* em espanhol, *Josif* em russo, *Yussuf* em árabe). O primeiro José da história é o filho de Jacó e Raquel, que interpretava os sonhos do faraó; no entanto, a vastíssima difusão do nome em todo o mundo cristão se deve ao culto de São José, esposo de Maria e pai de Jesus. Em Portugal, aparece em documentos datados da primeira metade do século XVI, na forma *Joseph*. Foi nome de 36 santos (OLIVER, 2005, p. 213).

**LUIZ.** Do germânico *Hlodoviko*, *Ludwig*, de *hlot*, *hlut* (famoso, ilustre, célebre) e *wig* (batalha), com significado de “famoso na batalha; guerreiro célebre”. Difundidíssimo na Itália e no exterior, em diferentes formas. No francês, *Louis*, em inglês *Lewis* e *Louis*, em espanhol *Luís*, *Ludwig* em alemão e *Liudvig* em russo. Entre os santos, grande é o prestígio de Luís IX, o santo (1214-1270), rei da França morto pela peste durante as Cruzadas, bem como São Luiz Gonzaga, que morreu muito jovem, em 1591. (LA STELLA, 2009, p. 228). Em Portugal, foi encontrado em documentos datados dos séculos XIII e XIV.

**PAULO.** Do latim *Paullus*, era um antiquíssimo apelido e depois nome latino (de *paulus*, pequeno de estatura ou o segundo filho). Um dos nomes melhor representados e distribuídos de países de cultura cristã. Sua difusão se deve principalmente a uma enormidade de santos entre os quais se destaca o apóstolo São Paulo, considerado o apóstolo da gente porque, inicialmente, levou sua mensagem evangélica aos gentis. Na Inglaterra, ocorreu antes da conquista normanda, como nome adotado apenas pelos monges, tendo tornando-se mais popular naquele país apenas no século XIII. Foi nome de 80 santos. Dada à difusão mundial do nome, é oportuno fornecer correspondentes em outras línguas: *Paul*, em francês, inglês e alemão; *Pablo*, em espanhol; e *Pawel*, em russo.

**PEDRO.** Do grego *Pétros*, de *petra*, literalmente “pedra”, do aramaico *Cephas*. Nome dado por Jesus a Simão, filho de Jonas. Desde a Antiguidade tem sido um dos nomes cristãos mais comuns. Em Portugal surgiu pela primeira vez na forma *Petrus*, por volta do século IX. Na Inglaterra foi introduzido pelos normandos na variante francesa *Piers*. Nome de 200 santos (OLIVER, 2005, p. 265).

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

A etimologia dos nomes masculinos mais frequentes segue a mesma linha de raciocínio relacionada à dos femininos. Pode-se até imaginar que a etimologia sirva para um pesquisador ou observador interessado como um convite à decodificação do objeto examinado. Mas o interesse, por si só, é insuficiente para explicá-lo.

No caso dos nomes mais recorrentes registrados na Paróquia Santa Teresa, percebemos uma tendência a escolher nomes que nunca saíram de moda, como Carlos e Antônio, mostrando uma clara influência do gosto dos pais, que podem homenagear um santo

de devoção ou um familiar mais velho. Destacamos, dessa forma, o caráter conservador das pessoas que escolheram a referida paróquia como local de batismo de seus filhos, cujos nomes favoritos sofreram poucas mudanças ao longo de 130 anos.

Quadro 5 - Etimologia dos outros nomes masculinos que aparecem entre os 15 mais frequentes

<p><b>ALCIDES.</b> Do grego <i>Alkeídes</i>, através do latim <i>Alcides</i>. Segundo o sistema patronímico grego, significa filho ou descendente de Alceu; com tal epíteto (<i>alké</i> significa força), era conhecido o deus Eracle, sobrinho de Alceu (ROSSEBASTIANO; PAPA, 2005). Segundo alguns autores, seria uma variante de Alceu, mas na verdade, segundo Virgílio é um patronímico deste nome, pois o sufixo <i>-des</i> denota descendência – significa filho de Alceu. Alcides foi um apelido de Hércules, tirado de Alceu, nome de seu avô. Como Alceu passou a representar, figuradamente, um home forte, de boa musculatura. Há um autor que viu sua origem no árabe <i>As-sid</i> ou <i>as-saliod</i> (o senhor, o chefe, o homem superior) (OLIVER, 2005, p. 57).</p>
<p><b>EDUARDO.</b> Do germânico <i>Hadaward</i>, de <i>ead</i> (riqueza, bens) e <i>ward</i> (guarda, guardião). Tem significado de “protetor das riquezas”. Tem o mesmo significado que Edmundo. Nome que entre os judeus é usado para substituir Efraim, que começa com a mesma letra (OLIVER, 2005, p. 140). É uma variante italiana de <i>Edoardo</i>, o guardião da propriedade (ROSSEBASTIANO; PAPA, 2005, p. 371).</p>
<p><b>ERNESTO.</b> Do germânico <i>Ernust</i>, <i>Ernst</i>, com significado de “combatente resoluto”, como manifesta a voz <i>arni</i>, batalha (ou talvez <i>arnu</i>, águia). Muito difundido na Itália, de proveniência alemã bastante tardia, durante a baixa Idade Média e não durante as invasões. Presente em inglês, francês e alemão na forma <i>Ernst</i> e em espanhol <i>Ernesto</i> (LA STELLA, 2009, p. 136).</p>
<p><b>FELIPE.</b> Deriva de dois vocábulos gregos, <i>phílos</i>, amigo, e <i>híppos</i>, cavalo, com óbvio significado que deriva da união dos dois, “o que gosta de cavalos” ou, por extensão, “o que ama a guerra”. De notável e uniforme difusão, já muito usado entre os helênicos, <i>Phílippos</i> mudou a pronúncia na sua latinização. Na antiguidade recorda-se Filippo II da Macedônia (382 a 336 a.C.), pai de Alexandre Magno. Há numerosos soberanos com esse nome (em Roma na Borgonha, na França e na Espanha). O nome é largamente difundido também no exterior, onde mantém grafia bastante próxima àquela grega. <i>Philippe</i> em francês, <i>Philip</i>, em inglês e alemão, <i>Felipe</i> em espanhol e <i>Filipp</i> em russo. (LA STELLA, 2009, p. 153).</p>
<p><b>FERNANDO.</b> De origem germânica e, especificamente visigótica (fato que explica a grande difusão na Península Ibérica); antigamente transcrito em latino na forma <i>Fredenandus</i>, retornando a suposição <i>Frithunanths</i>, no qual é fácil reconhecer <i>Frithu</i>, paz (segundo outros, <i>frad</i>, inteligência), <i>nanths</i>, audácia. É uma variante de <i>Ferdinando</i>, “aquele que é audaz na amizade”. A presença na Itália é bastante comum na forma <i>Fernando</i> e nas formas reduzidas <i>Nando</i> e <i>Ferdi</i>, se deve especialmente ao prestígio de alguns espanhóis, em primeiro lugar Fernando I, O Grande (1017 a 1065), Rei de Castiglia e vencedor da luta contra os mouros; o espanhol Hernán Cortez (1485 a 1547), legendário conquistador do México, e o navegador português Fernão de Magalhães (1480 a 1521). (LA STELLA, 2009) <i>Fernão</i> tem o mesmo significado e deriva de uma antiga forma <i>Fernam</i>, surgida em Portugal, país onde a variante <i>Fredenandus</i> (Ferdinando) também foi encontrada em documentos datados de meados do século XI. Levado pelos godos à Espanha tornou-se nome muitos reis de Castela, popularizando-se naquele país nas formas de <i>Fernando</i>, <i>Hernando</i> e <i>Hernan</i> (OLIVER, 2005, p. 162).</p>

**GABRIEL.** Forma hipocorística de *Gabriele*, de origem hebraica *Gabri'el*, formado com gabar, ser forte, e 'el', abreviação do nome de Deus, muito usada em nomes de mesma origem como *Daniel* e *Michel*. A difusão do nome se deve à figura do Arcanjo Gabriel, o mensageiro divino por excelência, encarregado de pedir a Zacarias o nascimento de São João Batista e de anunciar a Maria que ela havia sido escolhida para conceber o filho de Deus: essa última missão é representada em inúmeras pinturas. O nome dado à sua origem e ao seu significado alegórico encontrou grande acolhimento em todos os países cristãos na forma *standard Gabriel*. (LA STELLA, 2009, p. 163).

**GUILHERME.** Do germânico *Willahelm*, com dúvidas quanto ao significado. Em Portugal, foi encontrado em obras datadas do século XIII. Na Inglaterra foi introduzido por volta do século XI, através das formas francesas *Guilielm* e *Guillaume*, por intermédio dos normandos. A dificuldade de interpretação do nome, segundo Oliver (2005, p. 179), está no primeiro elemento do nome. 1) De *vilja*, *wailja*, *will* (vontade) e *helma*, *hiolms* (elmo, proteção), com significado “protetor pronto (disposto)”. Há quem traduza como “elmo resoluto”. 2) Outra interpretação: “aquele que se encontra sobre a proteção de Vili”, sendo Vili um dos irmãos de Odin, deus da poesia, sabedoria, eloquência e das fórmulas mágicas, nos panteões nórdico e germânico, cujo nome também deriva do germânico *Will* – este é o étimo provável.

**GUSTAVO.** Do sueco *Gustaf*, através do germânico latinizado *Chustaffs*. De origem nórdica (a forma antiga sueca era *Götstav*, o qual correspondia ao norueguês *Götstafl*, todavia, hoje permanece *Gösta* e *Gustaf*). Trata-se de um nome composto verossimilhante com *Got*, étnico dos godos, ou com *got*, divindade, e *stafr*, bastão. Nome razoavelmente difundido na França do século XVIII. Com significado de suporte dos godos ou, em alternativa, de defensores da fé; reprenderemos a etimologia adulatoria proposta por algum humanista sueco que para bajular seu rei, desejava ver em *Gustav* a transposição das sílabas que compõe *Avgust*, ou seja, *Augusto* (LA STELLA, 2009, p. 187).

**JORGE.** Do grego *Geórgios*, de *georgós*, composto de *ge* (terra) e *érghon* (trabalho). Significa “aquele que trabalha na terra, agricultor”. Em Portugal, apareceu pela primeira vez em documentos datados do século XVI, mas na Inglaterra já existia desde o século XIII. Foi nome de muitos reis e santos. Equivale aos nomes de *Arátor*, *Arécio* e *Arício* (OLIVER, 2005, p. 212).

**LUCAS.** De origem grega, e não hebraica, deriva do hipocorístico de *Loukanós*, que indicava origem da Lucânia. Nome difundido, que conheceu nova popularidade a partir dos anos 1950, que continua aquele de um dos quatro evangelistas, São Lucas, objeto de antigo culto (LA STELLA, 2009, p. 226). Lucânia prende-se à raiz *lyke*, *luc*, *luk* (luz) e significa “luminoso”. *Luca* é uma variante popular do nome (OLIVER, 2005, p. 228).

**MÁRIO.** O gentílico latino *Marius* é talvez conectado com o título sacerdotal etrusco *maru* ou com *Mars*, o Deus romano da guerra (com referência ao latino *maris*, que indicava o masculino). Um dos mais difundidos nomes italianos, é ilustrado principalmente pela figura de Gaio Mario (156-86 a.C.), o grande general e político do partido popular. A igreja recorda San Mario martirizado em Roma com a mulher Marta e os filhos (LA STELLA, 2009, p. 238). Foi nome de uma gens romana (OLIVER, 2005, p. 235).

**RAFAEL.** Na origem, o teofórico hebraico *Repha'el*, cujo ‘El’, abreviação de ‘Elohim, Deus, é precedida de um derivado do verbo rapha, curar. Com significado global de “Deus curou (os meus males)”. No Antigo Testamento, o Arcângelo Gabriel guia o jovem Tobias e o cura da cegueira esfregando fígado de peixe nos olhos; tanto a milagrosa cura (que poderia também ser a origem do nome), quanto à agraciada iconografia com a qual São Rafael é representado, deram destaque à sua figura e difusão ao seu nome (LA STELLA, 2009, p. 305- 306). Nome muito usado por judeus e cristãos italianos durante a Idade Média (OLIVER, 2005, p. 274).

**ROBERTO.** É de clara origem germânica formada pela união de *hrôth*, *glória*, com *berht*, ilustre. Amplamente difundido, foi levado à Itália pelos lombardos como Hrodeberht, juntamente com a popularidade na forma francesa *Robert*, introduzida pelos normandos. Além de numerosos soberanos da França, da Normandia, da Escócia e de Constantinopla, ao compositor Robert Schumann (1810 a 1856), Robert Louis Stevenson (1850 a 1894); e numerosos atores da segunda metade do século XX, os americanos Taylor Redeford, De Niro e o italiano Benigni. (LA STELLA, 2009, p. 312). Em Portugal foi encontrado em vários registros datados dos séculos XIII e XIV, na forma *Ruberte*, que na Idade Média tornou-se *Robertus* devido à latinização cristã. Tem o mesmo significado que *Romário* (OLIVER, 2005, p. 279).

**RODRIGO.** De origem germânica, *Hrodric*, composto com *hruth*, *fama*, e *rik*, potente, senhor, chefe, da qual também deriva *Roderico*. O nome é toda via difundido na forma visigótica *Rodrigo*, em particular graças à fama do “papa Rodrigo Borgia” que reinou como Alessandro VI, de 1492 a 1503, e foi pai de Lucrecia e de César, o duque Valentino (LA STELLA, 2009, p. 313).

**VITÓRIO.** De derivação latina, de *victor*, o vencedor. Ilustrado por muitos santos de expressão, entre eles pelo mártir San Vittore.

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Como pudemos perceber neste capítulo, a escolha dos nomes próprios das crianças batizadas na Paróquia Santa Teresa pressupõe múltiplos significados. A busca pela origem deles, por meio da etimologia, é uma espécie de chave para tentar descobri-los. Mas, isoladamente, o estudo etimológico parece insuficiente para dar conta das transformações sofridas pela sociedade e que provocaram a mudança (e a permanência) dos nomes no ambiente estudado.

Curtius (1996, p. 605 e 607) elege uma citação de Isidoro de Sevilha, do *Etymologiarum libri*: “A força da palavra ou do nome é deduzida pela interpretação... Pois, se vires de onde vem o nome, compreender-lhe-ás a força mais depressa”. Observamos, então, que nomes são definidos, também, pelo seu entorno, pela relação entre as pessoas e o ambiente em que vivem. Aos processos de constituição de significados são imprescindíveis o compartilhamento de um mesmo mundo – mesmo que ele seja mutante – e a vida comunitária.

Essa ruptura social, que veremos no capítulo a seguir, mostra que ela tem forte influência nas escolhas dos nomes de batismo das crianças na Paróquia Santa Teresa de Caxias do Sul.



## 9 AFINAL, O QUE OS NOMES DIZEM SOBRE A COMUNIDADE?

Os nomes de batismo mais frequentes na Paróquia Santa Teresa, ao longo dos 130 anos abordados neste estudo, encontram similaridade nos nomes favoritos no país. Pesquisa recente publicada pelo Instituto de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>61</sup> aponta que, assim como em Caxias do Sul, Maria é o nome feminino mais dado às meninas, com 6,4% de ocorrências no país e, curiosamente, o Rio Grande do Sul é o Estado com menor incidência de Marias – apenas 3% do total da população. Na Paróquia Santa Teresa, essa preferência é ainda mais evidente, com 21,3%.

A escolha recorrente por outros nomes, como Ana, João, José, Luiz e Antônio, também se repete, se comparada à pesquisa do IBGE, e encontra similaridade também no espaço geográfico delimitado pela presente tese. Há, no entanto, particularidades locais no que dizem respeito a essas escolhas. Observamos duas situações marcantes em relação a isso: nomes que se mantêm, geração após geração, e nomes que são substituídos ao longo dos anos, alguns de forma mais perceptível, influenciados pela moda ou pelos novos tempos. Maria e Antônio, apontados como favoritos, por exemplo, desapareceram da lista dos mais frequentes nos anos 1970, decréscimo que começa a ser percebido de maneira sutil a partir dos anos 1950.

Dessa forma, a análise dos nomes possibilita perceber algumas transformações na sociedade, de forma geral, que tiveram repercussão também na Paróquia Santa Teresa, com as influências externas que impactaram na cultura das pessoas e, conseqüentemente, na maneira de elas nomearem os entes queridos. A transformação de uma comunidade agrária para industrial, a influência dos meios de comunicação, a religiosidade e o processo de globalização podem ser apontados como alguns desses fatores. O ambiente de circulação de informação, que era restrito ao lar e à comunidade religiosa, foi se ampliando, ganhando novos contornos e influências multiculturais.

---

<sup>61</sup> A pesquisa “Nomes do Brasil” foi realizada em todo o Território Nacional, nos 5.565 municípios brasileiros, abrangendo 190,8 milhões de pessoas em 67,5 milhões de domicílios. As informações disponibilizadas estão organizadas por sexo, para o total Brasil, Unidades da Federação e Municípios, constituindo um ranking formado pelos nomes de maior frequência no Censo Demográfico 2010. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/nomes/#/search>>. Acesso em: 12 maio 2016.

## 9.1 OS NOMES PERENES

O estudo dos nomes de batismo da Paróquia Santa Teresa revela, de início, que boa parte dos nomes mantidos por mais tempo têm ligação com a religiosidade e/ou com a tradição<sup>62</sup>.

No que se refere à religiosidade, expressa pela fé católica, vale retomar que foi ela, no início da colonização, uma forma de distinção dos italianos e descendentes em Caxias do Sul. Com o passar dos anos, foi incorporada à comunidade de tal forma que ainda hoje, 140 anos depois da chegada dos primeiros imigrantes, a administração municipal na gestão 2012-2016 adotou o slogan “Prefeitura de Caxias do Sul, da Fé e do Trabalho”<sup>63</sup>.

Se essa ligação com a imigração pouco se sustenta nos dias atuais, ser um bom católico era, no final do século 19 e início do século 20, um estímulo obrigatório à população e estava sempre presente nos discursos dos padres e das escolas religiosas, bem como em jornais da época. A religião era, inclusive, fundamental para a manutenção de uma identidade italiana. Ao nomear os descendentes com nomes de santos, os imigrantes poderiam estar perpetuando essa premissa, de forma consciente ou inconsciente.

Seyferth (1999), que analisou essa relação entre a fé e a constituição identitária, afirma que,

Entre os imigrantes italianos, apesar das identidades regionais percebidas nas colônias do Sul e em São Paulo, consolidou-se o sentimento de **italianità** (grifo da autora), em parte construída pela Igreja católica (através do clero italiano) - a religião, ou a fé católica, confundindo-se, em parte com a ‘consciência nacional’. (SEYFERTH, 1999, p. 206).

Dar nomes de santos aos filhos poderia ser, assim, uma maneira de afirmar essa origem étnica, no caso dos italianos – mais pela escolha de um denominativo relativo aos personagens importantes para a religião católica, do que pela escolha de nomes italianos, até porque, muitas vezes, esses nomes eram abasileirados. No universo pesquisado, por exemplo, Giovanni e João convivem lado a lado, assim como Francesco e Francisco ou Luigi e Luiz, com predominância da denominação em português sobre aquela no italiano, já no primeiro período.

<sup>62</sup> Aqui, tomada com o conceito de Gibbens, na obra *Modernidade reflexiva: trabalho e estética na ordem social moderna*, de que “a tradição é uma orientação para o passado, de tal forma que o passado tem uma pesada influência ou, mais precisamente, é constituído para ter uma pesada influência para o presente”. (GIBBENS, 1997, p. 80).

<sup>63</sup> Disponível em: <<https://www.caxias.rs.gov.br/index.php>>. Acesso em: 12 ago. 2015.

Mas a religiosidade dos italianos é apenas uma das ligações manifestadas com o sagrado, porque esse sentimento não é uma premissa exclusiva dos imigrantes e seus descendentes. É possível verificar que ainda hoje a religião tem papel importante na hora de os pais escolherem o nome do filho.

De acordo com pesquisa<sup>64</sup> realizada em 2010 pela *BabyCenter* Brasil<sup>65</sup>, com 9.500 leitores, os católicos têm preferências por nomes de anjos (34%), seguidos por nomes de santos (28%), nomes do Novo Testamento (21%) e nomes do Antigo Testamento (16%). Como comparativo, os evangélicos preferem escolher nomes do Antigo Testamento (52%), nomes do Novo Testamento (37%), nomes de anjos (12%) e nomes tradicionais na família (7%). Como a população católica é numericamente mais expressiva em Caxias do Sul, pode revelar as preferências.

Há, também, outras premissas contidas na manutenção dos nomes. Essa repetição pode revelar, ainda, uma predisposição, ainda que pequena e difícil de comprovar somente com esta pesquisa – porque sobrenomes e parentescos foram descartados antes da análise – de que os meninos recebiam o nome dos pais e avôs, tradição que teria sido mantida por três gerações nos batismos na Paróquia Santa Teresa. Essa é uma tendência apontada também nos estudos onomásticos, de reverenciar algum ente querido (que pode ser avô ou bisavô, por exemplo), atribuindo-lhe o mesmo nome, sendo mais comum no sexo masculino. É o que Marcato (2009, p. 54) refere como sendo uma crença popular, com o significado de “refazer o nome”.

Podemos exemplificar isso pensando nos 10 nomes masculinos que mais aparecem no primeiro período, sendo que 80% deles se mantêm entre os favoritos no período seguinte, caindo para 50% no terceiro período e terminando com apenas 10% da preferência entre 1974 e 2005. O número de vezes em que o nome Antônio aparece é praticamente idêntico – em torno de 10% do universo total, desaparecendo no quarto período. Os casos de João e José, que tiveram nomes propagados até a terceira geração, são semelhantes ao de Antônio. Desses, José teve oscilação entre os períodos, terminando com 10% da preferência, enquanto João foi sendo preterido, passando de 14,4% (1875-1906) para 4,8% (1941-1972). Com o passar dos anos, esses nomes foram desaparecendo, dando lugar a novos nomes, como Rafael e Lucas, como veremos a seguir.

---

<sup>64</sup> Disponível em:

<<http://brasil.babycenter.com/a5800073/pesquisa-babycenter---o-papel-da-religi%25C3%25A3o-na-escolha-do-nome#ixzz3nvsebNq5>>. Acesso em: 12 set. 2015.

<sup>65</sup> O *BabyCenter* é o principal recurso digital sobre gravidez e bebês no mundo, atingindo mais de 45 milhões de leitores, em 13 mercados, do Canadá ao Oriente Médio, passando pela China. Uma em cada cinco grávidas no mundo acessa o *BabyCenter*. No Brasil, foi criado em 2008.

Já em relação aos nomes femininos, não há nenhum nome tão repetido quanto o de Maria. Nos dicionários etimológicos, Maria sempre aparece associada à mãe de Deus. Metzger (2002), no *Dicionário da Bíblia 1: as pessoas e os lugares*, explica que

O culto à Maria teve origem no culto às deidades femininas do panteão greco-romano, que o cristianismo erradicou. Embora Maria represente qualidades impossíveis para seres humanos [...] seus atributos representam propriedades femininas importantes, não proporcionadas pela tradicional Trindade exclusivamente masculina. Para muitos, a adoração de uma figura feminina é um elemento vital para sua fé. (METZGER, 2002, p. 196).

Como Caxias do Sul não perdeu o caráter predominantemente católico<sup>66</sup>, a ausência do nome Maria entre os preferidos, no quarto período analisado, não deve ser percebida como um desencanto com a figura da mãe de Jesus. É mais provável que seja resultado de um espalhamento dos registros de batismo em diversas paróquias – bem como da transformação cultural da cidade. Caxias do Sul, ao longo do tempo, também passou a ser polo de atração de migrantes e teve de conviver com novas culturas e influências.

Essa transformação social teve início em 1º de junho de 1910, quando houve a inauguração da estrada de ferro, que ligava Caxias à Capital – nessa época, havia, além da catedral, cinco igrejas e 110 capelas. Dessa forma, o novo meio de transporte possibilitou novas trocas e mobilidade, facilitando a comunicação entre as pessoas. Na mesma data, Caxias foi elevada à categoria de cidade. O conjunto da estação férrea foi implantado próximo ao núcleo urbano, no meio do caminho entre a cidade e a área.

Nessa mesma década, além da estrada de ferro, Caxias se beneficiou com a instalação da energia elétrica, a vinda do telégrafo e do telefone. O município já apresentava uma situação econômica bastante significativa para a região.

Mas o desenvolvimento da ferrovia não acompanhou a industrialização do país. Gradativamente, ela perdeu espaço para o transporte rodoviário. As décadas de 1940 a 1960 foram marcadas pelo abandono quase total das estradas de ferro. Como já havia outra modalidade de transporte - que percorria as mesmas distâncias em menor tempo - o trem foi sendo renegado aos poucos. Nas décadas de 30 e 40 a rodovia começou a substituir a ferrovia, enfraquecendo o setor. Seu declínio se efetivou em 1950, com a implantação de um novo modelo econômico desenvolvimentista no país. O modelo brasileiro iniciado no governo de Getúlio Vargas e intensificado no de Juscelino Kubitschek, fez com que rodovias fossem construídas para garantir a vinda de indústrias automobilísticas para o país. Assim, as linhas

---

<sup>66</sup> Segundo Censo 2010 do IBGE, da população residente em Caxias do Sul, 332.101 (76% de 435.564) dos moradores declaram-se católicos.

ferroviárias foram se deteriorando e, com a implantação da BR-2 (atual BR-116) em 1945, a rodovia ganhou espaço, e a cidade passou a ter maior comunicação com seu entorno.

Essa realidade socioeconômica mostra, também, que havia uma espécie de padronização de nomes em Caxias do Sul, precedendo o fenômeno de globalização, uma vez que alguns dos nomes mais recorrentes encontram similaridade em outros países, conforme os dados referidos em capítulos anteriores. E, num primeiro momento, o conservadorismo dos meios de comunicação – e sua vocação religiosa, em boa parte dos casos – pode ter influenciado a maneira de perceber o cotidiano. Já no final do século 19 e nas primeiras décadas do século 20, os jornais tiveram papel fundamental nesse processo, mantendo e perpetuando princípios veiculados aos primórdios da cidade. Os veículos católicos tinham a incumbência de ser instrumentos de moralização, disseminação de ideias políticas e culturais que envolviam o cotidiano naquela época. Antes dele, houve disseminação das ideias políticas por meio de páginas impressas.

O primeiro periódico regional foi editado em Caxias do Sul em 15 de outubro de 1897 – dia da padroeira da Paróquia Santa Teresa – e se chamava *O Caxiense*. O proprietário estava ligado ao Partido Republicano e, como ressaltam Pozenato e Giron (2004, p. 38), o veículo não tinha um viés religioso, apenas político. Como antídoto, no ano seguinte, foi fundado um jornal católico, chamado *Il Colono Italiano*, publicado na língua italiana, evidenciando o embate ideológico entre maçons (ligados ao poder municipal) e católicos. À frente da Paróquia Santa Teresa estava o padre italiano Pedro Neosadini, “eclesiasticamente uma das pessoas mais importantes da história de Caxias” (GARDELIN, 1988, p. 24)<sup>67</sup>, que tomou posse como vigário em 15 de julho de 1896 e, no ano seguinte, precisou fugir para não ser morto pelos maçons, tendo voltado à Itália. Coincidência ou não, o nome Pedro, inclusive, é recorrente entre os registros de batismo entre 1875 e 1939.

As principais ordens religiosas a atuar na região foram capuchinhos franceses<sup>68</sup> e carlistas italianos, ambas fundadoras de veículos de comunicação católicos com bastante influência na comunidade – a saber, *Correio Riograndense* e *Il Corriere d'Italia*, respectivamente. Valduga (2007) destaca que,

---

<sup>67</sup> In: HENRICHS, Liliana Alberti (Org.). *Histórias da imprensa em Caxias do Sul*. Museu Municipal/Arquivo Histórico de Caxias do Sul/Pioneiro, 1988.

<sup>68</sup> A Ordem dos Frades Menores Capuchinhos chegou à vila de Conde d'Eu (atual Garibaldi), em janeiro de 1896. Os primeiros religiosos, que se estabeleceram entre os quase mil colonos, vinham da França. Dentro do ideário de sua Ordem, buscavam aproximar o sacerdócio do cotidiano dos camponeses.

Esses jornais são considerados por eles próprios como púlpitos ambulantes que objetivavam sanar a falta de sacerdotes, levando a palavra missionária até aonde o padre não poderia chegar.

Os periódicos tornaram-se a voz oficial do clero entre os imigrantes, defendendo os seus interesses e moldando a imagem do colono segundo a sua visão de mundo. Em um ambiente altamente clericalizado a Igreja usava a palavra impressa como instrumento de doutrinação, combatendo inimigos e impondo-se cada vez mais como instituição hegemônica no meio colonial. (VALDUGA, 2007, p. 11)<sup>69</sup>.

*Il Corriere* foi fundado em 1912, em Bento Gonçalves, tendo o padre Estevão Minetti como redator-chefe, cargo logo transferido ao padre Henrique Domingos Poggi, que dividia a direção com o padre João Costanzo, indicado pelos carlistas. Em 1927, foi incorporado ao *Correio Riograndense*, e em 1928, o veículo tinha 8 mil assinantes, em Alfredo Chaves (Veranópolis), Garibaldi, Guaporé, Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Sananduva, Anta Gorda, Nova Vicenza (Farroupilha) e Erechim.

O *Correio* surgiu em 13 de fevereiro de 1909, com o nome de *La Libertà*. Tinha o padre Carmine Fasulo como proprietário e, de forma expressa, propagava os ideais católicos. Dez meses depois, Fasulo retornou à Itália, e o jornal passou a ser administrado pelo padre João Fronchetti, que tinha Adolfo Morreau e João Carlotto como sócios, atuando na localidade de Conde D'Eu (Garibaldi).

Com os novos diretores, surgiu também um novo nome para o jornal, que em janeiro de 1910 passou a se chamar *Il Colono Italiano*, com a incumbência de defender os colonos, propagar a religião e não se envolver em política. Em julho de 1917, mudou de nome novamente, passando a se chamar *Staffetta Riograndense*, tendo os capuchinhos como sócios de Fronchetti. Os freis tornaram-se proprietários majoritários em 1921. Ambos os veículos seguiam com o propósito de evangelizar através da imprensa.

Pozenato e Giron (2004, p. 60) apontam que “entre 1897 e 1914, circularam na região 26 jornais”, sendo 19 deles em Caxias.

Em relação à linha editorial, nove jornais (34,61%) eram aparentemente independentes; seis (23,7%) tinham caráter político, três (11,53%) eram religiosos e ligados à Igreja Católica, três (11,53%) eram sociais e de entretenimento e um jornal (3,84%) teve uma única edição histórica. (POZENATO; GIRON, 2004, p. 63).

Na década de 1920, o *Staffetta* apoiou o fascismo, com a transcrição de discursos de Mussolini, bem como campanhas de arrecadação para reerguer a Itália em crise durante o pós-guerra. Valduga aponta que,

---

<sup>69</sup> Disponível em: <<http://www.igt.rs.gov.br/wp-content/uploads/2012/10/Paz-It%C3%A1lia-Jesus-Uma-identidade-para-imigrantes-italianos.pdf>>. Acesso em: 3 jun. 2016.

Os símbolos da Itália fascista farão parte da configuração identitária italiana dos anos 30 e a Igreja será o seu porta-voz primordial. A nova postura e a posição do Catolicismo brasileiro frente às mudanças políticas da época sem dúvida também contribuirão para tornar a Igreja uma instituição influente e cada vez mais importante durante as décadas seguintes. Essa postura suscitará no jornal, por contraditório que pareça, uma constante campanha cívico-patriota entre os colonos, cuja função era a de salvar a nação brasileira. (VALDUGA, 2007, p. 123).

Entre os temas abordados estavam o ensino religioso nas escolas, a religião como noção de cidadania e os perigos do estado laico e do comunismo. Nacionalismo e identidade étnica passaram a ser negociados. Segundo Seyferth (1990, p. 85) embora o imigrante se sentisse inserido num contexto político-econômico, culturalmente ele ainda reivindicava sua identidade de origem – italiana ou alemã. Na Região Colonial Italiana, a repressão ao fascismo surgiu na década de 1940, por meio de um projeto imposto de nacionalização. Foi nessa época, no contexto da Segunda Guerra Mundial, que o nome do jornal mudou para *Correio Riograndense* e houve a proibição de publicar textos em italiano, por causa da campanha de nacionalização. Em 1952, a sede do jornal transferiu-se para Caxias do Sul.

Nos anos 1960, os Capuchinhos decidiram investir com força também na comunicação radiofônica, embora não tenham sido os pioneiros na difusão da mensagem religiosa nessa modalidade.

A consolidação do rádio em Caxias do Sul é atribuída, em grande parte, à forte influência da religião católica desde os seus primórdios. Por meio dele, eram – e ainda são<sup>70</sup> – veiculados orações, missas e anúncios fúnebres. O primeiro programa católico apresentado na cidade foi transmitido pela rádio Caxias, emissora laica e a precursora das transmissões em Caxias do Sul, e se chamava *Hora da Ave-Maria*. O pequeno programa tinha quatro minutos de duração e era exibido às 18h. Segundo Gasparet (1997, p. 49), trazia sempre um canto mariano e um comentário. Na sequência, foi criada *A hora da prece*, com foco infantil, iniciativa sem muita durabilidade, sendo sucedida por outras iniciativas mais perenes, inclusive em outras emissoras.

O momento da oração – que, nos primeiros anos depois da imigração, era coletivo, realizado em capitéis e capelas, como já foi referido em capítulos anteriores – foi transferido também para o ambiente doméstico, com a popularização desses programas no rádio, sendo que os receptores tornaram-se mais populares a partir dos anos 1950. Praticamente ao mesmo

---

<sup>70</sup> **Caxias do Sul:** Rádio São Francisco AM: *Momento de Paz* (17h55min); Mais Nova FM: *Momento Espiritual de Final de Tarde* (18h); Rádio Mãe de Deus AM e FM: *A comunidade faz a festa com Maria (reza do terço)* (18 às 18h30min).

tempo, nos anos 1940, começaram a circular em Caxias do Sul as capelinhas, que expressavam a devoção a Nossa Senhora, potencializando os rituais de reverência à Maria.

Entre os descendentes de italianos, essa é uma devoção familiar, cuja propagação do ideal religioso é de incumbência das mulheres da casa, que devem reunir a família para as orações, ensinar e repassar as rezas aos filhos. Na referência de Fin (apud COSTA, 1990, p. 533), “todas as noites, com a mãe, rezava-se o terço e, às vezes, a avó, enquanto se rezava o terço, perguntava: Amarraram os terneiros?<sup>71</sup>”.

A difusão dos programas católicos fez com que o elemento sagrado servisse, com o passar dos anos, de pano de fundo a outras atividades domésticas. Os aparelhos ficavam ligados enquanto as tarefas cotidianas eram realizadas – não ocupava mais o centro da casa. Começavam, assim, a surgir outras influências externas no cerne das famílias.

## 9.2 NOVOS CONTEXTOS, NOVOS NOMES

A década de 1950 é emblemática no que diz respeito aos grandes investimentos nos setores produtivos de Caxias do Sul, especialmente com o desenvolvimento e a expansão industrial, a partir da Segunda Guerra Mundial. Esse cenário volta ser transformado a partir dos anos 1970. Machado explica que

Os ramos tradicionais passaram a viver, na década de 70, uma crise que pode ser atribuída a inúmeros fatores, entre os quais a falta de modernização de seu processo de produção; a má administração das novas gerações de empresários, porque se tratava de firmas familiares; o avanço do capitalismo na região e as políticas de governo. A quase totalidade das empresas foi desaparecendo do cenário local, através de concordatas e falências [...]. (MACHADO, 2001, p. 320).

Surgiram, assim, as multinacionais, o comércio passou a ter que conviver com a presença de *shopping centers* e grandes redes de supermercados. Esse recorte econômico serve para ilustrar, por meio de uma das áreas com maior impacto no município de Caxias do Sul, a transformação econômica e, conseqüentemente, cultural, que o espaço sentia. Esse início de globalização, que passa a provocar uma mudança de mentalidade, encontra paralelo também na questão dos nomes.

Se já havia um contexto de troca de informações nos primórdios do século 20, a chegada da televisão ao Brasil em 1950 potencializou essas transformações sociais. As famílias passaram, gradativamente, a ser expostas a novelas, filmes e programas em que, nos

---

<sup>71</sup> *Do original*: “Tute le sere, co a mama, se pregava el rosário e de le olte la nona, intanto rosário, a dimandava: Gavio ligá i vedéi?” (FIN, Rosaglia apud COSTA, Rovílio, 1990, p. 533).



mais variados assuntos, traziam novidades, e novos nomes passaram a ser apresentados e assimilados. Com o recebimento dessas informações, ficou mais fácil perceber a relação entre a moda e os nomes entre os jovens pais – no início da década de 1990, Yasmin, nome da protagonista da novela global *De Corpo e Alma*, figurou entre os favoritos dos genitores.

Da mesma forma, os nomes mais frequentes começaram a apresentar um pequeno decréscimo a partir da década de 1950, situação que se intensificou depois dos anos 1970. Essa mudança expressa nos nomes revela uma transformação observada na sociedade brasileira, inclusive na caxiense.

Se nas primeiras três décadas depois da chegada dos imigrantes italianos à região os 10 nomes de batismo mais comuns registrados na Paróquia Santa Teresa eram responsáveis por 66% da preferência dos pais – no caso dos femininos – e 66,5% – nos masculinos –, entre 1974 e 2005, os 10 preferidos caíram para 20,8% e 30,8% do total dos escolhidos, respectivamente. Essa substituição pode expressar uma diversificação do contato com outros nomes, uma vez que corresponde à difusão da indústria cultural, sobretudo com a expansão da televisão brasileira e, ao mesmo tempo, da popularização das telenovelas.

O crescimento do fluxo de informações trocadas cresceu substancialmente nas últimas décadas do século 20, obrigando os indivíduos a lidar com a nova realidade. Guareschi (2006, p. 30) menciona a “transmissão de formas simbólicas e de conteúdos cognitivos e emocionais” como situações a serem encaradas, ressignificadas e interpretadas. Diz que,

O consumo dos produtos da mídia, especialmente a eletrônica, representa hoje o principal espaço de ocupação do tempo livre da população. O acesso à informação, crucial em nossos dias, depende de uma forma sem precedentes em tempos anteriores, da relação do indivíduo com os veículos de comunicação (GUARESCHI, 2006, p. 30).

Ilustramos essa referência com o nome Elisabeth. Entre as décadas de 1940 e 1970, figurou entre os 10 nomes femininos mais populares na Paróquia Santa Teresa. Não por acaso, em 1952, quando a Rainha Elisabeth II foi coroada na Inglaterra, houve 301% de aumento desse nome no Brasil, com presença significativa apenas nos anos 1950 e 1960. A cerimônia, transmitida ao vivo por rádio e televisão britânicas, foi o maior evento midiático da época.

Nos anos 1970, a televisão passou a ter imagem colorida<sup>72</sup> e estava presente em boa parte dos lares abastados, com presença mais significativa do que a de geladeiras a partir de 1972, preferência que perdura até hoje. Segundo Braune e Rixa (2007, p. 18), com base em dados do IBGE, em 1960, existiam 621.919 aparelhos de tevê no país, de Norte a Sul. Na década de 1970, esse número saltou para 4.250.404, passando a 14.142.924 nos anos 1980 e 39.060.188 em 2000 – contra 37.361.071 geladeiras.

Nesse contexto, a popularização da televisão e, especialmente, das telenovelas tiveram influência na mudança dos costumes. As novelas são a expressão maior da ficção televisiva, tendo sido estruturadas no Brasil nos anos 1960 e 1970, constituídas em um longo processo de identificação maciça e popular na Rede Globo, posta em movimento desde os anos 1940 e 1950. Os meios de comunicação de massa foram decisivos nesse processo, conforme observam Merton e Lazarsfeld:

Caso fôssemos perguntar ao americano médio, com alguma pretensão ao cultivo da literatura ou da estética, se as comunicações de massa tiveram alguma influência sobre o gosto popular, ele responderia, sem dúvida, com uma enfática afirmativa. E mais, citando numerosos exemplos, insistiria que os gostos — estético e intelectual — foram corrompidos pelo fluxo de produtos de fórmula trivial da imprensa, das estações de rádio e dos estúdios de cinema. As colunas de críticas contêm diversas dessas queixas [...]. E, ainda, a menos que localizemos esses padrões em termos históricos e sociológicos, poderemos condenar confusamente sem entender, ou criticar com fundamento, porém de maneira irrelevante. Qual é o status histórico desse nível notoriamente baixo de gosto popular? Será um pobre resquício de padrões que já foram significativamente mais altos? (MERTON; LAZARSFELD, 2000, p. 114)<sup>73</sup>.

Essa influência, embora não seja tão explícita, coloca Caxias do Sul num contexto maior, que deixa para trás a cultura de origem, para reforçar signos praticamente universais, que poderiam ser percebidos em qualquer localidade. A Paróquia Santa Teresa e os nomes que lá são escolhidos para denominar as crianças também são parte desse universo influenciado pela mídia. Bourdieu afirma algo sobre a televisão que pode ser aplicado aos meios de comunicação de massa, em geral: eles ajudam a criar a realidade.

E insensivelmente a televisão, que se pretende um instrumento de registro, torna-se um instrumento de criação da realidade. Caminha-se cada vez mais rumo a universos em que o mundo social é descrito/prescrito pela televisão. A televisão se torna o árbitro do acesso à existência social e política. (BOURDIEU, 1997, p. 29).

<sup>72</sup> A primeira transmissão pública de tevê em cores foi realizada em 19 de fevereiro de 1972, durante a Festa da Uva, em Caxias do Sul-RS.

<sup>73</sup> MERTON, Robert K.; LAZARSFELD, Paul F. Comunicação de Massa, Gosto Popular e A Organização da Ação Social. In: LIMA, Luiz Costa. *Teoria da cultura de Massa*. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

A afirmação ajuda a compreender a importância desse fenômeno no cotidiano das pessoas e também na escolha dos nomes. Estudos de Chong, Ferrara e Duryea mostram que a televisão teve um papel importante na influência das percepções das mulheres sobre casamento e família de 1970 a 1991, bem como no aumento dos níveis de instrução e acesso aos contraceptivos. Mas a área de influência foi ainda maior: as novelas também influenciaram a escolha dos nomes dos filhos.

Análises<sup>74</sup> apontaram que a probabilidade de que os 20 nomes mais populares em uma determinada área incluíssem um ou mais nomes de personagens de uma novela exibida em um determinado ano foi de 33%, se a região recebesse o sinal da Rede Globo de Televisão. Em regiões sem acesso à emissora, a probabilidade foi de apenas 8,5%.

Gabriela, nome de batismo que figura entre os favoritos entre 1974 e 2005 na Paróquia Santa Teresa representa essa força da televisão, não só na área estudada. Até a década de 1960, o Brasil tinha 793 pessoas com esse nome. Mas, em 1975, o romance de Jorge Amado, *Gabriela Cravo e Canela*, foi transformado em uma novela<sup>75</sup> da Globo, com Sônia Braga no papel principal, e, já nesta década, surgiram 9.710 Gabrielas. Nos anos 2000, elas eram 169.788 no país, sendo considerado o 62º nome mais popular no Brasil.

E não foram só as novelas que influenciaram na renovação dos nomes. Os programas de rádio, cinema, jornais e livros também tiveram sua importância. Nos anos 1960, por exemplo, o nome Roberto, no auge da Jovem Guarda, cresceu 72,5% na preferência dos pais – sendo que na Paróquia Santa Teresa ele apareceu entre os 10 favoritos do período, assim como Camila. Nos anos 1980, os nomes de Camila tiveram 100% de aumento no país:

*Nenhum de Nós* foi uma das únicas bandas gaúchas que manteve uma carreira contínua. Surgiu em 1987, mas seu primeiro disco estourou nas rádios, Camila, Camila, só aconteceu um ano depois, quando o grupo já gravava seu segundo disco. Como a música foi um rolo compressor, o LP seguinte saiu apenas em 1989. (ALZER e CLAUDINO, 2004, p. 126)<sup>76</sup>.

Da mesma maneira, a presença de nomes que fazem alusão ao grupo étnico italiano – exceto pela ligação com a religiosidade – nunca foi tão expressiva, nem nos primórdios da história de Caxias, logo após a imigração italiana. Giovanni, por exemplo, que apresenta altíssima frequência e difusão na Itália desde o final do século XVIII (LA STELLA, 2005, p. 33; MARCATO, 2009, p. 38) aparece em maior número entre 1875 e 1939, mas com apenas

<sup>74</sup> *Soap Operas and Fertility: Evidence from Brazil*, disponível em: <<http://www.iadb.org/res/files/WP-633updated.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2016.

<sup>75</sup> Antes, uma novela homônima havia sido exibida pela extinta *TV Tupi*, com Janete Vullu como protagonista.

<sup>76</sup> Em *Almanaque Anos 80*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

144 registros. O equivalente em português, João, aparece com 1.832 registros no mesmo período. No feminino, Luígia aparece com 54 ocorrências entre 1875 e 1906, sendo que Luísa tem três vezes mais menções: 180.

Também não aparecem, de forma significativa, nomes exóticos, com clara influência da televisão ou nomes expressamente ligados à moda. Como refere Tartamella (1995, p. 25), “para nós modernos, a escolha do nome de batismo é influenciada pelos gostos dos pais: basta pensar nos tempos de sucesso do jogador Maradona em Nápoles, quando muitos torcedores batizaram os filhos como Diego”.

Se, apesar de conhecer a origem e a etimologia dos nomes das pessoas batizadas na Paróquia Santa Teresa, em Caxias do Sul, não é possível estabelecer com precisão os motivos da escolha dos pais para batizar o filho com determinado nome, podemos constatar que todos os nomes são culturalmente motivados, porque acabam evocando imagens socioculturais associadas a ele. O antropônimo integra um contexto social e, ao mesmo tempo, permite acessar o simbólico.

Tartamella (1995, p. 29) expressa que “o valor mágico do nome não se esgota, porém, no ato de sua atribuição. No curso da vida, com efeito, o nome continua a ser intimamente – ou, para melhor dizer, fisicamente – ligado ao seu portador”. Ligado de tal forma que, embora tenha sido escolhido por um terceiro e possa exprimir a vontade e a subjetividade de quem o dá, o nome não mais pertence àquele que nomeia – ele é, para sempre, do nominado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O interesse suscitado em mim pelos antropônimos, que me levou a realizar a presente tese, mostra que os nomes podem, sim, revelar algo sobre uma comunidade. No caso do meu próprio, de escolha materna, um rápido estudo onomástico mostra que Trícia ou Trisha são hipocorísticos de nomes correspondentes à Patrícia e à Beatriz, que entraram no repertório onomástico no início dos anos 1970, com maior incidência dos anos 1980<sup>77</sup>. Foi justamente nessa época que, na Paróquia Santa Teresa de Caxias do Sul, houve a principal transformação social que modificou a maneira como os pais nomeavam seus filhos.

Não escolhemos nossos nomes, eles nos são dados de acordo com uma vontade ou uma crença de nossos pais, preferencialmente. O ato de nomear constitui um reflexo dessa função humana por excelência. Não por acaso, Barthes (2005, p. 2002) refere-se ao nome próprio como “o significante soberano”.

Embora meu nome passe longe das escolhas mais recorrentes, ele serve para explicitar quão complexa é a busca pela sua motivação. Mostra, também, que apenas a etimologia, fora de seu contexto extralinguístico, pode ser insuficiente para explicar a motivação dos pais. Tal motivação, muitas vezes, pode ser estabelecida por convenção, e as escolhas sempre são um produto da história sociocultural de um país, de um estado, de uma região.

No léxico de uma língua estão contidos elementos culturais que possibilitam às pessoas acessar camadas mais profundas de entendimento de uma comunidade. Ao nos distanciarmos desse contexto, no entanto, aquilo que poderia explicar a motivação torna-se distante – e os nomes, opacos. Eles servem, sim, para identificar alguém, existe a referência sobre ele, mas para se encontrar o seu significado, o trabalho é árduo e nem sempre preciso. Vimos que o nome pode passar direto para o referente, sem a presença do significado. Paradoxalmente, é justamente esse significado – e a sua busca – o que possibilita um acompanhamento sobre as transformações históricas e socioculturais de uma comunidade ou localidade.

Entre 1875 e 2005, foram realizados e registrados 59.201 batizados na Paróquia Santa Teresa de Caxias do Sul e, desse total, foram analisados 57.168, com a distinção de gênero. Do total, 29.200 são masculinos e 27.968, femininos. É interessante observar que os 10 nomes mais representativos desse universo são responsáveis por 41,1% do total de nomes

---

<sup>77</sup> Segundo referências da obra *I nomi di persona in Italia; dizionario storico e etimológico*, de Rossebastiano e Papa.

femininos, ou 11.483 entre 27.968 denominações. Em relação ao percentual masculino, os 10 nomes mais representativos de todo o período são ainda mais presentes nas famílias, do que os femininos, totalizando uma porcentagem de 53,8%, ou 15.702 nomes em uma amostra contendo 29.200, sem a presença expressiva de apenas um nome, como no caso de Maria para o feminino.

Observamos, com este estudo, duas situações marcantes em relação aos nomes das crianças batizadas na Paróquia Santa Teresa, ao longo de 130 anos: nomes que se mantêm por décadas e nomes que são substituídos ao longo dos anos e não retornam ao repertório onomástico com a mesma inflexão de antes. Como já referimos, Maria e Antônio desapareceram da lista dos mais frequentes nos anos 1970, um decréscimo que começa a ser percebido de maneira sutil a partir dos anos 1950. A influência da circulação de informações, a força da tradição, e a presença quase nula dos nomes em italiano são algumas das percepções deste trabalho.

A realidade socioeconômica de Caxias do Sul mostrou, também, que havia uma espécie de padronização de nomes nessa comunidade, precedente ao fenômeno de globalização. Num primeiro momento, o conservadorismo dos meios de comunicação – e sua vocação religiosa, em boa parte dos casos – pode ter influenciado a maneira de perceber o cotidiano. A chegada da tevê impulsionou essa troca. Dessa maneira, as crianças batizadas na Paróquia Santa Teresa não têm nomes tão diferentes daquelas batizadas em paróquias de outras localidades e cidades. Não foi possível encontrar nomes específicos que pudessem fazer alusão a particularidades da cidade ou a algum habitante ilustre. O que conseguimos perceber foi o momento em que a sociedade passou a receber influências externas, sobretudo dos meios de comunicação e, posteriormente, do processo de globalização.

Em boa parte dos nomes mais recorrentes, sequer é possível fazer associação com a faixa etária das pessoas que o possuem. Observamos que há nomes sem idade e nomes possíveis de serem situados num tempo cronológico específico, cuja frequência e difusão encontram similaridade no tempo e no espaço. Sabemos, com base neste estudo, que a principal porcentagem de Rafael ou Fernanda deve ter hoje entre 40 e 20 anos de idade.

Em síntese, ao concluirmos este trabalho, queremos salientar alguns pontos que procuramos desenvolver e analisar no decurso deste texto. Nossa atividade centrou-se no nome próprio de pessoa, o nome de batismo, enfocando-o como signo antroponímico, tendo por base princípios teóricos da linguística estrutural e da onomástica, vista essa como um ramo da ciência da linguagem. Os nomes de batismo desta pesquisa foram contextualizados no mundo sociocultural de seus portadores.

Inicialmente, refletimos sobre o nome próprio de pessoa, interpretando textos de linguistas e filósofos. Buscamos esclarecimento sobre significado, motivação e referência, procurando identificar semelhanças e diferenças entre signo linguístico e signo onomástico.

Efetuamos um percurso histórico para obter dados de referência sobre a onomástica, especialmente em estudos em que o tema é mais desenvolvido, como em Portugal, França e Itália. Procuramos, além disso, chegar ao étimo dos nomes, valendo-nos de obras específicas existentes sobre aqueles denominativos originais.

Para tecer relações entre os nomes e seu contexto, mostramos algumas influências na construção do pensamento dos moradores da cidade e refletimos sobre o quanto elas podem estar presentes nos nomes. Na sequência, apresentamos a síntese do estudo, com os dados levantados durante dois anos de pesquisa, particularizando o que foi considerado mais relevante para a realização desta tese.

Por meio da etimologia, buscamos a origem dos nomes, para tentar encontrar elementos que apontassem a motivação existente por parte dos pais para escolherem determinada maneira de chamar os filhos. E, no último capítulo, apresentamos algumas transformações na sociedade, de forma geral, que tiveram repercussão também na Paróquia Santa Teresa, com as influências externas que impactaram na cultura. Podemos constatar que todos os nomes são culturalmente motivados, porque acabam evocando imagens socioculturais associadas a ele.

Contabilizamos os dados, especificando suas ocorrências e estabelecemos os respectivos percentuais, com destaque para os nomes mais representativos do corpus da pesquisa. Estabelecemos a categorização de gênero para a efetivação de confrontos entre nomes masculinos e nomes femininos. Fizemos sua representação tabular e elaboramos gráficos, procurando dar visibilidade aos números e à matéria analisada.

Buscamos aportes na pesquisa qualitativa, para um entendimento mais amplo dos significados que atribuímos aos números.

Assim, nossa pesquisa demonstrou, de várias maneiras, a importância em se estudar os nomes de pessoas. É o nome que evoca e identifica a pessoa. A afirmação de que o nome de uma pessoa é uma mera etiqueta é ainda uma questão discutível. Entendemos que o nome de uma pessoa é bem mais do que isso, uma vez que se trata de um signo e carrega um valor simbólico e um referente. O nome próprio de pessoa define, relaciona atributos, institui uma imagem representativa da pessoa, carrega a história de vida de seu portador e, sobretudo, vale como signo onomástico, funcionando em plenitude sempre que for contextualizado.

As relações estabelecidas entre os nomes de pessoas e os elementos culturais encontraram legitimidade na maior parte dos casos. Identificamos também novos denominativos decorrentes da moda, atuante em seus diversos segmentos. Velhos nomes se preservaram pela tradição familiar, novos nomes foram surgindo em consonância com valores de um mundo globalizado.

A investigação em âmbito interdisciplinar, mesmo que com um foco predominantemente linguístico, permitiu conhecer um novo aspecto sobre a comunidade abrangida neste *corpus*. Percorremos as principais fontes escritas procurando nos assegurar do conhecimento já produzido na área específica da antroponímia, no Brasil e vimos que ainda são poucas as pesquisas já realizadas.

Ao encerrarmos esta tese, temos a clara consciência de que o estudo não se esgotou. Há um banco de dados com 60.000 nomes, que permite diferentes possibilidades de continuação da pesquisa, seja em questões específicas de gênero, seja na questão étnica associando nome e sobrenome, entre outros. Muito está por se fazer neste campo da investigação, isso porque os estudos onomásticos podem revelar informações que ajudam uma comunidade a saber mais sobre si mesma, de maneira que há uma curiosidade natural em se descobrir qual é o significado a eles subjacente. Eles permitem a reconstituição, mesmo que modesta, de alguma parte da memória ou da cultura de um lugar, transcendendo a função linguística.

Concluimos, finalmente, afirmando que nada pertence mais a uma pessoa do que o próprio nome. É ele que fica gravado na certidão de batismo e na lápide depois da morte, podendo dar perenidade ao ser que o carrega, caso vire nome de lugar ou se transforme em lugar de memória. O nome revela a cosmovisão do nomeador e os valores da sociedade da qual ele faz parte. Ele representa, tal qual os percursos para decifrá-lo, um cruzamento do sujeito com seus vivos e seus mortos, com a sociedade e o mundo em que vive.



## REFERÊNCIAS

- ALZER, Luiz André; CLAUDINO, Mariana. *Almanaque Anos 80*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
- ARISTÓTELES. *Poética*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.
- AUTHIER-REVUS, Jacqueline. Da transparência à opacidade. In FLORES, Valdir do N.; TEIXEIRA, Marlene. *Introdução à linguística da enunciação*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 73-87.
- AZEVEDO, Thales de. *Italianos e gaúchos: os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: IEL, 1975.
- BAJO PÉREZ, E. *La caracterización morfosintáctica del nombre propio*. Noia, A Co-ruña: Toxosoutos, 2002.
- BARBISAN, Leci B.; FLORES, Valdir do N. Sobre Saussure, Benveniste e outras histórias da linguística. In NORMAN, Claudine. *Convite à linguística*. São Paulo: Contexto, 2009.
- BARTHES, Roland. *Proust e os nomes*. Novos ensaios críticos/O grau zero da escritura. São Paulo: Cultrix, 1974. p. 55-67.
- \_\_\_\_\_. *O Rumor da Língua*. Lisboa: Edições 70, 1984.
- \_\_\_\_\_. *Sade, Fourier, Loyola*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. *Modernidade reflexiva: trabalho e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Unesp, 1997.
- BENEDUZI, Luiz Fernando. *Imigração italiana e catolicismo: entrecruzando olhares, discutindo mitos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. Campinas: Pontes, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 2005.
- BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. *Teoria linguística: linguística quantitativa e computacional*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978. p. 19.
- \_\_\_\_\_. Dimensões da Palavra. *Filologia e Linguística Portuguesa*, n. 2, p. 81-118, UNESP: Campus de Araraquara, 1998. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/142048659/Dimensoes-da-Palavra-Biderman>>. Acesso em: 8 dez. 2013.
- \_\_\_\_\_. As Ciências do Léxico. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri. (Org.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*, 2. ed. Campo Grande: UFMS, 2001.

\_\_\_\_\_. O conhecimento, a terminologia e o dicionário. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 58, n. 2, apr./jun. 2006. Disponível em: <[http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252006000200014&script=sci\\_arttext](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252006000200014&script=sci_arttext)>. Acesso em: 8 dez. 2013.

BOMBASSARO, P. Antonio. 1925. Ex-colônia Silveira Martins. *Cinquantenario della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud 1875-1925*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1925. p.328-334.

BRANDALISE, Ernesto A. *Paróquia Santa Teresa – Cem anos de fé e história 1884-1984*. Caxias do Sul: Educus, 1985.

BRITO, Adriano Naves de. *Nomes próprios: semântica e ontologia*. Brasília: Universidade de Brasília, 2003.

BROCH, Hermann. *La Muerte de Virgilio*. Buenos Aires: Alianza, 1979.

BRUNHES, J. *La Geographie Humaine*. Paris, 1925.

BOURDIEU, P. *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997.

CAFFARELLI, Enzo. *Dimmi come ti chiami e ti dirò perché*; storie di nomi e di cognome. Roma: Gius. Laterza & Figli Spa, 2013.

\_\_\_\_\_; MARCATO, Carla. *I cognomi d'Italia*; dizionario storico ed etimologico. Torino: UTET, 2008. 2 v.

CÂMARA CASCUDO. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1972.

CAPRINI, Rita. *Nomi Propri*. Torino: Edizioni dell'Orso, 2001.

CARVALHINHOS, Patrícia de Jesus. Onomástica e lexicologia: o léxico toponímico como catalisador e fundo de memória. Estudo de caso: toponímia os sociotopônimos de Aveiro (Portugal). *Revista USP*, São Paulo, n. 56, p. 172-179, dez./fev. 2002-2003: Disponível em: <<http://www.usp.br/revistausp/56/20-patricia.pdf>>. Acesso em: 8 dez. 2013.

\_\_\_\_\_; ANTUNES, Alessandra Martins. Princípios Teóricos de Toponímia e Antroponímia: a questão do nome próprio. *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*. Rio de Janeiro: CIEFIL, 2007. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/xicnlf/2/09.htm>>. Acesso em: 8 dez. 2013.

CORTELAZZO, MANLIO; ZOLLI, Paolo. *Dizionario etimologico della lingua italiana*. Bologna: Zanichelli, 1980. 5 v.

CRYSTAL, David. *Dicionário de Linguística e Fonética*. Traduzido e adaptado por Maria Carmelita Pádua Dias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988. Tradução de: *A Dictionary of Linguistics and Phonetics*.

CURTIUS, Ernst Robert. *Etimologia como forma de pensamento*. Literatura europeia e idade média latina. Tradução de Teodoro Cabral e Paulo Rónai. São Paulo: Hucitec: Edusp, 1996. p.

605-611.

DAUZAT, Albert. Les noms de personnes; origine et évolution, prénoms – noms de famille – surnoms – pseudonymes. Paris: Dalagrave, 1950 [1925].

\_\_\_\_\_. Les noms de Lieux; origine et évolution – Villes et villages – Pays – Cours d' eau – Montagnes – lieuxdits. 5 ed. Paris: Delagrave, 1947.

\_\_\_\_\_; ROSTAING, Ch. *Dictionnaire étymologique de noms de lieux en France*. Paris: Larousse, 1963. 2. ed. Paris: Guénégaud, 1978.

DE BONI, Luis Alberto. O catolicismo da imigração: do triunfo à crise. In: LANDO, A. et alii (Org.). *Migração & colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

DE FELICE, Emídio. *I nomi degli italiani; informazioni onomastiche e linguistiche socioculturali e religiose*. Venezia: Marsilio, 1982.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A motivação toponímica*. Princípios teóricos e modelos taxionômicos. Tese de Doutorado, USP, maio 1980.

\_\_\_\_\_. A motivação toponímica e a realidade brasileira. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

\_\_\_\_\_. *Toponímia e antroponímia no Brasil: Coletânea de estudos*. 2. ed. São Paulo: FFLCH/USP, 1992.

\_\_\_\_\_. *Origens e atuais linhas de pesquisa humanidades; Toponímia e Línguas Indígenas do Brasil*. Estudos Avançados, v. 8, n. 22, São Paulo, sept./dec. 1994. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?pid>>. Acesso em: 18 mar. 2010.

\_\_\_\_\_. *A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo 1554-1897*. São Paulo: Annablume, 1996.

\_\_\_\_\_. O Sistema Onomástico: bases lexicais e terminológicas, produção e frequência. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pires de; ISQUERDO, Aparecida N. (Org.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande-MS: UFMS, 1998.

\_\_\_\_\_. *Métodos e questões terminológicas na Onomástica: estudo de caso*. Investigações: Linguística e Teoria Literária. v. 9, 1999.

\_\_\_\_\_. O sistema onomástico: bases lexicais e terminológicas, produção e frequência. In: OLIVEIRA, Ana M. M; ISQUERDO, Aparecida Negri (Org.). *As Ciências do Léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande: UFMS, 2001.

\_\_\_\_\_. Rede de conhecimento e campo lexical: hidrônimos e hidrotopônimos na onomástica brasileira. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; KRIEGER, Maria da Graça. *As Ciências do léxico*. v. II. Campo Grande: UFMS, 2004. p. 121-130.

FIN, Rosaglia. Culto a Maria entre os descendentes italianos do RS. In: DE BONI, Luís Alberto (Org.). *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia;

Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1990. v. 2.

FREGE, Gottlob. Sobre o sentido e a referência. In: \_\_\_\_\_. *Lógica e filosofia da linguagem*. Tradução de Paulo Alcoforado. São Paulo: Cultrix;1978.

FROSI, Vitalina Maria. *Provérbios italianos: pérolas na educação informal dos ítalo-brasileiros*. Caxias do Sul: Educs, 2015.

FROSI, Vitalina Maria; MIORANZA, Ciro. *Dialetos italianos*. Caxias do Sul, RS: Educs, 1983.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. *Imigração italiana no nordeste do Rio Grande do Sul: processos de formação e evolução de uma comunidade ítalo-brasileira*. 2. ed. Caxias do Sul: Educs, 2009.

FROSI, Vitalina Maria; FAGGION, Carmen Maria; DAL CORNO, Giselle Olivia Mantovani. *Estigma: cultura e atitudes linguísticas*. Caxias do Sul: Educs, 2010.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. Bilinguismo, identidade étnica e atitudes linguísticas. In: CHAVES, Flávio Loureiro; BATTISTI, Elisa (Org.). *Cultura regional 2: língua, história e literatura*. Caxias do Sul, RS: Educs, 2006. p. 97-111.

BATTISTI, Elisa (Org.). *Cultura regional 2: língua, história e literatura*. Caxias do Sul, RS: Educs, 2006. p. 97-111.

GARDELIN, Mario. In: HENRICHES, Liliana Alberti (Org.). *Histórias da imprensa em Caxias do Sul*. Museu Municipal/Arquivo Histórico de Caxias do Sul/Pioneiro, 1988.

GIRON, Loraine Slomp; BERGAMASCHI, Heloísa Eberle. A mulher imigrante e o trabalho. *Chronos*, Caxias do Sul, v. 29, n. 1, p. 7-18, jan./jul. 1996. [Número especial: 120 anos de imigração italiana].

GASPARET, Paulo Roque. *A comunicação e a Igreja Católica*. Limites e perspectivas na Diocese de Caxias do Sul. Monografia para Curso de Jornalismo, Universidade de Caxias do Sul, 1997.

GUARESCHI, Pedrinho A. Mídia e cidadania. *Conexão - Comunicação e Cultura*, UCS, Caxias do Sul, v. 5, n. 9, p. 27-40, jan./jun. 2006. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conexao/article/view/202/193>>. Acesso em: 12 maio 2016.

GUÉRIOS, Rosário Farâni Mansur. *Dicionário etimológico de nomes e sobrenomes*. São Paulo: AVE MARIA, 1973.

HERÉDIA, Vania. Migrações internas e mercado de trabalho. *Fazendo Gênero 9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos*. 23 a 26 de agosto de 2010. UFSC.

HOHLFELDT, Antonio. Desenvolvimento Cultural na Zona de Imigração Italiana. In: *Imigração italiana Estudos*. Caxias do Sul: UCS-EST, 1979. p. 209-224.

ISQUERDO, Aparecida Negri. O nome do município: um olhar etnolinguístico. XIX Seminário do CELLIP, 2009, Cascavel - PR. *Anais do XIX Seminário do CELLIP*. Cascavel - PR: EDUNIOESTE, 2009, p. 01-13.

\_\_\_\_\_. Léxico regional e léxico toponímico: interfaces linguísticas, históricas e culturais. In: *As Ciências do Léxico*, volume VI. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2012.

JONAS, Hans. *O princípio da vida*. Petrópolis: Vozes, 2004.

LA STELLA, T. di E. *Dizionario dei nomi di persona*. Bologna: Zanichelli, 2009.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem*. São Paulo: Nacional, 1970.

LORENZONI, Júlio. *Memórias de um imigrante italiano*. Porto Alegre: Sulina, 1975.

LYONS, John. *Semântica*. Tradução de Wanda Ramos. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1979.

MACHADO, Maria Abel. *Construindo uma cidade: história de Caxias do Sul 1875/1950*. Caxias do Sul: Maneco, 2001.

MARCATO, Carla. *Nomi di persona, nomi di luogo*. Bologna: Mulino, 2009.

MARTINS, Francisco. *O nome próprio: da gênese do eu ao reconhecimento do outro*. Brasília: Universidade de Brasília, 1984.

MERTON, Robert K.; LAZARFELD, Paul F. Comunicação de Massa, Gosto Popular e A Organização da Ação Social. In: LIMA, Luiz Costa. *Teoria da cultura de massa*. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

METZGER, Bruce Manning. *Dicionário da Bíblia 1: as pessoas e os lugares*. RJ: Jorge Zahar Editor, 2002.

MILL, John Stuart. System of logic. In: \_\_\_\_\_. *The Collected works of John Stuart Mill*. London and Toronto: Routledge and University of Toronto Press, 1973.

MILNER, J. C. Reflexões sobre a referência e a correferência. In: CAVALCANTE, M.M.; RODRIGUES, B.B.; CIULLA, A. (Org.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 85-130.

MIORANZA, C. *Filius Quondam: a origem e o significado dos sobrenomes italianos*. 2. ed. São Paulo: Larousse do Brasil, 2010.

NASCIMENTO, Roberto R. F. do. *A formação urbana de Caxias do Sul*. Caxias do Sul: Educ, 2009.

OGDEN, C. K.; RICHARDS, I. A. *The Meaning of Meaning*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1923.

OLIVEIRA, A. M. P. P. de; ISQUERDO, A. N. (Org.). *Ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia*. Campo Grande, MS: UFMS, 2004.

OLIVIER, Nelson. *Todos os nomes do mundo*. Rio de Janeiro, Ediouro, 2005.

OLIVIERI, D. *Dizionario di toponomastica lombarda: nomi di comuni, frazioni, casali, monti, corsi d'acqua, ecc. della Regione Lombardia, studiati in rapporto alla loro origine*. Milano: Lampi di stampa, 2001.

PAGANI, Marcos Fernando. *O nacionalismo na região colonial italiana*. Caxias do Sul: Maneco, 2005.

PAVIANI, Jayme. *Epistemologia prática: ensino e conhecimento científico*. Caxias do Sul: EducS, 2009.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O imigrante na política rio-grandense. In: DACANAL, J. H.; GONZAGA, S. (Org.). *RS: imigração e colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 156-194.

PINHEIRO, Luciana Santos. *Processos de territorialização de variedades dialetais do italiano como línguas de imigração no Nordeste do Rio Grande do Sul*. 2014. 165 f. Tese (Doutorado em Letras), Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS. Porto Alegre, 2014.

\_\_\_\_\_. Territorialização e territorialidades linguísticas: as línguas de imigração italiana no espaço da RCI - alguns conceitos. In: FROSI, Vitalina Maria; MISTURINI, Bruno (Org.). *Imigração italiana: 140 anos de história e de cultura*. Caxias do Sul: EducS, 2016. [No Prelo].

PINTO, Luciano César Garcia. *Do que se confia às letras: a ciência gramatical nas etimologias de Isidoro de Sevilha*. 2008. 420f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Campinas, Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem, 2008. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000435257>>. Acesso em: 8 dez. 2013.

PLATÃO. *Crátilo*. Tradução de Maria José Figueiredo. Instituto Piaget: Lisboa, 2001.

POZZOBON, Zolá Franco. *Uma odisséia na América*. Caxias do Sul: EDUCS, 1997.

RELA, Eliana. *Nossa fé, nossa vitória: igreja católica, maçonaria e poder político na formação de Caxias do Sul*. Caxias do Sul: EducS, 2004.

ROSSEBASTIANO, Alda; PAPA, Elena. *I nomi di persona in Italia; Dizionario storico ed etimologico*. Torino: UTET, 2005. 2 v.

ROSTANG, Charles. *Les noms de lieux*. 3. ed. Paris : Presses Universitaires de France, 1945.

RUSSELL, Bertrand. Conhecimento direto e conhecimento por meio de descrição. In: \_\_\_\_\_. *Os problemas da filosofia*. Trad. Jaimir Conte. Florianópolis: 2005. p. 39-48.

SALAZAR QUIJADA, Adolfo. *La toponimia en Venezuela*. Caracas: Universidad Central de Venezuela, Publicaciones de la Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, 1985.

SAPIR, Edward. *Linguística como Ciência*. Trad. de J. Mattoso Camara Jr. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1969.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 2004.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. Referência e onomástica. *Múltiplas perspectivas em linguística: Anais do XI Simpósio Nacional e I Simpósio Internacional de Letras e Linguística (XI SILEL)*. Uberlândia: ILEEL, p. 1953-1960, 2006. Disponível em: <[http://www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo\\_442.pdf](http://www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo_442.pdf)>. Acesso em: 8 dez. 2013.

SEYFERTH, Giralda. Colonização e conflito: estudo sobre "motins" e "desordens" numa região colonial de Santa Catarina no século XIX. In: SANTOS, José Vicente Tavares dos (Org.). *Violência em tempo de globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999.

\_\_\_\_\_. *Imigração e cultura no Brasil*. Brasília: Universidade de Brasília, 1990.

TARTAMELLA, Vito. *Nel cognome del popolo italiano*. Influenza del nome di família nella mostra vita mentale, sociale e professionale. Con qualche consiglio per psicologi, scrittori, politici e future genitori. Milano: Vieneperre, 1995.

TONIAZZO, Luigi. Mio Viaggio in America. In: De Boni, Luís. *Lá Mèrica*. Caxias do Sul: UCS-EST, 1977.

ULLMANN, Stephen. *Semântica, uma introdução à ciência do significado*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1967.

\_\_\_\_\_. *Principles os Semantics*. Oxford: Blackwell, 1957.

VALDUGA, Gustavo. "Paz, Itália, Jesus": Uma identidade para imigrantes italianos e seus descendentes: o papel do jornal Correio (1930 – 1945). 2007. 205f. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <<http://www.igt.rs.gov.br/wp-content/uploads/2012/10/Paz-It%C3%A1lia-Jesus-Uma-identidade-para-imigrantes-italianos.pdf>>. Acesso em: 3 jun. 2016.

VASCONCELOS, José Leite de - Antroponímia portuguesa. Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1928

\_\_\_\_\_. *Opúsculos; Onomatologia*. Vol. III. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Fé escrita: elementos literários da imigração italiana no Sul do Brasil. *Tessituras*, Pelotas, v. 1, n. 1, p. 21-44, jul./dez. 2013.

ZIMERMANN, David. *Bion da teoria à prática*. 2. ed. Artmed: Porto Alegre, 2004.